Nº 2044 / 20 de setembro 2024 / Semanal / Portugal Continental 2,60€

FUNDADOR: João Peixoto de Sousa DIRETOR: João Luís Peixoto de Sousa

VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

www.vidaeconomica.pt

BANCA

Cerca de metade da população opera com vários bancos

Portugueses aderem ao Open Banking

Pág. 3



ATUALIDADE

Pedro Matias, presidente do ISQ, considera

Empresas podem melhorar consumo de energia

Pág. 3

Preço dos atos convencionados "afoga" laboratórios de análises clínicas

Pág. 5

Baixa literacia financeira penaliza reformas

Pág. 5



Indústria têxtil e vestuário aumenta exportações

Pág. 7

Associações empresariais denunciam falta de transparência

Seguradoras não comunicam aumentos de preços às empresas



• Prática seguida viola obrigações contratuais

Págs. 9

EMPRESAS

PME portuguesas com participação de peso na Marmomac

Pág. 10



Em causa Regulamento Anti-Desflorestação

Associações empresariais alertam para risco de rutura na cadeia de abastecimento

Pág. 14

MERCADOS

Com taxas fixas de 2,75% a 2,85%

Crédito Agrícola lança nova campanha de crédito à habitação

Pág. 27

TRANSACIONADOS 34 500 FOGOS EM APENAS DOIS MESES

Preços das casas sobem 7,7% em Portugal

SUPLEMENTO IMOBILIÁRIO Pág. II



ABERTURA

CONSULTÓRIO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

APOIOS À INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PME

Quais as despesas elegíveis no novo SI Internacionalização das PME?

No âmbito do "SICE – Internacionalização das PME" os investimentos devem ser enquadrados nos seguintes domínios:
- Conhecimento, prospeção e presença em mercados externos;
- Marketing internacional;
- Presença online e e-commerce;
- Criação e promoção internacional de marcas;
- Inovação organizacional relacionada com as práticas comerciais ou relações externas;
- Qualidade e certificação específica para os mercados externos.

São elegíveis, desde que enquadradas no domínios referidos, as despesas com:
- Custos salariais com a contratação de até 2 recursos humanos qualificados com um salário base máximo de 2.250€ – desde que exista criação líquida de postos de trabalho;
- Custos incorridos com a participação em feiras e exposições no exterior;
- Certificação de produtos, processos ou serviços;
- Conceção e registo de novas marcas;
- Domiciliação e subscrição de aplicações, adesão a plataformas eletrónicas ou inclusão em diretórios e motores de busca;
- Processos de auditoria e obtenção de Rótulo Ecológico e sistema de ecogestão e auditoria (EMAS);
- Ações de prospeção e captação de novos clientes (no máximo de 4 por ano e por mercado/país) e ações de promoção realizadas em mercados externos;
- Desenho e implementação de estratégias aplicadas a canais digitais para gestão de mercados, canais, produtos ou segmentos de cliente;
- User-Centered Design (UX);

Desenho, implementação, otimização de plataformas de Web Content Management (WCM), Campaign Management, Customer Relationship Management e E-Commerce;
- Search Engine Optimization (SEO) e Search Engine Advertising (SEA);
- Social Media Marketing;
- Content Marketing;
- Display Advertising;
- Mobile Marketing;
- Web Analytics.

No caso da participação em feiras e exposições e das ações de prospeção, o apuramento do custo das deslocações tem por base a viagem para um representante da entidade promotora e a distância dentre o ponto de partida (aeroporto de Porto, Lisboa ou Faro) e país de chegada. No caso da participação em feiras e exposições, o custo do alojamento tem por base o número de dias de realização da feira acrescido de 2 noites, com um máximo de 300€ por noite.

As despesas com ações de prospeção ou promoção só são elegíveis se forem devidamente enquadradas na operação e justificado o seu impacto em termos de volume de negócios e de captação de novos clientes. Não podem ser realizadas mais do que 4 ações de prospeção por mercado (país) e por ano, incluindo as visitas de prospeção a feiras internacionais no estrangeiro (sem espaço de exposição). A despesa mínima elegível é de 200.000€.

O apoio tem a natureza de subvenção e corresponde a 40% das despesas elegíveis, embora o regulamento da medida refira que a taxa máxima de apoio pode chegar aos 50% a fundo perdido. Acresce que o apoio tem um limite máximo de 315.000€, exceto no caso de investimentos localizados no Algarve.

De referir que só se podem candidatar as PME que tenham registado em 2023 um volume de negócios internacional superior a 200.000 €.

O período de candidaturas está dividido em 2 fases:
- **Fase 1** – para candidaturas até 30/09/2024;
- **Fase 2** – para candidaturas até 30/12/2024.

www.sibec.pt
sibec@sibec.pt
228 348 500



Nesta edição







03 atualidade
Empresas podem melhorar consumo de energia

06 Opinião
O Estado contra a sociedade civil

24 Mercados
Inteligência artificial exige maior atualização das competências

Imprensa
EM REVISTA

elEconomista.es

Luxo francês em crise

As empresa de luxo francesas estão no centro das atenções. Não só no terreno puramente têxtil, mas também no bolsista. Acontece que o seu comportamento nas praças bolsistas não está a dar continuidade, este ano, à tendência dos últimos exercícios. Grupos como LVMH ou Kering posicionam-se este ano entre os níveis mais baixos desde o início de 2024, tendo cedido 16% e 42%, respetivamente, colocando-se como as empresas mais em baixa do EuroStoxx 50. Amabas cotizam em mínimos do exercício, tal como sucede com a L´Oreal. Este comportamento reflete, em grande medida, a debilidade do consumo na China. Por sua vez, as marcas de modo de grande consumo estão a recuperar.

investir — LE JOURNAL DES FINANCES

Grécia espera receitas turísticas recordes

A Grécia espera que as suas receitas turísticas alcancem 22 mil milhões de euros este ano, um novo recorde. No ano passado já tinha registado um recorde de 20,6 mil milhões de euros, de acordo com o Governo greco. O turismo é um dos principais motores da economia grega. No entanto, a falta de alojamentos incitou o país a anunciar projetos que visem a aumentar a taxa sobre as estadias de curta duração, a interditar novas licenças no centro de Atenas e a incentivar os prorietários a optarem por estadias de longa duração. A Grécia faz parte dos 10 destinos turísticos mais populares do mundo.

The Washington Post

Rendimsentos das famílias norte-americanas aumentaram

Os rendimentos das famílias dos Estados Unidos aumentaram no ano passado, o que já não acontecia desde 2019. No entanto, a pobreza continua a ser um problema no país mais rico do mundo. O rendimento registou um avanço de 4%, mas a taxa de pobreza não se alterou. Excluindo a inflação, o rendimento médio de uma família cresceu para 80 610 dólares, no ano passado, que compara com os 77 540 de 2022, mas menos dos que os 81 210 que eram trazidos para casa em 2019. Também há grandes disparidades nas questões raciais e de género. Aliás, o fosso entre os salários de homens e mulheres até se alargou.



FRANCISCO JAIME QUESADO
Economista e Gestor
jaime.quesado@gmail.com

Nunca como agora a aposta no talento foi tão importante para o nosso futuro enquanto economia e sociedade. E a aposta que temos que fazer no talento não se faz por decreto, mas sim com base em experiências de sucesso que são construídas dia a dia com um forte sentido de competência e confiança. O exemplo vivo dum Portugal inovador e criativo, com presença internacional sólida e ativa, e onde a aposta em soluções vencedoras a partir da aposta no talento e na gestão de redes inteligentes faz a diferença. É com exemplos voltados para o futuro que de facto percebemos porque temos que apostar cada vez mais numa agenda estratégica voltada para o reforço do talento na criação de valor.



CONFIANÇA ESTRATÉGICA – A confiança é um dos fatores centrais para a estabilização económica. Neste tempo de crise, como muito bem têm defendido alguns dos mais reputados economistas nacionais e internacionais, o Estado, as Empresas e as Famílias têm que desenvolver uma verdadeiro Contexto Estratégica de Confiança que mobilize a economia para uma agenda de progressiva recuperação;

EMPRESAS INTELIGENTES – A proposta de orquestração inteligente entre a organização interna e as redes de inovação e criatividade no mercado são a imagem de referência de empresas que têm também uma aposta na responsabilidade social tão importante neste tempo de crise. De destacar a resposta positiva que muitas empresas têm sabido dar a esta agenda um pouco por todo o país, no contexto das suas diferentes linhas de intervenção;

AGENDA EMPREENDEDORA – Portugal tem feito apostas estruturadas ao nível da dinamização do empreendedorismo, tendo como exemplos iniciativas em curso um pouco por todo o país. Cabe muito a estas novas apostas em novos negócios um papel decisivo para desenvolver novas oportunidades que permitam encontrar respostas para a crise que estamos a viver.



A NOVA GESTÃO – O Gestor será cada vez mais um orquestrador da sua organização, capaz de criar as condições para níveis de performance coletiva com efeito estruturante no mercado. Neste tempo complexo e incerto que vivemos, a Nova Gestão é cada vez mais um compromisso inteligente entre a capacidade de ler o mercado e de projectar níveis de resposta com um sentido de modernidade estratégica, essenciais para os desafios que temos pela frente;

RISCO FINANCEIRO – A gestão do risco financeiro é hoje um tema central na nova dimensão da cadeia de valor dos negócios, pelos efeitos estruturais que tem na capacidade de desenvolvimento futuro das empresas. A descapitalização das estruturas empresariais continua a ser uma das debilidades da nossa economia e condiciona em larga medida a flexibilidade na gestão dos negócios neste período de crise que estamos a viver;

TURISMO 5.0 - O turismo tem sido a grande alavanca da economia portuguesa nos últimos anos, com efeitos ao nível das exportações, emprego e crescimento económico. Esta presente crise vem colocar desafios nunca antes vistos a uma actividade que ganhava muita escala na nossa economia - será necessário readaptar infraestruturas e recursos humanos a um novo contexto que permita a sua adequada otimização no futuro.

VidaEconómica

EDITOR E PROPRIETÁRIO Vida Económica Editorial, SA Rua Gonçalo Cristóvão, 14 RC * 4000-263 Porto: • **NIF:** 507258487 • **DETENTORES DE 5% OU MAIS DO CAPITAL DA EMPRESA:** Herdeiros de João Carlos Peixoto de Sousa – 40,61%; João Luis Marinho Peixoto de Sousa – 15,73%; Miguel Gil Marinho Peixoto de Sousa – 15,73%; Paulo Alexandre Marinho Peixoto de Sousa - 13,96% • **ADMINISTRAÇÃO:** João Luís Peixoto de Sousa • **DIRETOR:** João Luís Peixoto de Sousa • **REDAÇÃO** Virgílio Ferreira (Chefe de Redação), Adérito Bandeira, Guilherme Osswald, Rute Barreira e Teresa Silveira; E-mail agenda@grupovidaeconomica.pt; **PAGINAÇÃO** Célia César, Flávia Dias • **SEDE DA REDAÇÃO**: Rua de Gonçalo Cristóvão, 14 RC, 4000-263 Porto. - Tel. 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional). Fax. 222 058 098 • **ESTATUTO EDITORIAL:** https://www.vidaeconomica.pt/vida-economica-1/outras-1/ficha-tecnica-vida-economica • **PUBLICIDADE PORTO** Rua Gonçalo Cristóvão, 14, RC 4000-263 Porto - Tel 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional) • Fax 222 058 098 • E-mail: comercial@grupovidaeconomica.pt; • **ASSINATURAS** Tel 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional)• E-mail assinaturas@grupovidaeconomica.pt; **IMPRESSÃO** Naveprinter Indústria Gráfica do Norte, SA. - E.N. 14 (km 7,05), Lugar da Pinta, Apartado 1121, 4471-909 Maia. - Telf: 229 411 085 (chamada para a rede fixa nacional) • Fax: 229 485 631 **DISTRIBUIÇÃO** VASP, SA - Cacém • E-mail geral@vasp.pt • Tel 214 337 000 (chamada para a rede fixa nacional) - Fax 214 326 009

MEMBRO DA EUROPEAN BUSINESS PRESS — EBP

TIRAGEM CONTROLADA PELA: apct

A PRESENTE EDIÇÃO TEVE UMA DISTRIBUIÇÃO TOTAL DE **102.240 EXEMPLARES**, EM DIGITAL E PAPEL

4000 Município (Porto) TAXA PAGA

Depósito Legal nº 33 445/89
ISSN 0871-4320
Nº Registo na ERC: 109 477

ATUALIDADE

Porto recebe Jornadas Europeias do Património

Tal como em anos anteriores, as Jornadas Europeias do Património, iniciativa conjunta do Conselho da Europa e da Comissão Europeia, voltam a passar pela Invicta. De 20 a 22 de setembro, a programação, a cargo do Museu do Porto, contempla visitas, oficinas, leituras, “pedipapers”, conversas e palestras, que irão decorrer em diferentes pontos da cidade.

CERCA DE METADE DA POPULAÇÃO OPERA COM VÁRIOS BANCOS

Portugueses aderem ao Open Banking

A inovação tecnológica e digital, em conjunto com a inovação regulamentar e a inclusão de novos atores no ecossistema financeiro, promoveram a implementação do mercado aberto (também conhecido como Open Banking ou Open Finance). De acordo com o Relatório Minsait Payments Open Finance, 48% dos especialistas do setor considera que o Open Finance será um padrão no mercado antes do ano 2030, enquanto 20% acredita que esta já é uma realidade.

Em Portugal, 47% da população conta com mais do que uma conta bancária, com 24% dos inquiridos a indicar que o faz para não ter todas as suas poupanças numa única entidade, e 18% a revelar que o faz para contratar serviços e produtos financeiros em diferentes entidades.

No entanto, apesar dos reconhecidos benefícios de ter mais do que uma conta bancária, os inquiridos portugueses também apontam obstáculos, nomeadamente a dificuldade em acompanhar saldos e movimentos (16,4%).

De acordo com os consumidores europeus, que estão particularmente relutantes em partilhar os seus dados financeiros, os benefícios materiais e as recompensas da partilha deveriam ser mais claros. O relatório confirma que a entidade que desperta maior confiança na partilha destes dados é a banca tradicional, embora Portugal apresente um comportamento diferenciado em relação aos seus pares, e quase um terço da população opere com um neobanco.

As diferentes taxas de adaptação a este novo modelo, atribuem-se principalmente à falta



de disposição do mercado ou às disparidades nos quadros regulamentares, dependendo da região. De acordo com o relatório, em 17% dos casos, existem agendas regulamentares que já incluem a implementação do Open Finance a curto prazo; embora em 13% dos casos ainda não exista um quadro regulamentar expresso que o permita.

PSD3 irá estabelecer direitos e obrigações na troca de dados de clientes

Neste sentido, um em cada quatro especialistas aponta que a proteção de dados e a privacidade são os principais desafios reguladores na implementação do Open Finance. Neste contexto, a União Europeia (EU) está a apoiar o setor financeiro na criação de um novo quadro, que garanta o acesso seguro e aberto aos dados dos clientes, não descurando os interesses, a segurança e a confiança dos consumidores.

O novo quadro regulamentar da Nova Diretiva de Seriços de Pagamento (PSD3) irá estabelecer direitos e obrigações na troca de dados de clientes, para fortalecer as ferramentas de controlo à disposição dos consumidores e das empresas.

PEDRO MATIAS, PRESIDENTE DO ISQ, CONSIDERA

Empresas podem melhorar consumo de energia



“Sem drama, mas com urgência”. É este o mote do BOIL – Climate Festival, que combina arte, ciência e humor visando a mobilização para a ação climática. Decorre entre 25 a 29 de setembro, no Parque de Serralves, no Porto, e o ISQ não podia deixar de se associar pois considera essencial “informar e criar dinâmicas de mudança individual e coletiva para podermos enfrentar os desafios criados pelas alterações climáticas”, realça Pedro Matias, presidente do ISQ.

É hoje reconhecido que um aumento superior a 2°C, relativamente às temperaturas médias registadas na era pré industrial, fará aumentar o risco de ocorrência de alterações climáticas extremas e imprevisíveis. Estima-se que para evitar que a subida das temperaturas médias não ultrapasse esse valor, as emissões mundiais de gases com efeito de estufa devam estabilizar durante esta década e diminuir, relativamente aos níveis de 1990, na ordem dos 50% até 2050.

Emissões de gases de estufa devem diminuir 50% até 2050

O ISQ participa há vários anos em projetos nacionais e internacionais associados à energia, ambiente e desenvolvimento sustentável e tem apostado em desenvolver projetos de inovação ao nível da eficiência energética no âmbito do eixo estratégico indústria 4.0. “Entendemos que esta é uma das formas de minorar as dificuldades em relação às fontes e geração de energia, incrementando novas soluções tecnológicas e tornando a economia mais eficiente com o menor consumo e custo de energia. Hoje em dia através do conhecimento científico, da tecnologia e da inovação permanente é possível ter uma economia e uma sociedade muito mais sustentável”, acrescenta Pedro Matias.

Considerada como a “energia do futuro”, a eficiência energética é um fator diferenciador na competitividade de todas as organizações, em particular naquelas em que a energia tem um peso importante na sua estrutura de custos. “De facto, as empresas não podem controlar os preços da energia, nem as políticas governamentais ou a economia global. No entanto, podem melhorar a forma como gerem o consumo de energia dentro de portas. O Festival BOIL traz estes temas para o debate do dia-a-dia de uma forma inteligente, sofisticada mas ao mesmo tempo bem-disposta”, conclui o presidente do ISQ.

ATUALIDADE

Calçado diversifica investimentos

O cluster do calçado e artigos de pele prossegue a sua estratégia de diversificação de investimentos. Depois de 70 empresas terem integrado, no último ano, o projeto "Valorização da Oferta", num investimento total próximo dos três milhões de euros, é previsível que um número semelhante de empresas invista, este ano, na promoção das marcas nos mercados internacionais, nomeadamente nos domínios de assessorias de comunicação e publicidade.

Dachser alarga modelo de distribuição sem emissões

No âmbito do seu projeto estratégico "City Distribution", que visa uma distribuição urbana mais sustentável, a Dachser lançou o modelo Dachser Emission-Free Delivery, dedicado a realizar entregas livres de emissões. O Porto é uma das 13 cidades europeias onde este modelo de logística urbana sustentável já está em funcionamento. A meta da empresa é expandir este modelo a pelo menos mais 11 cidades até ao final de 2025, incluindo Barcelona e Málaga.

Falta de mão de obra é tema de análise no Job Summit

A União de Associações do Comércio e Serviços em colaboração com a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, realiza no dia 16 de Outubro, no grande auditório da UACS, o evento Job Summit, que reúne em Lisboa profissionais, comerciantes, empresários e dirigentes governamentais e associativos, para debater sobre o impacto da escassez de mão de obra no mercado português e encontrar estratégias para responder aos principais problemas.

A iniciativa tem como objetivo apresentar as perspetivas sobre o impacto da escassez de mão de obra no mercado de trabalho português, analisando, em simultâneo, esta problemática no contexto europeu e as iniciativas recentes da União Europeia sobre o tema. Em paralelo pretende analisar a designada "semana dos 4 dias" na ótica dos vários setores.

O Job Summit decorrerá no grande auditório da UACS

Com a presença de um leque diversificado de oradores em painel sobre um tema que é, atualmente, uma grande preocupação para o setor, o objetivo do Job Summit passa por permitir uma troca de impressões que contribuam para encontrar estratégias e medidas que invertam esta tendência atual. Numa altura em que Portugal atravessa a definição do Orçamento do Estado para 2024, o Job Summit, surge como a iniciativa que pretende partilhar soluções e novas formas de responder aos principais problemas do comércio na cidade de Lisboa.



Portugal tem mais de um milhão de estrangeiros

Portugal já conta com mais de um milhão de residentes estrangeiros, sendo que a população estrangeira residente cresceu 33,6% em 2923, em comparação com o ano anterior, de acordo com a AIMA. Em seis anos mais do que duplicou o número de estrangeiros legais no país. O ano passado foi também o período em que a população mais cresceu, correspondendo a um terço.

Portugal desce um lugar na atratividade de investimento estrangeiro

Portugal caiu um lugar, no ano passado, no ranking da atratividade dos países europeus em termos de investimento direto estrangeiro, face ao exercício anterior. Passou a ocupar o sétimo lugar do ranking, tendo sido ultrapassado pela Polónia. O desempenho foi influenciado pelo crescimento económico lento, inflação elevada, instabilidade política e preços altos da energia.

Preço dos atos convencionados "afoga" laboratórios de análises clínicas

O preço dos atos convencionados é considerado o maior obstáculo à atividade, segundo 90% dos laboratórios de análises clínicas. Este é um dos principais dados do mais recente 'Inquérito à Atividade', que a Associação Nacional de Laboratórios Clínicos (ANL) acaba de divulgar. Este relatório oferece uma visão detalhada sobre a caracterização, o desempenho, os desafios e as tendências observadas pelos seus laboratórios associados em todo o país, entre abril e junho de 2024.

Além dos preços praticados, outro constrangimento operacional apontado é o entrave na gestão das convenções, considerados de impacto muito elevado por 88% das empresas e significativo por 13%. E também a falta de previsibilidade nas políticas públicas é vista como um constrangimento muito elevado por 70% das empresas e significativo por 30%, demonstrando a necessidade de maior estabilidade e previsibilidade nas políticas que afetam o setor.

O setor convencionado tem vindo a enfrentar desafios graves decorrentes dos processos de internalização dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MDCT) nas Unidades Locais de Saúde (ULS), dos baixos preços praticados pelos serviços contratualizados com o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e dos atrasos nos pagamentos por parte do mesmo e de outras entidades pagadoras, e os dados recolhidos demonstram ser essencial garantir a resiliência e continuidade dos Laboratórios de Análises Clínicas convencionados, em benefício dos Cidadãos.

Em 2023, os laboratórios convencionados atenderam cerca de 10 milhões de utentes e realizaram mais de 90 milhões de atos (correspondentes em média a 9,1 atos por pessoa), dos quais mais de 58% foram para beneficiários do SNS. Além de ter um papel crucial na saúde pública por contribuir para o diagnóstico e análises críticas para o tratamento eficaz dos cidadãos, a atividade dos associados da ANL tem igualmente um impacto significativo na economia nacional, uma vez que emprega diretamente mais de 5700 colaboradores e é responsável pelo seu sustento e das suas respetivas famílias.

Questionados sobre a evolução esperada da atividade para este ano, apenas 20% dos laboratórios esperam uma evolução positiva, enquanto a expectativa de evolução negativa é significativamente superior, com 40% dos laboratórios a considerarem que o corrente ano será pior do que 2023.

No geral, as principais conclusões foram obtidas a partir dos inquéritos recebidos até ao dia 14 de julho, que representam uma parte substancial do setor convencionado, abrangendo 57% dos laboratórios associados e 85% do volume total de negócios. "Esta representatividade sublinha a relevância e a influência dos Laboratórios Associados à ANL na prestação de cuidados de saúde", informa a ANL em comunicado.



Necessidade de maior estabilidade e previsibilidade nas políticas que afetam o setor.

Entrave na gestão das convenções gera constrangimento operacional

"Os resultados deste inquérito comprovam a importância dos laboratórios clínicos e o seu contributo para o sistema de saúde português. Apesar de se viverem tempos instáveis e preocupantes no setor convencionado, principalmente devido à internalização dos MDCT nas ULS, os laboratórios associados da ANL continuam a sua missão de prestar os seus serviços com proximidade, excelência e humanidade. É encorajador ver em números o impacto positivo que temos na saúde pública, nos Cidadãos e na economia nacional", afirma Nuno Marques, diretor-geral da ANL.

ANL defende a estabilidade e o progresso do setor

Segundo informa a ANL, "Há mais de 40 anos que os Laboratórios de Análises Clínicas convencionados estão ao lado do SNS para garantir o acesso a cuidados de saúde de qualidade nosso País e assim pretendem continuar a fazê-lo".

"A ANL mantém-se comprometida em promover a excelência nos serviços laboratoriais prestados e continuará a defender os direitos dos utentes ao acesso, liberdade de escolha e qualidade, bem como os interesses dos seus associados, contribuindo para um sistema de saúde mais justo, eficiente e centrado no doente", acrescenta.

A ANL foi fundada em 2005, com o objetivo de representar as entidades do setor privado que exercem atividades de análises clínicas/patologia clínica e de investigação biológica ou farmacêutica. Faz parte da Federação Nacional dos Prestadores de Cuidados de Saúde (FNS) e é uma associação de cariz empresarial, abrangendo entre os seus associados toda a tipologia de laboratórios, desde as pequenas e médias empresas até às maiores empresas que existem em Portugal.

"A ANL defende a estabilidade e o progresso do setor, bem como a competitividade, a manutenção dos postos de trabalho e a excelência do serviço que os laboratórios privados prestam às populações", conclui.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

- Em 2023, os laboratórios convencionados atenderam cerca de 10 milhões de utentes e realizaram mais de 90 milhões de atos, dos quais mais de 58% foram para beneficiários do SNS.
- O preço dos atos convencionados regista a pior pontuação, com 90% das empresas a considerar o impacto deste fator como a maior dificuldade operacional à atividade.
- Os entraves na gestão das convenções são considerados o segundo constrangimento com impacto muito elevado por 88% das empresas e significativo por 13%.

Baixa literacia financeira penaliza reformas

Aversão ao risco financeiro, fraco planeamento atempado e baixa literacia financeira da população portuguesa justificam poupanças pouco diversificadas e condicionam reformas financeiramente mais seguras e estáveis. A conclusão é revelada na mais recente Nota Informativa – Observatório da Despesa em Saúde – Transformação Demográfica e (Des)Acumulação de Riqueza, da autoria dos investigadores Pedro Pita Barros, detentor da Cátedra BPI | Fundação "la Caixa" em Economia da Saúde, e Carolina Santos, no âmbito da Iniciativa para a Equidade Social, uma parceria entre a Fundação "la Caixa", o BPI e a Nova SBE.

Maior conhecimento permitirá decisões mais informadas

O aumento da esperança média de vida aliado à redução da taxa de natalidade tem alterado significativamente a estrutura etária da população portuguesa.

Os dados analisados na presente Nota Informativa revelam que a população com 50 ou mais anos em Portugal apresenta uma concentração significativa da sua riqueza em habitação própria – em 2022 75% da riqueza bruta total estava alocada à habitação (11 pontos percentuais superior à média europeia) – o que associado a uma baixa participação em ativos financeiros, como títulos, ações, obrigações ou fundos de investimento (que em 2022 representavam apenas 0,75% da riqueza) revela que a população portuguesa com 50 ou mais anos apresenta uma fraca capacidade para fazer face a despesas diretas em saúde avultadas e/ou inesperadas. Esta é uma questão particularmente relevante, uma vez que em Portugal, à data de 2021, 29% das despesas em saúde eram asseguradas diretamente pelos cidadãos, uma percentagem 11 pontos percentuais superior à média da OCDE, que é de 18%, referem os investigadores acrescentando Portugal é o terceiro país da OCDE em que o peso da despesa direta em saúde no consumo final das famílias é mais elevado, o que evidencia que o esforço das famílias em financiar despesas diretas em saúde é já muito elevado. Na ausência de ativos líquidos suficientes para cobrir despesas diretas em saúde, as necessidades de saúde não satisfeitas tenderão a aumentar entre a população mais velha.

Num cenário de longevidade crescente e com uma população predominantemente avessa ao risco, torna-se essencial desenvolver programas de educação financeira.



PAULO VAZ
Jurista e Gestor

O Estado contra a sociedade civil

"(…) A liberdade exige também que se repense a noção de Estado. O Estado deve ser defendido. Para preservar o Estado democrático, é necessário reformá-lo". Francisco Sá Carneiro

Não há nada pior para um país do que verificar que o Estado, que deveria organizar o coletivo, cumprindo as suas funções primordiais, se divorcia e isola da sociedade civil e até se coloca em claro antagonismo.
Vemos isto nos regimes totalitários quando o Estado e os seus órgãos e estruturas se acham capturadas por quem detém o poder político e o usa para tiranizar a população, perseguindo quem não está alinhado com a autoridade reinante e a ideologia que usa para se legitimar.
Os exemplos são muitos e pungentes, basta olhar para a Coreia do Norte, Cuba, Federação Russa ou Venezuela, mas outros poderiam ser trazidos à colação para percebermos imediatamente, pela prática que aplicam, do que estamos a falar. Um Estado que oprime a sua sociedade civil, limitando os seus direitos, liberdades e garantias, justificando isso sempre com o interesse geral, que afinal é apenas o interesse de quem detém o poder.
Nos regimes liberais, em que a prevalência do Estado de Direito e em que os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos estão acima de qualquer tentação totalitária, o Estado está ao serviço da sociedade civil, para a proteger e para assegurar que a sua esfera de liberdade se encontra garantida contra qualquer arbítrio, razão pela qual a liberdade de expressão e a pluralidade de opinião está assegurada, estando na divisão dos poderes, entre o legislativo, executivo e judicial, o alicerce das instituições para preservar a independência, evitando intromissões e abusos.
Contudo, mesmo nos Estados de Direito pode haver desvios, aos quais a sociedade civil terá de estar atenta, reagindo e contrariando, usando a liberdade de expressão através, entre outras coisas, através da imprensa livre e independente, para fazer valer o direito à diversidade de opinião e ao contraditório.
Acontece que, quando o Estado cresce sem parar, como tem acontecido em Portugal, várias coisas começam a estar em causa, sendo que a primeira delas é o regime: vivemos num Estado de Direito formal, mas este tem quase 800 mil funcionários, consome mais de metade da riqueza nacional, asfixia quem trabalha e quem investe com uma carga fiscal cada vez maior e proporcionando serviços cada vez piores, e que, mais das vezes, parece capturado pela disputa política de lugares e prebendas, garantindo a fidelidade de clientelas políticas, a maior parte das vezes aí colocadas por simples confiança política e não por competência e mérito.
Além disso, o cidadão comum começa a sentir receio de se expressar, pois muitos departamentos desse mesmo Estado olham para ele como um sujeito atavicamente suspeito, sempre pronto a prevaricar e a contornar a lei, invertendo aquilo que deveria ser sagrado num Estado de Direito democrático e que é presunção de inocência. Tudo parece agora estar invertido: o contribuinte é que tem de provar que não realiza evasão fiscal e o investigado num processo é que se obriga a provar que não é culpado, mesmo quando nem sequer é arguido ou tem acusação, simplesmente por que é julgado na praça pública.
O "jus imperium" do Estado dá-lhe a prerrogativa de fazer o que lhe apetece, quando lhe apetece e no "timing" que entender, não havendo qualquer possibilidade real do cidadão se lhe opor ou invocar os seus direitos, pois basta ver quanto tempo demoram a decidir os processos nos tribunais administrativos e fiscais, ou em qualquer outro pleito judicial que envolva a máquina do Estado, seja ela de gestão administrativa ou no âmbito da justiça.
Aliás, tanto é assim que mesmo o poder político quando assume a governação vê-se, a maioria das vezes, impossibilitado de realizar reformas, pois o sistema reage, contraria e suplanta qualquer voluntarismo de transformação. Quantas vezes já ouvimos falar da reforma da Justiça, da Educação, do Sistema Nacional de Saúde ou do Sistema Tributário, prevalecendo sempre a burocracia e os grupos corporativos que a gerem e a quem esta interessa, pois, em primeira linha, garante os respetivos empregos, mesmo que o seu trabalho seja redundante e inútil.
Se isto é verdade em Portugal, na Europa não é melhor: a sanha por regulamentar tudo e todos, em prejuízo da competitividade e afirmação da União, está a aprofundar o divórcio entre Bruxelas e os cidadãos comunitários, fazendo crescer o populismo e os extremismos políticos. A Europa dos "pais fundadores", cujos princípios claros e generosos proporcionaram largas décadas de paz e prosperidade, está a converter-se aos poucos numa máquina tecnocrática, obcecada por aplicar controlo e regulamentos desde a estratégia para a defesa comum aos parafusos dos suportes de papel higiénico nas casas de banho dos aeroportos!
Há muitas formas de matar a liberdade, a criatividade e o empreendedorismo: as ditaduras fazem-no pela força, a Europa parece querer fazê-lo pela legislação. O resultado, infelizmente, é o mesmo. Cria-se uma cultura de obediência bovina, que facilmente abre mão dos seus direitos, liberdades e garantias, por uma ilusão de segurança, embora o final venha a ser invariavelmente o mesmo: nem liberdade nem segurança, apenas o servilismo dos escravos, satisfeitos simplesmente por existirem, tarde demais para o contrariar o destino.

> **"Quantas vezes já ouvimos falar da reforma da Justiça, da Educação, do Sistema Nacional de Saúde ou do Sistema Tributário"**



MANUEL DE CARVALHO E SOUSA
Docente do ISAG-European Business School

O valor económico do espaço público

O espaço público é um espaço de uso comum, utilizado por todos, com um valor predominantemente social.
O espaço público, é o local de encontro e de relações interpessoais por excelência, cujo valor depende da sua localização, da configuração, das condições ambientais, que no seu conjunto têm um papel determinante para a atratividade e vivência destes espaços.
Os espaços públicos podem definir-se como espaços de circulação (uma rua ou a praça), de espaços de lazer, recreio e saúde (uma praça ou parque urbano) ou de contemplação (um jardim público ou miradouro). Os bons espaços públicos são aqueles lugares que têm com frequência, eventos, onde se estabelecem facilmente relações sociais e económicas e onde há encontro de amigos e de culturas.
Quando esses espaços públicos funcionam bem, eles são um palco privilegiado para a vida pública, devendo ser bem planeados, tendo em conta a cultura, a acessibilidade, a localização e os hábitos dos utilizadores.
A rentabilização do espaço público é medida em termos da usufruição da população, que para além da boa acessibilidade, que deverá ser sempre que possível inclusiva para quem tem mobilidade reduzida e outras limitações físicas. Deverá ser também seguro, dinâmico, confortável do ponto de vista bioclimático e ecologicamente equilibrado, para que possa ser amplamente utilizado pelas várias gerações ao longo de todo o ano.
O retorno do investimento no espaço público não é geralmente feito de forma direta, mas sim, através do gosto de pertença da população, na atratividade do investimento, na captação de fluxos turísticos e de novos residentes e na dinamização do comércio local.
A presença de espaços públicos atrativos pode fazer com que uma vila ou cidade se destaque, não só para os locais, mas também como um destino turístico, criando uma marca local forte e atraindo eventos internacionais, como conferências e festivais, que movimentam depois a economia.
Os espaços públicos desempenham um papel vital na estruturação das cidades e isso confere valor ao espaço urbano. Estes quando bem planeados e com boa manutenção valorizam os ativos imobiliários. Essa valorização ocorre porque as pessoas em geral preferem viver, trabalhar e investir em áreas com bons espaços públicos, que oferecem qualidade de vida, segurança, e opções de lazer. Essa atratividade não só beneficia os proprietários e investidores, mas também toda a economia local, através do aumento do volume de negócios, do aumento do turismo e consequentemente também o próprio Estado, pelo aumento das receitas fiscais.
A estruturação do espaço públicos muitas vezes é vista como um custo e não como um investimento, pois esses custos podem ser compensados por economias em outras áreas. Por exemplo, parques urbanos bem distribuídos e acessíveis podem reduzir a necessidade de grandes gastos em saúde pública, ao promover um estilo de vida mais ativo e saudável entre a população.
A presença de áreas verdes está associada à diminuição dos níveis de ansiedade e stress e a um menor índice de doenças crônicas, o que alivia o sistema de saúde pública.
O espaço público bem desenhado incentiva o uso de transportes alternativos, como bicicletas e circulação pedonal, reduzindo o tráfego automóvel e a poluição.
Cidades com espaços públicos vibrantes tendem a ter uma população mais integrada e satisfeita, o que pode resultar em menor criminalidade e um ambiente social mais estável. Esta estabilidade social, por sua vez, é um fator importante para a atração de novos investimentos e para o desenvolvimento económico sustentável.
Portanto, as políticas urbanas devem reconhecer e promover o desenvolvimento de espaços públicos de qualidade também como um investimento estratégico para o futuro económico das cidades.

Crédito ao consumo aumenta para quase cinco mil milhões

Os bancos e as entidades financeiras atribuíram cerca de cinco mil milhões de euros de crédito ao consumo nos primeiros sete meses do ano. O que se traduziu num aumento de 9%, face a igual período do ano passado. Tem-se verificado uma tendência de crescimento desde a pandemia. Todos os segmentos de crédito registaram aumentos, com destaque para a compra de automóvel.

Ofertas de emprego abrandam na Zona Euro e na UE

Taxa de ofertas de emprego abrandou, no segundo trimestre, para os 2,6% face aos 3,1% de período homólogo, na Zona Euro, e aos 2,9% do primeiro trimestre. Na UE, a taxa de 2,4% com a 2,9% homóloga e de 2,6% dos três meses anteriores, de acordo com o Eurostat. Em Portugal, no vigésimo lugar da tabela, o indicador avançou 1,4%, contra 1,5% homólogo e maior do que os 1,2% do primeiro trimestre.

Indústria têxtil e vestuário espera recuperação



"A indústria têxtil e vestuário portuguesa continua a demonstrar capacidade de adaptação e resiliência", refere a ATP. É esperada uma retoma nos próximos meses, tendo em conta as importações de matérias-primas. À Medida que o setor continua a investir em novas tecnologias e em práticas sustentáveis, "espera-se que a competitividade internacional da ITV portuguesa continue a fortalecer-se".

O setor exportou 529 milhões de euros em julho, mais 3% do que em igual mês do ano passado. Este aumento foi acompanhado por uma expansão de 12% na quantidade exportada, evidenciando um mês de forte atividade produtiva e exportadora. As importações de matérias-primas – essenciais para a produção de têxteis e vestuário em Portugal – aumentaram significativamente em julho, com uma subida de 40% em quantidade, "refletindo a preparação do setor para intensificar a produção e atender à procura internacional, dando sinais de uma retoma há muito esperada", adianta a associação.

Setor exportou 529 milhões de euros em julho

Apesar dos resultados positivos em julho, o acumulado de janeiro a julho, registou uma ligeira queda de 6% no valor total das exportações, para 3376 milhões de euros, e uma redução marginal de 0,3% na quantidade exportada. Alguns mercado tradicionais têm-se mostrado desafiantes, mas outros estratégicos têm aberto oportunidades de negócios. De salientar que Portugal tem reforçado a sua quota de mercado na maioria dos países da União Europeia.

Grupo Casais abre candidaturas para a segunda edição do Programa Geração C

O Grupo Casais anunciou o lançamento da segunda edição do programa Geração C, uma iniciativa voltada para a atração e desenvolvimento de talento jovem na área da construção civil, que contempla, este ano, várias oportunidades de estágios remunerados.

Objetivo é formar gestores de obra

Com o objetivo de formar futuros gestores de obra, o programa oferece estágios profissionais de nove meses a candidatos que tenham até 35 anos (inclusive) e três anos de experiência, com formação em construção e engenharia civil. O processo de recrutamento e seleção inclui triagem curricular, dinâmicas de grupo em Lisboa e Braga e entrevistas técnicas com os diretores. Durante o estágio, os participantes terão a oportunidade de se desenvolver em obras de referência do Grupo Casais, tal como os participantes da 1ª edição que estão alocados às obras do DistriktLisbon e do Campo Novo, em Lisboa, assim como do IP Douro, no norte do país. Além disso, irão contar com acompanhamento personalizado, atribuição de tutores e acesso a todos os benefícios oferecidos pelo Grupo.

ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DENUNCIAM FALTA DE TRANSPARÊNCIA

Seguradoras não comunicam aumentos de preços às empresas

As seguradoras não vão informar as empresas sobre os aumentos de preços que fazem na renovação das apólices. A posição comum a todas as companhias e defendida pela Associação Portuguesa de Seguradores apoia-se numa recomendação da APS, a entidade reguladora, que inclui apenas os seguros de particulares em termos de informação recomendada sobre aumentos de preços. Vários dirigentes associativos contestam a posição das seguradoras e lamentam a falta de transparência em relação às empresas.



As seguradoras que operam no mercado português não querem alterar a prática seguida nos aumentos de preços nos seguros das empresas. Até agora, as seguradoras têm feito os aumentos de preços nas renovações dos contratos sem informar os segurados, comunicando apenas o valor da anuidade seguinte.

Essa prática está a ser contrariada pela ASF – Autoridade Supervisão de Seguros, que em 29 de março do ano passado emitiu uma recomendação sobre a informação de aumentos de preços que devia ser comunicada aos segurados. A questão alvo de um trabalho publicado na edição n.º 2038, da Vida Económica, publicada em 19 de Julho deste ano.

Em janeiro do corrente ano, a ASF emitiu uma nova recomendação e admitiu uma prorrogação até 31 de dezembro de 2024 nos casos em que o aumento de preço se deva à iniciativa dos segurados, ou seja, no número reduzido de situações em que os clientes tomam a iniciativa de alterar as condições do contrato.

No entanto, por solicitação das seguradoras, as empresas foram excluídas das recomendações da ASF, e as empresas não estão a receber informação sobre aumento de preços na renovação dos contratos, nem está previsto que tal venha a acontecer.

Seguradores omitem alterações de preços para diminuir a concorrência no mercado

Segundo apurou a "Vida Económica", e apesar de a recomendação da ASF estar em vigor desde março de 2023, a maioria das seguradoras continua a não comunicar os aumentos de preços que são introduzidos na renovação dos contratos, mesmo em relação aos seguros de particulares.

A Fidelidade foi a primeira seguradora a alterar este ano o procedimento, seguindo a recomendação da ASF em relação aos ramos de seguro e aos segurados incluídos na recomendação da ASF.

A maioria das seguradoras ainda não cumpre a recomendação da entidade supervisora, alegando que só o deverá fazer a partir de janeiro de 2025, quando a circular da ASF só considera esse prazo nos casos em que o aumento de preço se deva a alterações introduzidas pelos segurados.

Dirigentes associativos contestam tratamento discriminatório para as empresas

"A conduta das seguradoras ao não informarem sobre as alterações de preços que aplicam na renovação dos contratos que envolvam empresas, configura uma atuação que viola as obrigações contratuais e ignora as recomendações expressas da ASF" – considera Luis Miguel Ribeiro. Em declarações à "Vida Económica", o presidente da AEP – Associação Empresarial de Portugal considera que os avisos de pagamento de renovações de contratos de seguro devem ser mais detalhados quanto às alterações verificadas, designadamente sobre o novo valor do prémio e as razões para o aumento, não se limitando a referir apenas o valor do novo prémio de seguro aplicável, por forma a que os segurados possam tomar decisões informadas sobre a sua vontade de continuidade, ou não, do contrato de seguro.

"Ao adotarem critérios desiguais, discriminando as empresas por não lhes comunicarem, nem tencionam comunicar, os aumentos de preços nos contratos de seguro, as seguradoras originam litígios judiciais, considerando-se uma prática que deveria ter como consequência a aplicação de coimas pela ASF, por violação das normas da concorrência, uma vez que todas as seguradoras adotam a mesma prática, havendo uma diminuição da concorrência no mercado de seguros" – acrescenta o presidente da AEP.

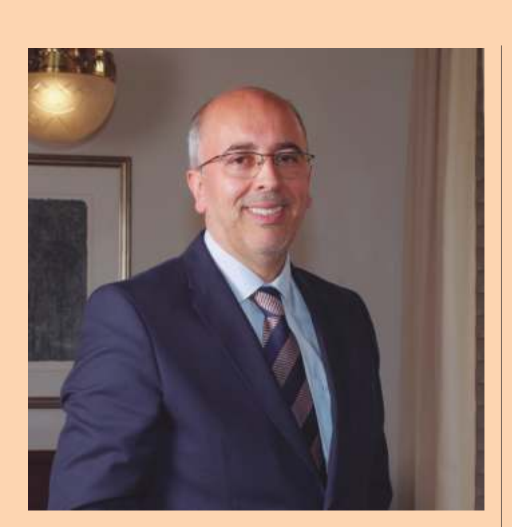
Para Luis Miguel Ribeiro, essa iniciativa de informação devia ser tomada pelas seguradoras, em nome dos princípios da transparência e da confiança.

"Compete à seguradora informar, de forma clara, a empresa de todas as circunstâncias que poderão, durante a vigência do contrato, determinar um aumento no prémio do seguro, sob pena da quebra da credibilidade depositada pelas empresas na sua relação com a entidade seguradora.

A não comunicação às empresas frusta não só a sua confiança, como também o seu direito em obter legítimas informações sobre o contrato de seguro" – resume Luis Miguel Ribeiro.

Ao omitirem a informação, as seguradoras adotam um comportamento diferenciado face à prática seguida nos outros países europeus, não garantindo o princípio da transparência, nem protegendo os direitos dos segurados.

Para Luis Miguel Ribeiro, pode ser necessário rever o Regime Jurídico do Contrato de Seguro "... no sentido de estabelecer



Para Luis Miguel Ribeiro, a falta de informação indicia uma violação das normas da concorrência, uma vez que todas as seguradoras adotam a mesma prática, havendo uma diminuição da concorrência no mercado de seguros.



Rafael Campos Pereira considera que as empresas devem incluir a obrigação de informação sobre aumentos de preços nos contratos com as seguradoras.



Ana Vieira, secretária geral da CCP afirma que é possível melhorar as práticas seguradoras com o apoio das redes de mediadores que colocam a esmagadora maioria dos produtos de seguros no mercado.



"Não se entende que as empresas sejam discriminadas negativamente relativamente aos clientes individuais" – afirma Luis Ceia, presidente da CEVAL.

normas legais imperativas que obriguem as seguradoras a informar os segurados sobre qualquer aumento nos prémios de seguro na renovação do contrato".

O presidente da AEP reitera "...a importância vital da transparência, não apenas no caso particular de seguros, mas, transversalmente, em todos os aspetos da atividade empresarial, de forma a garantir maiores níveis de segurança e previsibilidade para as empresas portuguesas e contribuir, assim, para o seu sucesso".

AIMMAP propõe alteração nas condições particulares dos contratos

"A confirmar-se a falta de comunicação às empresas das alterações dos preços dos seguros por parte das seguradoras, tratar-se-á de um comportamento muito pouco transparente" – afirma Rafael Campos Pereira. Para o vice-presidente da AIMMAP – Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos e Afins de Portugal, as empresas devem estar mais atentas e ativas nos contratos de seguros.

Nesse sentido, "... sem prejuízo de entender que a Autoridade de Supervisão de Seguros deverá ter o cuidado de recomendar às seguradoras que informem previamente os segurados dos aumentos dos prémios, previamente à renovação, não deixo igualmente de alertar as empresas para estarem atentas a esse detalhe muito importante e passarem a negociar a integração da obrigação de comunicação dos aumentos nas cláusulas particulares dos contratos que venham a celebrar" – afirma Rafael Campos Pereira.

Atraso no cumprimento das recomendações não é positivo

"Pela análise das circulares da ASF, de 2023 e 2024, parece haver algum atraso na implementação das recomendações e na sua monitorização, o que não é positivo" – afirma Ana Vieira. Em declarações à "Vida Económica", a secretária-geral da CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal considera haver todas as vantagens na introdução de mecanismos que garantam transparência na determinação dos custos associados a prémios de seguro, nomeadamente em matéria de aumentos de preços.

Segundo refere, para a definição dos seus orçamentos, as empresas também devem saber com o que contam por parte dos seus fornecedores. Muitas empresas têm um pacote de seguros significativo, entre seguros obrigatórios e outros, são cada vez mais as empresas que, por exemplo, oferecem seguros de saúde - e, portanto, esta é uma rúbrica que não é de desconsiderar em termos financeiros.

Para Ana Vieira, é possível melhorar as práticas existentes, aproveitando as redes (sistema bancário e mediadores), que colocam a esmagadora maioria dos produtos de seguros no mercado.

Empresas devem ser incluídas nas recomendações da ASF

"Não se compreende o facto de a ASF não incluir as empresas nas suas recomendações" – lamenta Luis Ceia. Para o presidente da Confederação Empresarial do Alto Minho as empresas devem receber a informação sobre os aumentos dos preços dos seguros.

"Num contexto onde a grande maioria das empresas são PME, cujos recursos humanos afetos às áreas administrativas são por vezes muito reduzidos e tem como principal função o apoio direto à produção e serviços prestados de forma a satisfazer as necessidades imediatas dos clientes, questões administrativas como os prémios de seguros e outros assuntos de apoio indireto à atividade da empresa são deixados para segundo plano na ordem de prioridades" - afirma. No caso concreto dos prémios de seguro, as renovações por serem na sua generalidade automáticas não são na maioria das situações acompanhadas em tempo útil, sendo a empresa ultrapassada pelo acontecimento. "Perante um cenário deste género, não se entenda que as empresas sejam discriminadas negativamente relativamente aos clientes individuais" – refere Luis Ceia.

Para Luis Ceia, a informação sobre os aumentos dos preços pode favorecer as rescisões de contratos de seguro, o que é contrário ao interesse das seguradoras. "Mas, a transparência e a confiança que dai advém, serão certamente premiadas num futuro próximo, pois as empresas, muito em particular as PME, assentam muito a sua atuação no estabelecimento de relações de acompanhamento e confiança"- conclui Luis Ceia.

Seguros têm grandes variações de preços no mercado

"As variações de preços entre as seguradoras que operam no mercado são bastante significativas" – afirma David Pereira. Para o presidente da APROSE, a associação dos mediadores de seguros as diferenças de preços explicam-se pelo posicionamento das seguradoras e pela evolução da sinistralidade das suas carteiras de seguros.

Ao ser pedida uma cotação para uma frota de 15 automóveis para uma empresa as propostas de preço de seguro com os mesmos capitais chegam a variar entre €10.000 e €22.000. de acordo com David Pereira a diferença entre a cotação mais favorável e a mais cara pode representar mais do dobro em função da seguradora.

Para o presidente da Aprose, os mediadores profissionais têm um papel crucial no apoio e aconselhamento na contratação de seguros.

Ao serem confrontadas com os novos preços na renovação dos seguros as empresas devem consultar outras seguradoras em vez de aceitarem de forma passiva os aumentos aplicados pelas seguradoras.

Segundo disse à "Vida Económica", não existe qualquer razão lógica para as empresas serem excluídas nas recomendações da ASF sobre a informação de aumentos de preços de seguros.

Para David Pereira, a mesma falta de transparência sobre aumentos de preços dos das seguradoras em relação às empresas também se verifica em relação aos mediadores.

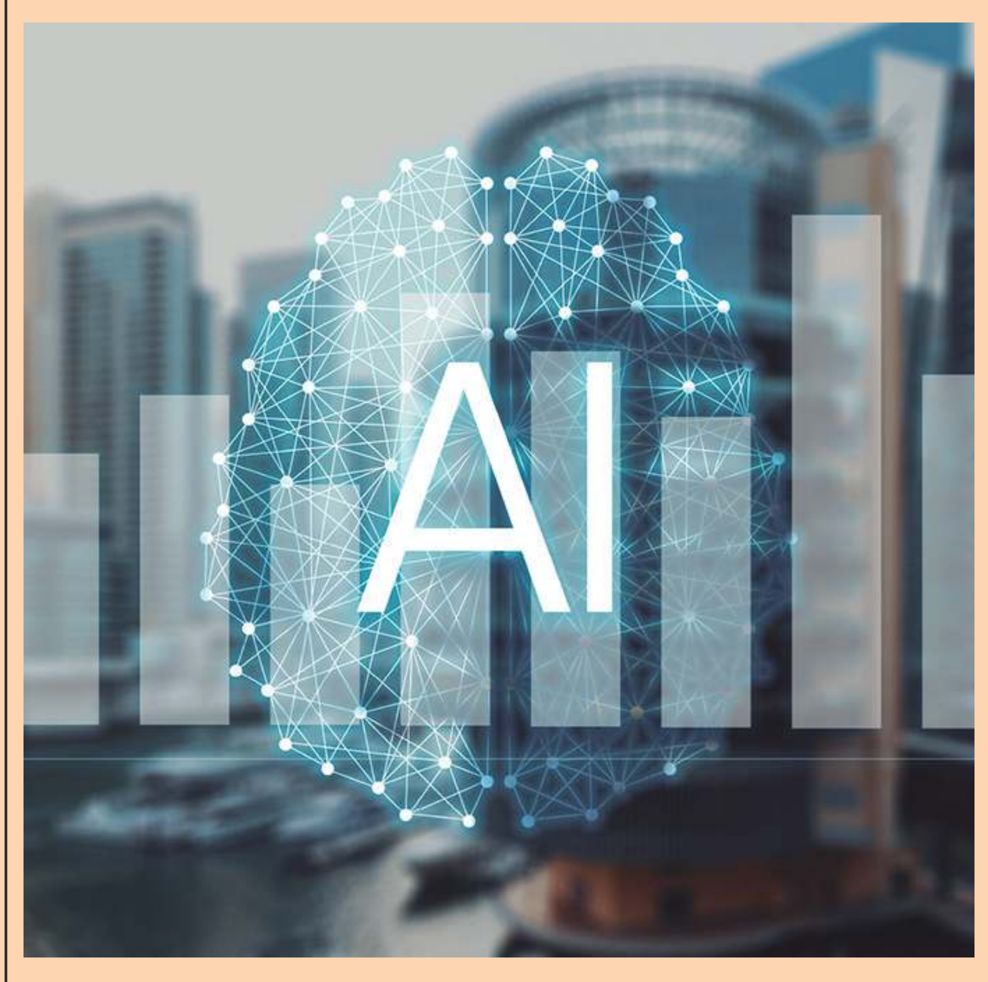
Por isso, a Aprose considera que os mediadores prestam um apoio essencial na análise de preços, deteção dos desvios, consulta das seguradoras no mercado e verificação das coberturas.

De acordo com David Pereira, os aumentos de preços aplicados pelas seguradoras nas renovações dos seguros das empresas são consideráveis. No caso de ocorrerem sinistros, o aumento de preço na renovação de seguro pode atingir 40% ou mesmo 50% mais face à anuidade anterior.

Não havendo sinistros, os aumentos anuais de preços andam geralmente entre os 5% e 15%, estando sempre bastante acima da inflação

STI CONSIDERA INTENÇÃO DO GOVERNO UMA "ANEDOTA"

Implementação da inteligência artificial na AT "vai demorar anos"



"A IA vem combater a economia paralela? Isso é uma anedota", afirma o presidente do STI, Gonçalo Rodrigues.

O Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) considera que a intenção avançada pelo Governo de recorrer a ferramentas de Inteligência Artificial na Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) para fazer inspecção "é, neste momento, uma anedota".

"A IA pode ser útil quer na AT quer em qualquer outro ramo do Estado, como por exemplo no ensino, segurança nacional ou no SNS, mas não é, pelo menos para já, uma alternativa viável para combater a economia paralela. A reunião do Governo com os sindicatos no passado dia 9 de setembro correu muito mal e agora estão a querer dizer aos trabalhadores: não se queixem, senão substituímos-vos pela IA", informa o STI, em comunicado.

Vaticinando que "esta é uma medida que pode demorar anos até ser uma realidade" o presidente do STI, Gonçalo Rodrigues, traça o diagnóstico actual na AT: "Os meios tecnológicos estão uma miséria. Qualquer projecto informático, mesmo a coisa mais simples, como um programa de digitalização de documentos, demora anos a ser implementado e, ainda assim, funciona mal quando entra em funcionamento. A IA vem combater a economia paralela? Isso é uma anedota", afirma o líder sindical.

Recorde-se que o Governo quer reforçar a AT com ferramentas de Inteligência Artificial (IA) para ajudar a seleccionar os contribuintes objecto de inspecção, conforme dito na passada quarta-feira, pela secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, Cláudia Reis Duarte, durante uma audição da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP), no Parlamento.

O sindicato acredita que a utilização da IA até pode ajudar nessa função específica, mas sublinha que "o combate à economia paralela está fora dos Big Data a que a AT tem acesso e a IA não conseguirá de forma alguma substituir o trabalho feito por inspectores no terreno".

> "O combate à economia paralela está fora dos Big Data a que a AT tem acesso"

Gonçalo Rodrigues insiste que essa notícia não tem em conta a realidade do funcionamento da economia paralela, classificando-a como "sendo apenas um 'soundbite' do Governo, para desvalorizar os trabalhadores da AT e a sua missão nuclear para o Estado".

"Facto aliás que desilude a estrutura sindical, que considera que os problemas estruturais da organização continuam sem resolução e não são uma prioridade governamental", acrescenta o STI.

Assim, "sem alternativa", avisa: "Estamos sempre prontos para o diálogo e para fazer propostas construtivas, mas teremos de dar todas as ferramentas possíveis aos trabalhadores da AT para mostrarem o seu descontentamento, através de todas as formas de luta legalmente possíveis".

"Para este governo quem não faz barulho e quem não cria instabilidade nos serviços do Estado não merece ser valorizado", finaliza o Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos.

FEIRA INTERNACIONAL DE PEDRA NATURAL EM VERONA

Empresas portuguesas com participação de peso na Marmomac

A 58ª edição da Marmomac, a mais importante feira internacional dedicada à cadeia de produção de pedra natural, receberá, entre os dias 24 e 27 de setembro, mais de 1400 expositores de todo o mundo em Verona, Itália. Portugal volta a destacar-se como um participante de peso, com a presença de 57 empresas, 34 das quais apoiadas através do projeto conjunto de internacionalização da ASSIMAGRA - Associação Portuguesa da Indústria dos Recursos Minerais, ocupando uma área total de 1800 metros quadrados.

Esta participação acontece pela quarta vez consecutiva sob a marca setorial Stoneby PORTUGAL, que tem vindo a comunicar de forma robusta e credível a qualidade e excelência da pedra e empresas portuguesas, elevando a imagem do setor e de Portugal nos mercados mais exigentes.

A presença na Marmomac constitui uma oportunidade estratégica para as empresas portuguesas se posicionarem no epicentro do setor a nível internacional, permitindo-lhes estabelecer ligações com outros profissionais, explorar novas tendências e tecnologias, e consolidar a sua presença global como líderes na indústria da pedra natural.

Quarta participação consecutiva sob a marca setorial Stoneby PORTUGAL

Esta ação é apoiada pelo Compete 2030, Portugal 2030 e União Europeia, através do FEDER, sublinhando a aposta do Governo na dinamização e internacionalização do setor da pedra natural.

A ASSIMAGRA representa e defende os interesses da indústria dos recursos minerais em Portugal, promovendo a inovação, sustentabilidade e competitividade do setor. Entre as suas principais funções estão a organização de eventos sectoriais, a divulgação de boas práticas e a implementação de iniciativas que visam a sustentabilidade e a internacionalização das empresas associadas.



Portugal ocupará uma área total de 1800 m2.

Com uma abordagem proativa e integradora, a ASSIMAGRA contribui para o crescimento e a modernização da indústria dos recursos minerais em Portugal, destacando o país como um líder global na produção e exportação de pedras naturais.

Grupo os Mosqueteiros lança novo website de recrutamento para empresários

Objetivo é atrair empresários independentes e empreendedores

O Grupo os Mosqueteiros lançou a versão reformulada do seu website de recrutamento "Mudar de Vida" para atrair empresários independentes e empreendedores a explorar as oportunidades que o Grupo oferece nas diferentes áreas de negócio.

Os empresários independentes e empreendedores interessados em aderir terão a oportunidade de gerir o seu próprio negócio, usufruindo da notoriedade, experiência e suporte de um grupo internacional presente em Portugal há mais de 30 anos. Este apoio abrange várias áreas, incluindo logística, direção comercial, desenvolvimento, qualidade, marketing, garantindo que todos se possam concentrar no crescimento e sucesso dos seus negócios.

As condições para ser empresário do Grupo Os Mosqueteiros incluem disponibilidade de capital, motivação para criar um negócio próprio, dinamismo, boas capacidades de gestão e liderança, e disponibilidade geográfica. Além disso, os candidatos devem estar dispostos a participar numa formação intensiva, teórica e prática, adaptada à insígnia escolhida.

MERCADO PORTUGUÊS ENTRE OS TRÊS MELHORES

Transavia transportou mais de 660 mil passageiros para Portugal

Portugal foi, uma mais vez, um dos três melhores mercados na rede global da Transavia no pico do Verão de 2024 (julho e agosto), transportando um total de 661 161 passageiros de/para Portugal – respetivamente, mais de 420 mil lugares entre França e Portugal e 220 mil lugares de/para Países Baixos e Bélgica (Bruxelas).

"O mercado português continua a ser um mercado estratégico e um continuado sucesso comercial para a Transavia, e os resultados no pico de verão de 2024 são mais uma prova desta posição. Ao mesmo tempo, rotas populares como Porto – Paris-Orly, Lisboa – Paris-Orly ou Faro – Amesterdão continuam a estar no topo das preferências dos nossos clientes. Continuamos totalmente empenhados neste mercado dinâmico e aprimorado, um mercado que desempenha um papel importante na nossa própria história, especialmente no que toca à nossa operação francesa", afirmou Nicolas Hénin, Chief Commercial Officer da Transavia France.

Em termos de assentos vendidos no pico do verão de 2024, Porto – Paris Orly (64 399 assentos), Lisboa – Paris-Orly (50 719), Faro – Paris-Orly (30 879), Faro – Amesterdão (27 970) e Faro – Roterdão (16 606) foram as cinco principais rotas (top5) entre Portugal e os dois mercados domésticos da companhia aérea low-cost do Grupo Air France-KLM. E, com uma taxa de ocupação (load factor) média de cerca de 90%, idêntica à verificada no mesmo período de 2023, as rotas mais populares em load factor foram Lisboa – Roterdão (97%), Porto – Amesterdão (97%), Lisboa – Eindhoven (95 %), Lisboa – Amesterdão (94%) e Faro – Amesterdão (94%).



Rotas Porto – Paris-Orly, Lisboa – Paris-Orly ou Faro – Amesterdão continuam a estar no topo das preferências

Nova rota Porto – Bordéus

Em relação às vendas de final de verão, a Transavia, com uma tarifa média semelhante, está a experienciar um aumento de 3% em termos de ocupação em setembro, face a período homólogo. A este respeito, sublinha-se a forte procura de bilhetes para a nova ligação entre o Porto e a soberba Bordéus, um serviço inaugurado a 13 de dezembro próximo com 2 voos semanais (segundas e sextas-feiras) e tarifas a partir de 34 euros (só ida).

CNSF lança novo concurso de literacia financeira

O Conselho Nacional de Supervisores Financeiros lança um novo concurso de literacia financeira. Trata-se da 13ª edição do Concurso Todos Contam que pretende distinguir os melhores projetos de educação financeira das escolas para este ano letivo. Cada prémio corresponde a livros e materiais escolares, no valor de mil euros. As candidaturas decorrem entre 14 de janeiro e 14 de fevereiro.

Excedente comercial da Zona Euro cai em cadeia

O excedente comercial da Zona Euro caiu ligeiramente em cadeia em julho, devido ao aprofundamento do défice energético e de matérias-primas. Numa comparação homóloga, as exportações cresceram bastante acima do registado com as importações. O saldo da balança comercial da Zona Euro chegou a 21,2 mil milhões de euros, resultado de exportações de 252 mil milhões de euros e importações de 230,8 mil milhões.



ARMANDO CASTRO
Diretor da unidade de negócio
Cegid Primavera Public Sectorna
Cegid em Portugal

Transparência(s): 15 anos de Código dos Contratos Públicos

A Administração Pública é um importante motor da economia nacional e, em simultâneo, há década e meia, o mais escrutinado dos contratantes. Desde 29 de janeiro de 2008 que os operadores económicos e entidades públicas regem as suas relações comerciais pelas normas do Decreto-Lei n.º 18/2008, que aprovava o Código dos Contratos Públicos (CCP).

O diploma procedeu à transposição das Diretivas do Parlamento e do Conselho Europeu que regulavam esta matéria na União Europeia e introduziu diversas alterações que permitiram alcançar, entre outros, os objetivos de regulação, igualdade, desmaterialização, simplicidade e transparência, reformando o sistema de compras públicas.

A introdução das plataformas eletrónicas de compras foi revolucionária. A apresentação de propostas em papel era abandonada e com ela o ato da abertura na presença dos operadores económicos e entidades públicas, para passar a utilizar-se um método totalmente gerido na web, disponibilizado pelos brokers das plataformas de contração pública certificados pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC). Também aos operadores económicos estrangeiros passou a ser mais acessível o processo de candidatura aos procedimentos publicados no Diário da República e no JOUE – Jornal Oficial da União Europeia. Os prazos dos momentos dos procedimentos de aquisição passaram a ser garantidos pelas plataformas de compras públicas, assegurando equidade para todos os intervenientes. As candidaturas passaram a ser registadas com um selo temporal marcando o momento da sua submissão. Todos os atos e documentação ficaram disponíveis para consulta de qualquer interveniente no procedimento de aquisição, elevando assim o pilar da transparência nos procedimentos de aquisição.

A avaliação e seleção das candidaturas dos operadores económicos continuavaa ser da exclusiva responsabilidade da entidade adjudicante, mas o CCP veio dar ao concorrente a possibilidade de análise de todas a propostas a concurso. Cada concorrente passou a poder efetuar a sua própria avaliação das propostas, conseguindo perceber se a sua proposta poderia vir a ser a vencedora e assumindo-se como elemento fiscalizador do procedimento de aquisição. À luz das peças do procedimento e da legislação em vigor, os concorrentes têm a faculdade de, em sede própria, exigir a desclassificação da proposta de outro concorrente ou, perante o relatório preliminar, manifestar e justificar o seu desacordo com a intenção de adjudicação ou de melhor ou pior classificação em determinado fator de avaliação.

Por seu turno, a escolha dos procedimentos de aquisição passou a ser criteriosamente enquadrada nas condicionantes que limitam o tipo de procedimento, por outro, no caso dos ajustes diretos e consultas prévias, a escolha das entidades a convidar envolve também, além do artigo 113.º do CCP, o respeito pelo Código do Procedimento Administrativo (CPA), pelo Orçamento de Estado (OE), pela Lei de Execução Orçamental, pela verificação do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) e demais legislação que garante a elegibilidade dos tipos de procedimento e operadores económicos. O facto de a consulta a três entidades passar a ser obrigatória para procedimentos acima dos 20.000 euros nos bens e serviços ou de 30.000 euros nas empreitadas veio aumentar a concorrência e a transparência.

Ainda na observação dos fatores que contribuem para a transparência das aquisições públicas, emergiu como essencial o Portal do Contratos Públicos, que tem por missão centralizar a informação mais relevante dos procedimentos de contratação pública. A título de exemplo, refira-se que é neste portal que constam os contratos celebrados que resultam dos procedimentos de aquisição e se encontram disponíveis para consulta do público em geral.

Ao longo de década e meia de CCP, sucessivos governos têm incutido diversas alterações que vêm aprimorando os fatores de controlo, simplicidade e transparência. A obrigatoriedade de utilização de faturação eletrónica, a execução de procedimentos com períodos de resposta mais curtos e introdução de novos procedimentos como o Ajuste Direto Simplificado e a Consulta Prévia Simplificada, são disso exemplos. A possibilidade de adjudicação por lotes, sempre possível a divisão do objeto do contrato veio permitir que mais operadores económicos se apresentem a concurso, fomentando a participação daqueles que, perante procedimentos de elevado valor, se viam impossibilitados de concorrer por falta de recursos para preencher os requisitos e/ou dar resposta ao objeto global do concurso.

Mas mesmo em face de acontecimentos exógenos e inesperados, o CCP tornou-se capaz de e assegurar a qualidade da contratação pública. Recentemente, o aumento dos preços das matérias-primas e de outros materiais que se fez sentir desde a pandemia Sars-Cov-2, exponenciado pela crise energética e pela guerra na Ucrânia levou a um aumento dos números de procedimentos que ficaram desertos, de propostas que ultrapassavam o preço base e de contratos que deixaram de ser executados de acordo com a documentação resultante do procedimento de aquisição.

A solução encontrada pelo IMPIC foi a emissão da Recomendação de Boas Práticas 01/2022-CCP, um conjunto de boas práticas aludindo as entidades adjudicantes a prever nas peças dos procedimentos a utilização de diversas faculdades que o CCP já previa, eram utilizadas. Estas incluem a inclusão nas peças dos concursos das possibilidades de: adjudicação de propostas que ultrapassem o preço base, de aplicação de uma taxa de atualização até 20% ao preço proposto, de não definição do preço base no procedimento, de o concorrente sugerir a fórmula de revisão de preços e a de permitir o adiantamento de preços.

Num período em que quase 90% da contratação pública é realizada com recurso ao procedimento por ajuste direto, é fundamental que a legislação promova a realização de procedimentos transparentes e que garanta a todos os intervenientes a celebração de contratos precedidos de processos de negociação íntegros. Se por um lado, as Entidades Públicas procuram a melhor empreitada, bem ou serviço ao melhor preço, por outro, os operadores económicos oferecem os seus produtos ou serviços com a maior rendibilidade possível. À luz de procedimentos transparentes, a concorrência encarregar-se-á e eleger as soluções economicamente mais vantajosas, fator preponderante para a transparência nas aquisições públicas.



M. Margarida Pereira-Müller

Ana Cruz
Empresária e política



Ao falarmos com Ana Cruz temos a sensação de que os caminhos que trilha lhe têm surgido para ela os trilhar. Nasceu há 34 anos na Raposeira, concelho de Vila do Bispo, no seio de uma família de empresários. Nada previa que fosse estudar num colégio interno ou se envolvesse na política

Foi na sua terra natal que fez a escola primária. Após ter terminado o 4º ano, os pais procuraram proporcionar-me outro tipo de visão educacional, outros horizontes. Inscreveram-na primeiramente num colégio interno em Amarante e um ano depois, mudaram-na para o Instituto de Odivelas, como aluna civil. Ter aí estudado, deu-lhe uma experiência única com dinâmicas muito próprias que a fez amadurecer, aprender e aperfeiçoar enquanto ser humano.

Ainda durante o ensino secundário, começou a interessar-te por política. Um amigo lançou-lhe um desafio de ajudar a moldar, a fazer alterações positivas a sua terra. Parecia um desafio quase impossível na altura. O que é certo é que se trabalhou afincadamente durante três anos e conseguiu-se uma inversão de ciclo político. Aos 17 anos, filiou-se no Partido Socialista e, nesse ano, o partido ganhou as eleições autárquicas mantendo-se até aos dias de hoje.

É atualmente presidente de mesa da assembleia de militantes e faz parte do secretariado da Federação do Algarve do PS. Está a candidatar-se à liderança da Federação das Mulheres Socialistas no Algarve, pois está ciente de que "a luta pela igualdade de género implica não só desafiar e transformar práticas culturais, sociais e económicas como também exige um caminho e luta constantes perante a perpetuação da descriminação, por um lado, e a desigualdade, por outro". Acredita que só com um maior envolvimento e proatividade das mulheres na política é possível alcançar a tão desejada igualdade, seja em termos sociais, políticos, de direitos humanos ou de acesso à saúde e habitação.

A militância política não a fez pôr de lado a formação académica. Após ter terminado o ensino secundário, inscreveu-se no ISEG no curso de Economia. Paralelamente, frequentou aulas de Literatura na Faculdade de Letras e cursos soltos na Faculdade de Belas Artes. Após licenciar-se pelo ISEG, iniciou o mestrado, mas não terminou pois estava focada em abrir o seu negócio numa área algo invulgar: livros antigos. Ao mesmo tempo frequentou o curso de avaliador oficial da casa da Moeda e, no ano seguinte, de Gemologia (outra paixão). Face ao seu amor pelos livros frequentou a Fundação Ricardo Espírito Santo para aprofundar os conhecimentos, abrindo finalmente uma loja num bairro histórico de Lisboa, o Bairro Alto.

Em 2019 decidiu viver permanentemente no Algarve e ajudar a família a gerir os negócios. Atualmente dirige duas unidades hoteleiras, o Sagres Sun Stay Surf camp & hostel, em Sagres, e o Hotel Burgau, em Burgau. Reconhece que trabalhar em turismo "permite-nos ter uma a abrangência, cultural, sociológica, sociocultural ímpar. Obriga-nos a nós, enquanto empresários, a reinventarmo-nos, a termos conhecimento do mundo e suas mudanças constantes, mas acima de tudo e fundamental para mim: ir redescobrindo as nossas origens a nossa história tão rica".

FORMAÇÃO

Formação sobre apoios à contratação e qualificação

A ação de formação online da VE/BS sobre "Medidas de apoio à contratação e qualificação dos trabalhadores" decorrerá a 4 de outubro, das 14h30 às 17h30. O objetivo é dar a conhecer aos formandos um resumo das medidas em vigor que visam promover o emprego e os estágios profissionais, através da concessão de benefícios às entidades empregadoras.

VIDA ECONÓMICA/BUSINESS SCHOOL LANÇA NOVA FORMAÇÃO PRESENCIAL

Ferramentas Lean podem ajudar a melhorar produtividade nas empresas

A Vida Económica/Business School vai lançar a formação "Lean", que se realizará nos próximos dias 22 e 29 outubro, 12 e 26 novembro e 3 dezembro, a decorrer das 16h00 às 18h00, no Porto, em local ainda a definir. Ricardo de Mascarenhas é o formador.

"Iremos definir o que é lean e o que é TPS ou excelência operacional e como podem aplicar. Vamos mostrar como escolher a melhor ferramenta para resolver o seu problema (em consciência e não por receita). Depois como aprender e ensinar os e com colegas para crescimento da equipa e aprender a reflectir sobre a experiência (sistematização do trabalho, do processo e base de padronização). Ou seja: consciência -> conhecimento (operação) -> decisão (e acção) -> reflexão -> crescimento sustentável = pessoas pensantes", afirmar Ricardo de Mascarenhas.



"Parte do problema é que a maioria das pessoas se tem concentrado nas ferramentas e tácticas da Toyota - Kanban, sistemas pull, células de produção e similares - e não no seu conjunto básico de princípios operacionais. Estes princípios conduzem a melhorias contínuas na fiabilidade, flexibilidade, segurança e eficiência e, consequentemente, mais eficiência, mais produtividade, impacto na quota de mercado e rentabilidade."

"O que é pretendido é que as pessoas ganhem consciência da operação onde estão e pensem no negócio e o negócio. Esta capacidade é o que fortalece a empresa. Este desenvolvimento contínuo transforma as empresas em organizações em constante aprendizagem que melhoram todos os dias em pequenos passos. E daqui, consequentemente, na quota de mercado e rentabilidade", acrescenta o formador. "A formação não está estruturada para montadoras ou transformadoras, para indústria ou serviços, mas sim para capacitar as pessoas a pensar no seu processo, como identificar um problema e escalpelizá-lo, como definir uma solução e aplicá-la e atuar/melhorar o processo. O que é pretendido é que as pessoas ganhem consciência da operação onde estão e pensem no negócio e o negócio", conclui o formador.

Boa análise das demonstrações financeiras é tema de formação

A análise das demonstrações financeiras de uma organização é importante quer para os gestores da própria empresa, as entidades financiadoras, os fornecedores, a concorrência. Neste âmbito, a Vida Enonómica/Business Scholl lança a formação online "Análise das demonstrações financeiras – aspetos essenciais".

Esta ação deformação decorrerá dia 23 de setembro, das 9h00 às 18h00, e será ministrada pelo formador Agostinho Costa.

Uma boa análise das demonstrações financeiras de uma organização permite identificar problemas numa fase inicial dos mesmos, estudar soluções, tomar melhores decisões, envolver a equipa na resolução dos mesmos. Analisar um negócio antes de nele empatar capitais, analisar a situação económica e financeira de uma empresa, da qual somos proprietários, gestores, financiadores, fornecedores, ou concorrentes é essencial aos sucesso e qualquer projeto. Basear o diagnóstico num estudo sério e não na simples intuição, eis os objetivos da análise das demonstrações financeiras.



Ação decorrerá a 23 de setembro

Esta ação de formação envolve um estudo de casos reais, com a utilização de modelos de análise, que serão distribuídos aos formandos.

Os objetivos desta formação são: analisar a situação económica e financeira da organização, dos seus clientes e da sua concorrência; melhorar a capacidade de gestão da sua organização e melhorar a tomada de decisões.

Formação sobre impacto do RGPD nas relações laborais

O impacto do RGPD nas relações laborais – Tratamento de dados pessoais em contexto laboral é o tema da formação online organizada pela Vida Económica/Business Scholl. A ação decorre a 24 de Setembro e tem a duração de sete horas (9h30-18h00). É formadora Filipa Matias Magalhães.

A entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados e, mais tarde, da Lei de Execução Nacional suscitou dúvidas quanto à legitimidade da entidade empregadora para tratar dados pessoais. Pretende-se, com este curso, analisar os limites, fundamentos e requisitos para o tratamento de dados pessoais dos trabalhadores.

Complementarmente, este curso permite conhecer as obrigações das entidades empregadoras no tratamento dos dados dos seus trabalhadores e como deve formalizar e informar os trabalhadores desses direitos e obrigações.

Na perspetiva das quatro vertentes do tratamento de dados, serão analisadas as obrigações da entidade empregadora no domínio da segurança física e desmaterializada dos dados pessoais, dos procedimentos decorrentes de tal tratamento e da sensibilização e formação dos trabalhadores.

Serão ainda analisadas as obrigações dos trabalhadores no que respeita ao tratamento de dados pessoais em contexto de trabalho.

Curso sobre introdução ao Direito e assessoria jurídica



A formação "Introdução ao direito civil, laboral e penal e funções de assessoria jurídica", organizada pala VE/BS em formato digital, decorrerá a 24 de setembro e tem a duração de oito horas (das 9h00 às 18h00). João Vilas Boas Sousa é o formador.

O objetivo desta ação de formação é saber utilizar os conceitos apreendidos de uma forma construtiva e preventiva em situações reais do quotidiano profissional de acordo com a legislação entregue e abordada no curso. Assim como, conhecer e aplicar os conceitos e princípios dos temas: Introdução ao Direito, Teoria Geral da Norma Jurídica, Relação Jurídica, Relações Laborais e Direito Penal.

NEGÓCIOS E EMPRESAS

Inaugurado novo Holiday Inn Express Porto-Boavista

O Grupo Mercan Properties acaba de imaugurar o novo Holiday Inn Express Porto-Boavista, o seu mais recente empreendimento, sob a insígnia InterContinental Hotels Group (IHG), que representa um investimento de 21 milhões de euros e vai permitir gerar 32 postos de trabalho diretos.

Nova SBE lança instituto de políticas públicas

Integrado no plano estratégico de criação de novos institutos, a Nova School of Business & Economics (Nova SBE) anuncia o lançamento do seu novo instituto dedicado às Políticas Públicas: Nova SBE Public Policy Institute. A apresentação, aberta ao público, decorre hoje, dia 20 de setembro, pelas 14h30 no Campus de Carcavelos. O evento será em inglês, devido ao número de convidados internacionais esperados.

O Nova SBE Public Policy Institute iniciará a sua atividade incidindo sobre temáticas como as finanças públicas, produtividade, habitação e utilização de inteligência artificial nas políticas públicas, com ênfase municipal.

Com a clara missão de aumentar o conhecimento da sociedade, promover o respeito pela diversidade de opiniões e contribuir para o fortalecimento das instituições públicas, o novo instituto da Nova SBE apresenta-se como um centro de excelência que procura responder de forma inovadora - e através de abordagens diferenciadoras - às necessidades emergentes das sociedades contemporâneas no panorama das políticas públicas em Portugal, mas também a nível global.

Investigação, Educação, Ação e Comunicação são os quatro pilares de atuação

"O instituto pretende ser um centro inclusivo e proativo que conecta o conhecimento académico com a prática no terreno para que todos os intervenientes possam ter voz no desenvolvimento de políticas públicas. Estamos confiantes de que, com esta abordagem, contribuiremos para um futuro onde as políticas públicas sejam mais eficazes, inclusivas e alinhadas com as necessidades reais da sociedade", afirma Luís Cabral, diretor académico do Nova SBE Public Policy Institute.

O Nova SBE Public Policy Institute compromete-se a capacitar os cidadãos e líderes para que, com base em conhecimento científico e independente, possam enfrentar os desafios do mundo atual com políticas baseadas em ideias e não em ideologias.

Universidade Europeia com avaliação máxima da A3ES

A Universidade Europeia está acreditada pelo período máximo, correspondente a seis anos, e sem qualquer condição a cumprir até lá, no mais recente processo de Avaliação Institucional da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). O resultado surge na sequência da avaliação obrigatória de todas as instituições de ensino superior conduzida por esta agência. Para esta aprovação incondicional contribuíram as conclusões positivas da análise do funcionamento de todas as áreas da instituição. O relatório da avaliação institucional, agora divulgado, destaca a "transformação digital nos domínios da gestão, organização, comunicação, informação e relacionamento com a sociedade", como a "área mais forte da Instituição. Com efeito, denota-se o investimento estruturado neste domínio, facilitado pela juventude da Instituição e pelo seu posicionamento e aposta no ensino à distância. A vocação para a transformação digital e sua inserção na estratégia de formação é parte integrante da filosofia organizacional", concluiu a Comissão de Avaliação Externa (CAE).

Acreditada pelo período máximo de seis anos

NEGÓCIOS E EMPRESAS

MANIFESTO EM DEFESA DO ALARGAMENTO DO PRAZO DE IMPLEMENTAÇÃO DO REGULAMENTO ANTI-DESFLORESTAÇÃO

Associações empresariais alertam para risco de rutura na cadeia de abastecimento

A Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED) e mais cinco associações empresariais (CAP, FIPA, Centromarca, IACA e APEL) apelaram aos decisores europeus e nacionais para alargarem o período de transição do Regulamento Anti-Desflorestação de modo a garantir todas as condições necessárias à sua correta e atempada implementação.

A complexidade dos processos operacionais, incluindo o atraso no desenvolvimento de um sistema informático próprio a cargo da Comissão Europeia, e as insuficientes informações e orientações para as empresas se prepararem atempada e adequadamente para esta nova regulamentação podem colocar em causa o funcionamento da cadeia de abastecimento e afetar os consumidores.

Num manifesto sobre o tema, as associações de setores diretamente visados pelo Regulamento pedem não apenas o alargamento do período de transição, mas continuar a cooperação com os diferentes elos da cadeia de valor.

Produtos visados

O Regulamento Anti-Desflorestação impõe um conjunto de obrigações aos operadores económicos, a partir de 30 de dezembro de 2024, que visam garantir que os bens comercializados na União Europeia e os que são exportados para fora do espaço comunitário não são produzidos com matérias-primas provenientes de áreas que tenham sofrido desflorestação após dezembro de 2020. Na lista de produtos abrangidos estão, por exemplo, a carne de bovino, o café, o cacau, a palmeira-dendém, a soja, a borracha, a madeira ou os produtos impressos.

Obrigações

Uma das obrigações principais é a emissão de declarações de diligência, que devem ser introduzidas num sistema de informação próprio, cuja criação e manutenção está a cargo da Comissão Europeia, mas encontra-se num patamar manifestamente atrasado.

Para se verificar se os bens provêm, ou não, de zonas desflorestadas é exigido que sejam emitidas, ao longo de toda a cadeia de produção e distribuição, múltiplas "declarações de diligência devida" (DDD), que identificam o produto e o seu local de origem ao nível da parcela de produção. São também exigidas evidências de que foi cumprida a legislação em vigor no país de produção para o produto abrangido, nomeadamente em termos de direitos de propriedade, consentimento livre, prévio e informado, direitos humanos e legislação ambiental.

Existe um risco real de as micro e pequenas empresas não conseguirem cumprir o Regulamento

As dificuldades

A complexidade dos processos operacionais em causa e a falta de informação e orientações que ajudem as empresas a esclarecer dúvidas sobre a aplicação do Regulamento impedem que se adaptem devidamente às novas regras e aos respetivos procedimentos, colocando em risco o cumprimento dos objetivos do próprio Regulamento, que, por sua vez, afeta toda a cadeia de fornecimento, e, em última escala e com consequências sérias, os consumidores.

Além do aumento da carga burocrática e dos encargos financeiros, existe um risco real de as micro e pequenas empresas não conseguirem cumprir o Regulamento por incapacidade de adaptação, com impacto em toda a cadeia, designadamente no que se refere à produção nacional.

Outro importante alerta assinalado pelos subscritores do manifesto são os sinais de que fornecedores de países terceiros poderão vir a redirecionar a sua oferta para outros destinos que não a UE por incapacidade ou falta de disponibilidade para cumprir com as obrigações que o Regulamento impõe, bem como para o risco real de podermos assistir a disrupções na cadeia de fornecimento, de que poderão resultar escassez e aumento do preço dos bens à disposição dos consumidores.

As exigências

Totalmente comprometidos com a execução progressiva dos objetivos do Regulamento como parte do esforço global para travar a desflorestação, preservar a biodiversidade e cumprir com as metas do Pacto Ecológico Europeu, os signatários do manifesto consideram inevitável e urgente os seguintes passos:

- o alargamento do período de transição para a implementação do Regulamento para, pelo menos, seis meses após os sistemas informáticos e os critérios de classificação de risco de os países estarem totalmente operacionais e harmonizados;
- dar seguimento a um trabalho de estreita cooperação com os diferentes elos da cadeia de valor, em conjunto com as entidades oficiais, que garanta um alinhamento claro com as necessidades práticas das empresas e a sua implementação sustentável.

"A iniciativa reflete a preocupação crescente de um conjunto de setores estruturantes da economia nacional face à aproximação da data de implementação do Regulamento Anti-Desflorestação e tem um objetivo claro: apelar aos vários intervenientes políticos que intercedam junto da Comissão Europeia para que esta reconsidere os termos de implementação do Regulamento e alargue o período de transição do diploma, até estarem asseguradas as condições de prontidão e eficácia dos requisitos técnicos que permitem às empresas cumprirem as suas obrigações, sem colocar em causa a sua atividade e a cadeia de valor", declarou o Diretor-Geral da APED, Gonçalo Lobo Xavier.

"A indústria agroalimentar tem sido parceira na implementação das medidas políticas que visam a proteção do planeta e reconhece que o combate à desflorestação deve ser um desígnio mundial. Não pode, no entanto, deixar de exigir que as medidas atualmente previstas sejam implementadas com transparência, permitam uma adaptação de toda a cadeia de valor e não coloquem em risco o abastecimento nacional", acrescentou Jorge Henriques, Presidente da FIPA.

"Para a CAP, esta iniciativa é demonstrativa de que toda a cadeia de valor pode ser impactada com um regulamento que não tem em conta a realidade dos produtores, da indústria e da distribuição e que, por isso, tem de ser repensada e recalendarizada para não por em causa toda a cadeia, e assim, os consumidores", afirmou Luís Mira, Secretário-Geral da CAP.



RICARDO FERREIRA DE MASCARENHAS
Diretor Geral da RM Consulting

Os pequenos grandes problemas na engrenagem de uma empresa

Quer ser uma referência de classe Mundial? Quando a liderança compreende verdadeiramente o modelo de gestão ***Lean*** e se compromete com ele, então, e só então, a Melhoria Contínua será incorporada no tecido de toda a empresa. Em toda a organização - em todas as funções e a todos os níveis - quantos problemas é que tem? Não faz ideia - mas pergunte aos seus empregados - eles dir-lhe-ão. São muitos - persistentes e resistentes. Até porque somente 4% dos problemas e dos dados chegam, efetivamente, ao topo da pirâmide de gestão!

Existem áreas na organização que estão a passar pelos seguintes problemas?

- Problemas que simplesmente não conseguem resolver - as soluções alternativas são institucionalizadas e até orçamentadas
- Resolver o mesmo problema vezes sem conta - perseguir o sintoma
- Queixas significativas ou repetitivas dos clientes

Áreas de desempenho abaixo do padrão desejado - estes problemas transformam-se em stocks extra, pessoal extra, mais devoluções e perda de aceitação no mercado

- Tempo significativo a discutir problemas sem utilizar dados, uma estrutura formal e sem resolução

Será que todos os empregados estão a procurar, a reconhecer e a falar sobre os problemas diários que vêem?

Muitas vezes, sabem mais sobre os problemas do que qualquer outra pessoa - mas, sem um processo de resolução de problemas, recorrem ao apagar de incêndios, ao retrabalho, às soluções mais fáceis e à utilização de soluções alternativas –e que geram ainda mais desperdício!

"95% dos problemas de uma empresa podem ser resolvidos com ferramentas simples de análise e resolução de problemas" – *Kaoru Ishikawa*

Não se pode deixar toda a resolução de problemas para uns quantos técnicos sem envolver os outros empregados imbuídos das suas maravilhosas mentes, experiências, competências e ideias diversas. **Trabalhadores Pensantes** são essenciais nas empresas atuais - os trabalhadores puramente «ativos» são uma coisa do passado. **Desenvolva todos os funcionários como pessoas que procuram e resolvem problemas.**

A grande maioria dos problemas diários não é um projeto Lean Six Sigma!

Impulsionar a agilidade operacional a longo-prazo, assegurando que as competências de resolução de problemas são predominantes em toda a organização - um catalisador para o trabalho em equipa, ao quebrar divisões ("quintinhas"), ao reduzir o desperdício e melhorar a qualidade. Dar aos empregados algo em que acreditar e não apenas algo para fazer. Todas as pessoas, todos os dias, em todo o lado. Isto é Kaizen!

Por isso, demonstre uma Liderança Servidora, envolva todos os funcionários na resolução de problemas simples. Todas as melhorias contínuas devem resultar do contributo ou envolvimento dos trabalhadores.

Capacite todos os funcionários através de uma abordagem rápida de Formação de Formadores (TWI), apoiada por um modelo comprovado de mudança de comportamento (Pensamento Lean), garante que as competências aprendidas se tornem hábito e cultura. Para qualquer estratégia de negócio aplica-se esta máxima: Sem mudança de comportamento = Sem sucesso.

A médio-prazo constatará que é muito económico para todas as organizações qualquer que seja a sua dimensão. Não se trata de Software, Patrocinadores, Certificação, Cartas, uma base de dados de projetos ou outros 'pagamentos'. **Manter as coisas simples** - apenas um método de resolução de problemas que abrange toda a organização!

Porque **"LEAN é uma forma de PENSAR, não uma lista de coisas para fazer."** - *Shigeo Shingo*



Desenvolva todos os funcionários como pessoas que procuram e resolvem problemas



Lisboa e Porto acolhem conferência empresarial

A edição de estreia da conferência empresarial "Salto para o sucesso" vai reunir mais de 200 profissionais e PME, em Lisboa e no Porto, com o objetivo de ajudar empresários e profissionais de diversos setores a ganharem escala e a desenvolverem o seu negócio. Organizada pela plataforma de serviços Fixando e pela fintech Eupago, a primeira edição contará com uma sessão em Lisboa, no dia 24 de setembro, e uma segunda sessão no Porto, no dia 8 de outubro.

Produção automóvel cresce 8,3%

Em agosto foram produzidos 12 574 veículos automóveis em Portugal, o que se traduziu num crescimento de 8,3%, face a igual mês do ano passado. Em termos acumulados, até agosto, saíram das fábricas 209 804 veículos, numa descida homóloga de 5,3%, de acordo com a ACAP. A Europa continua a representar largamente o principal destino das exportações automóveis nacionais.



MARIA DOS ANJOS GUERRA
ADVOGADA
marianjosguerra-3012p@adv.oa.pt

ARRENDAMENTO URBANO

Atualização anual das rendas – Previsão de aumento para 2025

«Não sei se já se sabe qual será o aumento da renda para 2025 mas, no ano passado herdei um prédio com dois apartamentos que estão arrendados e gostaria de saber quanto e quando poderei aumentar as rendas cuja ultima actualização foi feita em 2023. É em Janeiro ou no mês da renovação contratual?

E quando e como é que deverei informar os arrendatários do aumento da renda?»

O NRAU (Novo Regime do Arrendamento Urbano), dispõe que, se as partes não estipularem contratualmente regime diverso para a actualização da renda, ela será actualizável anualmente, de acordo com o coeficiente legalmente estabelecido para o efeito.

Pelo exposto, se os contratos de arrendamento em questão nada referem que impeça o Leitor de actualizar as rendas em questão e se, como diz, a ultima actualização ocorreu em 2023, tudo indica que poderá proceder à pretendida actualização, desde que o faça com um mínimo de 30 dias de antecedência.

Muito embora a actualização «nos termos legais» permita que o senhorio possa exigir o primeiro aumento um ano após o inicio da vigência do contrato e os seguintes, sucessivamente, um ano após a actualização anterior, aplicando o coeficiente anualmente fixado para o efeito, perante a inexistência de actualização em 2024, poderá desde já aplicar o valor fixado para a actualização em vigor no ano em curso, que foi de 6,94%, mas, nesse caso só poderá proceder à aplicação do coeficiente que será publicado para vigorar em 2025, um ano após a actualização que agora seja feita.

Isto porque o referido coeficiente que

Coeficiente que, para vigorar em 2025, já foi apurado e é de 2,16%

resulta da totalidade da variação dos preços no consumidor, sem habitação, correspondente aos últimos 12 meses e para os quais existiam valores disponíveis à data de 31 de Agosto, para vigorar em 2025, já foi apurado e é de 2,16%, mas só deverá ser comunicado aos arrendatários depois de o Instituto Nacional de Estatística, o fazer publicar no Diário da República, o que, nos termos legais, deverá acontecer até 30 de Outubro de cada ano.

Caso o Leitor decida aguardar pela referida publicação, poderá, comunicar a actualização, aplicando cumulativamente os coeficientes que vigoraram em 2024 e o que será publicado para vigorar em 2025 .

Nesta ultima hipótese, para que os arrendatários fiquem obrigados a proceder ao pagamento da actualização da renda, logo que o coeficiente de actualização para 2025 seja publicado, o Leitor deverá comunicar-lhes por escrito, com a antecedência mínima de trinta dias, o novo montante da renda a pagar, os referidos coeficientes e outros factores relevantes para o seu cálculo arredondando o resultado pela unidade de cêntimo imediatamente superior.

Nos termos legais e salvo indicação do arrendatário em contrário, a carta que comunicar a actualização anual da renda deverá ser remetida para o local arrendado, com registo e aviso de recepção.

Casos da Vida Judiciária





CARLOS MATOS ROSA
Sócio Contratado





ANDRÉ BATOCA
Advogado Coordenador

Faq's sobre os novos incentivos fiscais e de crédito para acesso dos jovens à primeira habitação

A saber: isenção de IMT e IS e a garantia pública no crédito à habitação (DL 44/2024 e DL 48-A/2024)

Como Facilitam os Novos Incentivos Fiscais e de Crédito o Acesso dos Jovens à Habitação em Portugal?

Numa altura em que adquirir um imóvel para habitação exige grande esforço financeiro, o atual Governo decidiu aliviar esse encargo para jovens, isentando-os do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis ("IMT") e de Imposto do Selo ("IS"), facilitando assim o acesso à primeira habitação. Essa isenção está prevista no Decreto-Lei n.º 48-A/2024, de 25 de julho.

No mesmo sentido, o Decreto-Lei n.º 44/2024, de 10 de julho, veio estabelecer as condições em que o Estado pode prestar garantia pessoal a instituições de crédito com vista à viabilização de concessão de crédito à habitação própria e permanente a jovens até aos 35 anos.

Os dois Decretos-Lei entraram em vigor no dia 1 de agosto de 2024 e atenta a sua importância prática, detalhamos abaixo alguma perguntas e respostas sobre os seus objetivos:

Quem pode ser contemplado com esta isenção de IMT e IS?

A partir de 1 de agosto de 2024, inclusive, os jovens com idade igual ou inferior a 35 anos na data da assinatura da escritura de compra podem ficar isentos do pagamento de IMT e IS ao adquirirem a sua primeira habitação própria e permanente, desde que não sejam dependentes para efeitos do artigo 13.º do Código do IRS, não tenham sido proprietários de imóveis nos últimos três anos e estejam reunidos os demais pressupostos do Decreto-Lei n.º 48-A/2024, de 25 de julho. No caso de a pessoa ser já proprietária de um imóvel habitacional (independentemente da forma de aquisição, nomeadamente doação), a isenção de IMT e IS não é aplicável.

A Isenção de IMT e IS é aplicável a jovens estrangeiros?

A isenção de IMT e IS é aplicável a todos os jovens que cumpram os requisitos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 48-A/2024, de 25 de julho, independentemente da nacionalidade.

Essa isenção de IMT e IS aplica-se qualquer imóvel habitacional?

Não. A isenção integral aplica-se a imóveis construídos destinados a habitação própria permanente e cujo valor de aquisição não ultrapasse €316.772,00. Para valores entre € 316.772,00 até aos €633.453,00, existe direito à isenção até aos € 316.772,00, sendo devido o imposto na parte que exceda esse valor. Acima dos € 633.453,00, não há isenção de IMT e IS.

E se a aquisição for feita por um casal e um dos membros já seja proprietário de uma habitação?

No caso em que apenas uma das pessoas cumpre os requisitos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 48-A/2024, de 25 de julho, a isenção aplica-se apenas à parte que essa pessoa irá adquirir (por exemplo 50%).

E caso um dos membros do casal tenha mais de 35 anos e o outro menos?

No caso em que apenas uma das pessoas cumpre os requisitos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 48-A/2024, de 25 de julho, a isenção aplica-se apenas à parte que essa pessoa irá adquirir.

Em que situações pode haver lugar à perda da isenção?

Se o imóvel deixar de ser habitação própria permanente durante os 6 anos seguintes, contados da data de aquisição do mesmo, o benefício pode ser perdido. No entanto, estão previstas algumas exceções que permitem que o imóvel deixe de ser habitação própria permanente sem haver lugar a penalização, nomeadamente:

i. caso o imóvel seja vendido;
ii. quando haja alteração do agregado familiar por motivo de casamento, divórcio, união de facto ou nascimento de novos dependentes, e desde que o imóvel continue a destinar-se exclusivamente a habitação;
iii. quando haja alteração do local de trabalho para uma distância superior a 100 km do imóvel e desde que continue a destinar-se exclusivamente a habitação.

Em que termos é aplicável a garantia pública do Estado para facilitar o crédito à habitação própria permanente?

O Decreto-Lei n.º 44/2024, de 10 de julho, estabelece as condições em que o Estado pode prestar uma garantia pública a instituições de crédito para facilitar o acesso ao crédito à habitação própria e permanente para jovens até 35 anos, inclusive. A garantia cobre até 15% do valor da transação, com o objetivo de reduzir o risco para as instituições financeiras e incentivar a concessão de crédito. Esta medida visa resolver a dificuldade crescente que os jovens enfrentam ao adquirir a primeira habitação.

Os principais critérios de elegibilidade incluem:

- Jovens com idades entre 18 e 35 anos, inclusive, com domicílio fiscal em Portugal;
- Rendimentos até ao 8.º escalão do IRS;
- O imóvel deve ser a primeira habitação, o valor da transação não pode exceder € 450 000,00 e a garantia a prestar pelo Estado não pode ultrapassar 15 % do valor de venda do prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano.

A garantia pessoal do Estado destina-se a viabilizar que a instituição de crédito financie na totalidade a aquisição.

"Apesar da garantia pública (…) ter já o referido regime legal publicado desde 10 de julho, a aplicação efetiva da garantia está pendente de regulamentação"

Apesar da garantia pública no crédito à habitação destinada aos jovens até aos 35 anos ter já o referido regime legal publicado desde 10 de julho, a aplicação efetiva da garantia está pendente de regulamentação. O prazo para regulamentar a medida terminou no passado dia 9 de setembro, mas foi prolongado para o Ministério das Finanças acomodar os alertas do Banco de Portugal, pelo que ainda importa aguardar pelas regulamentação em concreto.

Sem prejuízo do exposto e tendo por base o projeto de portaria que irá regulamentar o referido diploma, a garantia será válida para contratos assinados até 31 de dezembro de 2026 e terá o prazo de dez anos.



JOSÉ MARTINO
Consultor em Desenvolvimento Territorial

Turismo municipal

Os municípios podem desempenhar um papel muito importante no desenvolvimento turístico, a base da coesão territorial e do desenvolvimento do Interior.

O turismo municipal tem de ter uma lógica de desenvolvimento e sustentabilidade a longo prazo, apostando na alta qualidade, (experiências únicas, serviços gastronómicos com base em produtos endógenos, animação turística que tira partido do património natural: água; biodiversidade; paisagem; etc), na cultura: práticas sociais e formas de viver exclusivas, tradicionais; património construído; histórico; tradicional; autoria de arquitetos de renome mundial; etc.

Os municípios devem identificar as infraestruturas turísticas dos seus territórios, as entidades de animação turísticas, os seus produtos endógenos agroalimentares e as experiências que se podem construir.

Verifico que há enormes surpresas muito agradáveis quando se conhecem municípios com um ou mais hotéis de 4 ou 5 estrelas, restaurantes de enorme sucesso, estruturas e eventos culturais que são verdadeiros fenómenos de atração e promoção territorial local, enoturismo, animação turística de aventura, natureza, etc.

O turismo municipal tem de ter uma lógica de desenvolvimento e sustentabilidade a longo prazo

Há uma enorme oportunidade para os Municípios terem o diagnóstico do respetivo território e dos seus ativos para o turismo, muitos deles ainda não explorados para gerar atividade económica e emprego.

A estruturação dos seus produtos e serviços turísticos para rotas praticamente únicas/exclusivas de 2 a 3 dias, o teste das rotas com jornalistas e influencers, a respetiva comunicação através de meios especializados e generalistas, assim como, redes sociais.

O turismo em territórios do Interior é o "verdadeiro petróleo" que pode jorrar em maior caudal se for organizado, puxado, prestigiado, promovido, liderado localmente por cada município.

Não conheço nenhum operador de turismo em espaço rural que esteja a perder dinheiro com a sua atividade.

Também tenho claro que estes produtos municipais podem ser alavancados pelas redes das Comunidades Intermunicipais (CIM) e das Entidades Regionais de Turismo, as quais precisam como "pão para a boca" de produtos turísticos de qualidade ao longo de todo o território nacional, como forma de desenvolverem as regiões, terem escala para turismo de alto valor acrescentado.

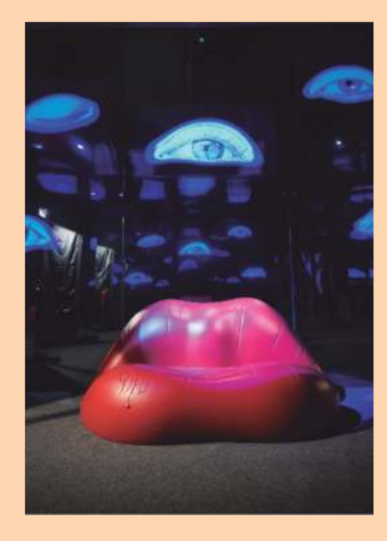
2025 será o ano de afirmação do turismo municipal, sobretudo nos territórios mais recônditos de Portugal.

PBS e Sogrape lançam programa sobre vinhos

A Porto Business School (PBS), em parceria com a Sogrape Wine Academy, lança o Porto WineXAcademy, um programa de cinco dias sobre o património vitivinícola português e o seu olhar sobre o futuro. Este programa, ministrado integralmente em inglês, decorre entre os dias 29 de setembro e 4 de outubro, em várias localizações icónicas da cidade do Porto e do Vale do Douro.

PLMJ assessora Castellana Properties em Portugal

A Castellana Properites, Socimi do fundo sul-africano Vukile Properties, vai fazer a sua primeira aquisição em Portugal, com a compra de três centros comerciais. A PLMJ assessorou a Castellana Properties em todo o processo de negociação e estruturação fiscal da operação, que ficará concluída em outubro. O valor da transação é de 176,5 milhões de euros e inclui a aquisição do Loures Shopping, do Rio Sul Shopping e do centro comercial 8ª Avenida.



Porto acolhe exposição "Dalí Cybernetics"

"Dalí Cybernetics", a maior exposição digital do mundo dedicada à mente provocadora e à obra visionária de Salvador Dalí, e a única desenvolvida em parceria com a Fundação Gala – Salvador Dalí, está prestes a chegar ao Porto. O ateliê criativo OCUBO traz à Immersivus Gallery, situada na Alfândega do Porto, a produção do estúdio criativo Layers of Reality com a Fundação Gala – Salvador Dalí, onde será apresentada em antestreia no dia 2 de outubro, com a abertura ao público a decorrer no dia 3 de outubro.

"Dalí Cybernetics" irá desafiar o público da Invicta a percorrer, com todos os sentidos, projeções de grande formato a 360º, hologramas, instalações interativas, colaborativas e de realidade virtual, e mais de 150 das suas obras mais emblemáticas nas históricas Furnas da Alfândega do Porto, através de novas e impactantes perspetivas, até então desconhecidas.

A viagem imersiva pelos universos oníricos do génio catalão, cuidadosamente pensada ao longo de dois anos e meio por uma equipa internacional liderada pelo estúdio criativo catalão Layers of Reality, em estreita colaboração com o Centro de Estudos Dalinianos da Fundação Dalí, conta com mais de 700 mil visitantes em 12 cidades, tendo acolhido 50 mil visitantes em Lisboa.

Considerado o "primeiro artista digital da história" e autoproclamado "verdadeiro inventor da cibernética", Salvador Dalí foi pioneiro no uso de ferramentas digitais. Os bilhetes para a exposição imersiva custam entre 10 euros e 14 euros, mas de 3 a 6 de outubro terão o custo único de 10 euros.

Vista Alegre aposta na hotelaria e restauração

Em conjunto com Pedro Pena Bastos, chef do Ritz Four Seasons Hotel Lisboa, a Vista Alegre acaba de lançar o prato Wabi-Sabi, uma peça feita em biscuit. Esta criação acontece no âmbito do Hotelware (hotelaria e restauração) que este terá mais dois lançamentos em conjunto com chefs.

TEXTO: DORA TRONCÃO



O prato foi apresentado no Chefs Agency Studio, em Lisboa, durante uma degustação da autoria do chef Pena Bastos em que a Vida Económica marcou presença.

Durante mais de ano e meio, a Vista Alegre desenvolveu o prato Wabi-Sabi em conjunto com chef Pedro Pena Bastos, responsável pelo projeto Cura, restaurante do Ritz Four Seasons Hotel Lisboa que logo no primeiro ano em que assumiu os destinos da cozinha conquistou uma estrela Michelin e um Garfo de Prata do Guia Boa Cama Boa Mesa. Esta peça, feita em "biscuit", integra agora a Chefs' Collection da Vista Alegre, 25º projeto da coleção elaborada em conjunto com chefs de 10 nacionalidades diferentes.

Integrada na coleção Chefs' Collection. O prato Wabi-Sabi alia a dimensão ideal para a melhor experiência de degustação a uma área de empratamento bem delimitada, e a única porção vidrada do prato, com profundidade para colocação de molho.

"O desafio veio acordar um sonho de há muitos anos, a possibilidade de criar uma peça que transmite e me ajuda a expressar a minha cozinha de uma forma simples e elementar respeitando o que acredito serem os meus pilares na cozinha", afirmou Pedro Pena Bastos a propósito da criação conjunta, apenas à venda para o setor profissional de Hotelaria e Restauração através de hotelware@vistaalegre.com.

Acompanhar o crescimento da hotelaria

O prato foi apresentado no Chefs Agency Studio, em Lisboa, durante uma degustação da autoria do chef Pena Bastos em que a Vida Económica marcou presença. Desde o primeiro contacto com Pedro Pena Bastos até à data deste evento de lançamento foram feitos diversas propostas, ajustes, produção de prototipos para aprovação pre-produções para aprovação. Segundo o Departamento de Comunicação da Vista Alegre "o crescimento progressivo da oferta e da procura no setor hoteleiro,bem como o consequente aumento da qualidade, incentivaram a Vista Alegre a investir neste segmento tão competitivo, encarando o turismo como uma extensão orgânica da sua atividade".

E acrescentou que "sempre diferenciadores, os produtos de hotelware da Vista Alegre oferecem uma excelente relação qualidade/preço, constituindo uma escolha aliciante nos segmentos médio-alto e de luxo". Para tal, "a Vista Alegre associou-se à forte imagem da marca uma extrema atenção às necessidades do setor, patente em gamas diversificadas que combinam design contemporâneo, inovação técnica e as propriedades funcionais exigidas pelos melhores profissionais, entre as quais dimensão, volumetria, resistência e ergonomia". Sublinhando ainda que "o reconhecimento global, a colaboração frequente com designers prestigiados e os laços criados com chefs de renome internacional, com os quais desenvolvem as coleções de hotelware, contribuem para fortalecer a associação da Vista Alegre à alta gastronomia e assegurar a sua presença nos principais grupos hoteleiros por todo o mundo, fazendo da marca líder no segmento de hotelware nos mercados do sul da Europa". Ainda durante este ano, a Vista Alegre irá lançar duas peças novas da Chefs'Collection.

Peça feita em "biscuit" integra agora a Chefs' Collection da Vista Alegre

Wabi-sabi é uma filosofia japonesa que se refere à beleza do irregular ou incompleto.

Este conceito de que tudo é transitório, e nada é perfeito ou imutável, foi escolhido por Pedro Pena Bastos como influência para a criação deste prato que pode ser usado como taça.

Bordallo e Esporão criam coleção dedicada ao azeite

Da união de duas insígnias com uma história e personalidade ímpares nasce "Olival", uma coleção inédita que harmoniza a produção de azeite de alta qualidade com a melhor tradição da faiança artística. "Olival" representa a junção de duas artes milenares na zona do Mediterrâneo, dois saberes tradicionais em Portugal e duas marcas emblemáticas, típicas desde há muito nas mesas portuguesas.No conjunto figuram variedades autóctones da azeitona, como a Galega, a mais emblemática de Portugal, e toda a criação de Olival foi pensada para enaltecer a cor do azeite, o "ouro alentejano", contrastando com o branco e os elementos decorativos pintados à mão. A coleção é composta por travessa, jarro, saladeira, prato de sobremesa,prato de queijos e uma taça de degustação de azeite, com preços a partir dos €14.

Fundação Santander e Nova Medical School lançam bolsas de estudo

A Nova Medical School, em parceria com a Fundação Santander, lançou o programa de bolsas de estudo para profissionais de saúde. O principal objetivo é promover a educação contínua, disponibilizando um total de 44 bolsas de estudo.

IPCA avança na execução do PRR

O Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) mantém o compromisso com a implementação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). A instituição tem um total de 14 projetos em execução, que somam um financiamento global de 21,72 milhões de euros. Destes, o IPCA recebeu já 9 milhões de euros, correspondendo a 41,7% do valor total aprovado.

Rosekey apresenta nova coleção "made in" Portugal

TEXTO: DORA TRONCÃO

Rose Kolinski, diretor de marca da Rosekey, e David Kolinski, administrador da Boutique dos Relógios, apresentaram as novas coleções da marca joalharia Rosekey, em Lisboa. "Love Fizz" é a coleção de joias fabricada em exclusivo em Portugal.

A marca Rose Key acaba de apresentar a mais recente coleção de joalharia em Lisboa, num cenário único, com vista para o Tejo e para Basílica da Estrela, uma casa diferenciada com projeto de arquitetura de Aires Mateus. A "Vida Económica" marcou presença no evento da marca idealizada por Rose Kolinski e disponível para venda na Boutique dos Relógios Plus. David Klinski, administrador da Boutique dos Relógios fala do sucesso da marca e do facto de oferecer "faixas de preços e estilos únicos que outras marcas não oferecem". "A Rosekey complementa o portefólio da Boutique dos Relógios Plus, preenchendo uma lacuna existente". Refere ainda "a aceitação em relação às peças mais valiosas da marca, com preços de mais de 50 mil euros" justificada pela "excelente relação entre a quantidade e qualidade dos diamantes e o valor percebido, são peças de alta joalharia com uma relação justa qualidade-preço".

Pessoas, arte e natureza são a fonte de inspiração

Rose Kolinski, mulher de David Kolinski e diretor de marca da Rosekey, é a responsável por todos os processos que dizem respeito à marca, do design à escolha das pedras, produção, marketing, comunicação e formação das equipas. "Trabalho de perto com todos os stakeholders para garantir que cada peça reflete a essência da Rosekey". "A nossa inspiração vem das pessoas, da arte e da natureza". Conta que "a Rosekey é uma marca familiar lançada em 2023, enraizada numa bela e tradicional história de amor, e refletindo a nossa paixão pela joalharia".

Acrescenta que "cada coleção é desenhada para captar momentos preciosos e emoções, e oferece peças que são verdadeiros tesouros", deixando como exemplo, a recente coleção Love Fizz, exclusivamente fabricada em Portugal, que "é inspirada na energia efervescente do primeiro amor, captando momentos fugazes que permanecem connosco para sempre". "As nossas joias simbolizam a ligação entre pessoas, como amantes e amigos, e entre materiais como ouro, pedras preciosas e pérolas", explica Rose Kolinski. "Adoramos esmeraldas, safiras e diamantes, e temos um carinho especial pelas pérolas Akoya premium do Japão", concluindo que "temos por missão criar peças, que não só embelezam, mas que também contam histórias e evocam sentimentos duradouros".



A coleção Love Fizz é exclusivamente fabricada em Portugal.

David Kolinskifala ainda de uma "abordagem minimalista e intemporal que tem atraído mulheres de várias gerações" e descreve o perfil de cliente da Rosekey como o de "uma mulher emocional que valoriza o estilo e a ligação com os amigos e família".

"A coleção LoveFizz é fabricada exclusivamente em Portugal, assim como a maioria das joias Rosekey, embora algumas técnicas específicas sejam realizadas em Itália e Espanha", revela David Konlinski. "Atualmente, temos oito pontos de venda, nas lojas Boutique dos Relógios Plus, com mais inaugurações previstas para breve", anuncia. "O nosso sonho é que todas as famílias portuguesas com afinidade para joias tenham pelo menos uma joia Rosekey, começando pelas alianças de casamento", conclui.

Universidade Católica e Corticeira Amorim parceiras na sustentabilidade e inovação

O tema "Inovação, Sustentabilidade e Negócio" esteve em debate na Universidade Católica Portuguesa, no Porto, no âmbito da inauguração do novo auditório Corticeira Amorim. Um espaço moderno e revestido a cortiça, que recebeu uma primeira palestra que contou com a presença de Isabel Capeloa Gil, reitora da Universidade Católica Portuguesa, e de António Rios Amorim, presidente e CEO da Corticeira Amorim.

Isabel Capeloa Gil, reitora da Universidade Católica Portuguesa, abordou a Ecologia Integral na Universidade Católica Portuguesa como forma de procurar uma resposta ética e baseada na evidência aos desafios globais, sejam eles na cultura e sustentabilidade ambiental; na justiça intergeracional; na economia verde e no combate à pobreza sistémica; no crescimento económico e sustentabilidade, entre outros.

O tema "Sustentabilidade e Inovação" foi abordado pelo presidente e CEO da Corticeira Amorim, António Rios Amorim, que na sua intervenção falou da empresa enquanto motor de investigação & desenvolvimento de uma matéria-prima 100 por cento natural, como é a cortiça. Um material sustentável que, atualmente, está presente em indústrias como a aeroespacial, automóvel, construção e arquitetura, desporto, energia, design e vinhos, espumantes e espirituosas, entre muitas outras.



Da esquerda para a direita: Cristina Rios Amorim, administradora financeira da Corticeira Amorim, Isabel Capeloa Gil, reitora da UCP, António Rios Amorim, presidente e CEO da Corticeira Amorim, e Isabel Braga da Cruz, pró-reitora da UCP.

Na mesa-redonda, moderada por Célia Manaia (membro da comissão executiva do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa), Isabel Barros (administradora da Sonae MC), João Pinto (diretor da Católica Porto Business School) e Manuela Pintado (diretora do Centro de Biotecnologia e Química Fina e co-líder do INSURE.hub) abordaram a importante interligação entre a Inovação, a Sustentabilidade e o Negócio.

A inauguração do auditório Corticeira Amorim realizou-se a 9 de setembro, na Universidade Católica Portuguesa no Porto. Para Antonio Rios de Amorim "é motivo de orgulho e um desígnio da Corticeira Amorim apoiar e promover a formação com um forte sentido de responsabilidade social, reforçando assim o compromisso com a sustentabilidade e a inovação, pilares fundamentais do crescimento da nossa organização."



Digitalização melhora o desempenho escolar

Numa era cada vez mais digital, na qual os computadores, "*smartphones*" e outros dispositivos tecnológicos fazem parte integrante do dia a dia dos portugueses nas mais diversas áreas de atividade, a educação não é exceção. Com as ferramentas tecnológicas a fazer parte dos métodos de ensino, o Observador Cetelem, marca do grupo BNP Paribas Personal Finance, sobre o regresso às aulas, constata que 83% dos educandos utilizam o computador para estudar ou fazer trabalhos de casa, enquanto 45% recorrem também ao smartphone e 32% ao tablet.

Maioria dos educadores acredita na digitalização

Além disso, os resultados mostram, ainda, que 6 em cada 10 educandos utilizam os dispositivos diariamente para atividades escolares. No que respeita à capacidade para colocar em uso os dispositivos de forma eficaz, 96% dos encarregados de educação afirmam que o educando possui capacidades suficientes.

As vantagens e desvantagens da tecnologia têm sido tema de discussão, por isso não é de estranhar que 67% dos educadores considerem importante o ensino da cibersegurança nas escolas e 47% defendam que as escolas deveriam dedicar mais tempo à matéria das novas tecnologias.

O ensino digital é um tema ao qual os encarregados de educação têm estado atentos e menos de 15% consideram que as escolas estejam preparadas ou equipadas para o ensino digital e apenas 42% dizem que o educando está preparado para o ensino digital.

Relativamente à preparação dos educadores em apoiar os alunos com as ferramentas digitais, metade assegura estar apta para prestar o apoio necessário.

Região Demarcada de Lisboa diminui produção e aumenta vendas

Os primeiros dados da Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa (CVR Lisboa) confirmam uma redução da produção em 2024, mais acentuada do que os 15% inicialmente previstos, chegando em muitos casos a 40%. As vindimas na Região Demarcada de Lisboa entram em fase de cruzeiro, com a maioria das adegas já em plena laboração.

"A entrada em produção das novas vinhas plantadas nos últimos anos não será suficiente para contrariar este cenário de quebra, sendo que as condições climatéricas das próximas três semanas serão decisivas para o desfecho do ano vitivinícola", revela Francisco Toscano Rico, presidente da CVR Lisboa.

Crescimento de 4% face a 2023

Os Vinhos de Lisboa registaram, até ao passado mês de agosto, um novo recorde absoluto, com a venda de cerca de 50 milhões de garrafas durante os primeiros oito meses de 2024, mais dois milhões do que no período homólogo, o que representa um crescimento de 4% face a 2023, alavancado pelo aumento nas vendas dos vinhos brancos e rosés e dos vinhos 'Leve Lisboa'.



O mercado nacional é um dos principais mercados de consumo dos Vinhos de Lisboa, representando já quase 20% do total de vendas. A exportação está próxima dos 80%, repartidos por cerca de 100 países, liderados pelos Estados Unidos da América, Reino Unido, Brasil, Canadá, países escandinavos, Alemanha e Polónia.

A HORA DO INTERIM MANAGEMENT

Pós-férias: Concretize novos projetos com Interim Managers



PAULA GOMES
Membra da Direção da AIM

Após as merecidas férias de Verão, executivos e colaboradores regressam ao trabalho revigorados, com novas ideias e prontos para novos desafios, o que é bom, dado ser frequentemente o período para arrancar com os projetos estratégicos que em muitas empresas são planeados no primeiro semestre, o momento de executar projetos críticos que têm de ser realizados até ao final do ano ou até por existirem por vezes recursos financeiros, que permitem ainda arrancar com a desejada iniciativa. Assim, o período após o Verão é o período certo para muitas organizações concretizarem novos projetos, assim como o regresso ao foco nas operações, o momento de alinhamento do planeamento estratégico com o fiscal, e o momento para capitalizar as oportunidades do mercado.

E os recursos humanos? Quantas vezes ouvimos, cheguei de férias e já fui bombardeado, ou sai aos mesmos sempre mais trabalho.

A verdade é que não tem que ser assim. Existem opções que permitem manter o equilíbrio da vida profissional com a família e simultaneamente concretizar os desejados novos projetos.

Falo do Interim Management, uma solução para as empresas que precisam de liderança estratégica temporária. Este modelo de gestão consiste na contratação temporária de executivos ou gestores experientes para liderar projetos críticos, realizar transformações empresariais, ou preencher lacunas em posições-chave numa organização. A contratação de um Interim Manager permite que as empresas tenham acesso a talentos altamente qualificados sem o compromisso de uma contratação permanente, proporcionando flexibilidade e agilidade, e assim ver realizados projetos críticos.

O Interim Management apresenta várias vantagens para as empresas em Portugal, nomeadamente obterem competências ou conhecimentos especializados que podem faltar às suas equipas, e conseguirem flexibilidade organizacional, que lhes permite adaptar os recursos à volatilidade do mercado, a novas oportunidades, ou até a alterações regulamentares, sem o compromisso a longo prazo de contratos permanentes.

Os Interim managers são também fonte de crescimento para as organizações, transferindo conhecimento, valor profundo para o sucesso a médio e longo prazo da organização.

Às vezes, as empresas enfrentam vagas inesperadas em posições-chave de liderança devido a saídas repentinas, doenças ou outros acontecimentos imprevistos, podendo o gestor interino intervir para manter a estabilidade e a continuidade enquanto a empresa procura um substituto permanente.

É também de realçar, que o ínterim manager, trás um novo olhar, uma visão imparcial e fresca, que estimula ideias nas equipas, para encontrarem novas soluções para o sucesso da organização.

Assim, o Interim manager é uma resposta à crescente necessidade de flexibilidade, especialização das organizações, sendo uma solução efetiva em termos de custo para responder a um mercado dinâmico e volátil.

E se para as empresas tem diversas vantagens, trabalhar como Interim Manager, também tem vantagens para quem escolhe este caminho profissional, nomeadamente significa a pessoa experiente manter-se ativa, em projetos desafiadores e diversificados, permitindo o desenvolvimento de competências valiosas, como a resolução de problemas e o pensamento estratégico. A carreira oferece também flexibilidade e autonomia, permitindo maior controlo sobre a carga de trabalho e a liberdade para tomar decisões. Além disso, a remuneração tende a ser competitiva, superior à dos colaboradores permanentes, devido à natureza especializada do trabalho.

A constante variedade de desafios é uma fonte de energia que mantém o trabalho interessante, proporcionando um forte sentido de realização. As oportunidades de networking são vastas, expandindo a rede de contactos e acelerando a progressão na carreira. A natureza temporária e diversificada do trabalho também incentiva uma aprendizagem contínua, garantindo que o gestor interino se mantenha atualizado e competitivo.

Assim, a carreira de Interim Manager pode ser recompensadora pela flexibilidade, autonomia, remuneração competitiva e pela oportunidade de enfrentar desafios variados que estimulam o desenvolvimento profissional contínuo e oferecem um sentido claro de realização e impacto.

Apesar de haver vantagens quer para as empresas quer para o Interim Manager, em Portugal o Interim Management enfrenta alguns desafios. Um dos principais desafios é a cultura empresarial conservadora. Muitas empresas portuguesas tendem a valorizar a estabilidade e a lealdade a longo prazo, o que pode gerar resistência à adoção de um modelo de gestão temporária. Além disso, há uma falta de conhecimento sobre o modelo de Interim Management no país. Embora seja uma prática bem estabelecida em mercados como o Reino Unido e a Alemanha, ainda não é comum em Portugal. Outro desafio é o custo percecionado apesar de ser uma solução eficiente a longo prazo, o custo inicial do Interim Management pode ser inicialmente visto como uma barreira.

Com a missão de desenvolver, divulgar e promover o "Interim Management" em Portugal, foi criada em 2021 a AIM-Associação Interim Management Portugal. Trata-se de uma entidade independente e sem fins lucrativos, que propõe a criação de um Ecossistema que capitalize a experiência acumulada que os "Interim Managers" possuem, colocando-a ao serviço da competitividade das nossas empresas, bem como do desenvolvimento da economia nacional e da sociedade em geral.

Com o objetivo de tornar o Interim Management maior, potenciando a atração de mais gestores a esta profissão e suscitando o interesse e a vontade de experimentação por parte de mais empresários, a AIM irá realizar em parceria com Associação Empresarial de Portugal no dia 20 novembro na AEP em Leça da Palmeira, a 3ª Conferência Anual com o tema central Crescimento Empresarial, o papel do Interim Management. Um evento, com prestigiados oradores nacionais e internacionais, em que será discutido como os gestores interinos podem ser catalisadores de crescimento, inovação e sustentabilidade nas empresas, especialmente em tempos de transformação. Durante a conferência, serão partilhadas as tendências sobre o mercado do trabalho e o papel do Interim Management, assim como, painéis de debate onde se irão ouvir casos inspiradores de líderes que recorreram a Interim managers para reverter crises, promover inovações relevantes e implementar práticas de sustentabilidade que geraram prosperidade no negócio e impacto positivo na sociedade.

Contacte a AIM Portugal (https://aimp.pt/) para saber mais sobre a forma como pode beneficiar da nossa rede de Interim management e como poderá assistir à 3ª Conferência Anual.



FELICIDADE, TALENTO E PRODUTIVIDADE



SÉRGIO ALMEIDA
Fundador do Seal Group

Otimismo: O Combustível para uma Liderança Inspiradora

Num **mundo marcado pela volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade** (VUCA), a forma como os líderes enfrentam estes desafios é decisiva para o futuro das suas organizações. **A chave está em escolher ver ameaças ou oportunidades.** Os líderes podem ignorar as transformações à sua volta e manter estratégias rígidas, ou podem adaptar-se, demonstrar agilidade e resiliência, transformando desafios em oportunidades.



Imagem: Freepik

O otimismo permite que os líderes vejam as dificuldades como oportunidades de aprendizagem e melhoria, o que é crucial para alcançar o sucesso. Esta abordagem otimista, ancorada no realismo, permite enfrentar as adversidades de forma mais construtiva e estratégica.

A influência do otimismo não se limita à liderança; o seu impacto positivo estende-se a toda a organização. Colaboradores que trabalham num ambiente onde o otimismo é promovido tendem a apresentar maior satisfação no trabalho, mais empenho e uma performance aprimorada. Estudos revelam que **o otimismo organizacional está associado a um aumento na criatividade, inovação e na capacidade de explorar soluções para problemas complexos.** Este ambiente propício gera uma cultura empresarial que motiva as equipas a darem o seu melhor, contribuindo para o sucesso global da organização.

Os CEO que responderam ao inquérito "CEO Winter 2024 da Fortune/Deloitte" indicaram **um otimismo crescente em relação ao desempenho das suas próprias empresas e indústrias**, bem como da economia global. Indicam também planos para impulsionar o crescimento, apesar das preocupações contínuas relativamente ao potencial da instabilidade geopolítica perturbar os negócios.

Entre os líderes inquiridos, **27% dizem estar otimistas em relação à economia global, em comparação com apenas 7%, no inquérito do Outono de 2023, e 12%, um ano antes.** O pessimismo em relação à economia global **desceu para 24%, contra os 76% de há 18 meses.** Os CEO **estão cada vez mais otimistas em relação às suas organizações, com 22% a reportarem um elevado otimismo.**

Podemos assim afirmar que para que uma organização adote uma cultura de otimismo, é essencial que esta comece no topo. **Os líderes devem servir de exemplo,** mostrando que é possível enfrentar adversidades com uma mentalidade positiva. Ao promover esta atitude, ajudam os colaboradores a lidar melhor com as mudanças, criando uma cultura organizacional onde o otimismo é integrado no dia-a-dia. Esta prática não é apenas benéfica para o bem-estar dos colaboradores, mas também é estratégica para aumentar a retenção de talento e a inovação. Líderes otimistas atraem outros indivíduos com a mesma mentalidade, o que facilita a criação de equipas mais coesas, inovadoras e capazes de enfrentar desafios com confiança. **Empresas que cultivam essa cultura de otimismo tornam-se mais atrativas para os melhores talentos,** algo fundamental num mercado de trabalho competitivo.



Imagem: smartsheet

A título de exemplo, considere-se o recente estudo "Atrito e Retenção de Talento", realizado pela AESE Business School, que revela grande insatisfação por parte dos executivos entre 40 e 55 anos. Segundo os inquiridos, as chefias tóxicas são o principal problema apontado pela maioria dos **73,3% que querem sair das empresas onde trabalham. Seguem-se a cultura empresarial tóxica (58%), a falta de perspetivas de carreira (41,8%), a falta de reconhecimento (39,5%) e a remuneração baixa (38,3%).**

O otimismo, além de ser uma característica valiosa, pode ser desenvolvido e fortalecido, assim como a resiliência e o foco em soluções. **Com a ajuda de consultores especializados em recrutamento e desenvolvimento de liderança, as organizações podem criar programas de formação que promovem o otimismo como uma competência essencial.** Estes programas capacitam líderes a cultivarem uma mentalidade otimista, ajudando a construir equipas mais resilientes e preparadas para enfrentar incertezas com soluções inovadoras.

No final, **o otimismo não é apenas uma qualidade pessoal, mas uma poderosa vantagem competitiva quando incorporado na cultura organizacional.** Empresas lideradas por otimistas têm maior capacidade de adaptação, atraem e retêm talentos de qualidade e criam ambientes de trabalho que favorecem a inovação. **Ao promover uma liderança otimista e resiliente, as organizações posicionam-se melhor para navegar os desafios do mundo moderno, garantindo o seu sucesso a longo prazo.**

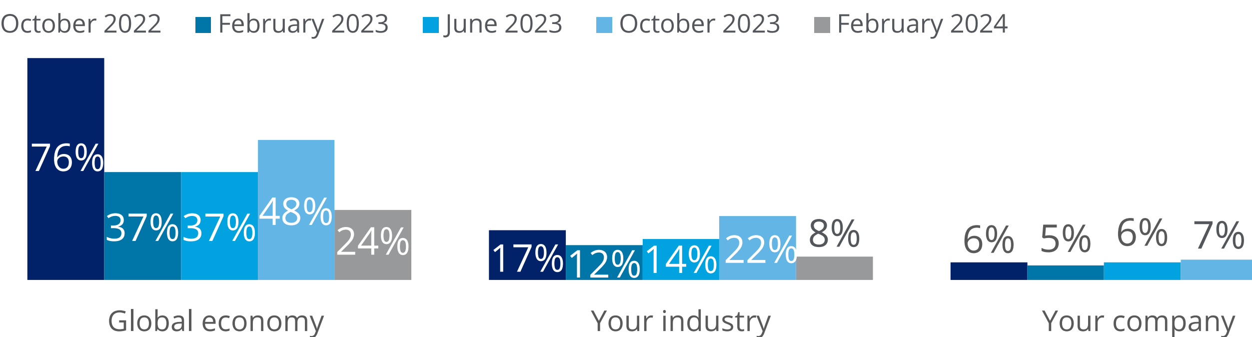
Comparison to past surveys—Optimistic/Very optimistic

October 2022 | February 2023 | June 2023 | October 2023 | February 2024

Global economy: 5% 12% 13% 7% 27%

Your industry: 38% 46% 47% 40% 53%

Your company: 67% 81% 73% 69% 80%



Fonte: Winter 2024 Fortune/Deloitte CEO survey

FISCALIDADE

Portugal contribuiu com 195 milhões para a taxa de plásticos

A taxa sobre os plásticos garantiu uma receita de 7,2 mil milhões de euros para os cofres da União Europeia. Portugal teve uma contribuição líquida de 195 milhões de euros, ficando em nono lugar de uma tabela liderada pela França (1564 milhões de euros) e a Alemanha (1423), seguindo-se a Itália (855 milhões). O Luxemburgo e Malta foram os países que menos contribuíram.

IRC - Perdas por fraude informática não são dedutíveis

Em informação vinculativa emitida pela Autoridade Tributária e Aduaniera esclarece-se que, não se tendo chegado à conclusão que as perdas que resultaram de burla informática podem ser consideradas como decorrentes da atividade normal desenvolvida pelo sujeito passivo, nem que contribuíram para obter ou garantir rendimentos sujeitos a IRC, não pode, desse modo, aceitar-se, para efeitos fiscais, a sua dedutibilidade.

No pedido de informação em concreto estava em causa a aceitação, como gasto fiscal, do montante em que o sujeito passivo terá sido lesado enquanto vitima de uma burla informática.

No que se refere à aceitação dos gastos ou perdas para efeitos de determinação do lucro tributável, deverá ter-se em consideração o que estabelece o nº 1 do art. 23º do Código do IRC, que determina que os mesmos são dedutíveis, desde que incorridos pelo sujeito passivo para obter ou garantir os rendimentos sujeitos a IRC.

Isto é, para que os gastos e perdas, independentemente da sua natureza, possam ser dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável, têm sempre que ter ligação com a obtenção ou garantia de rendimentos sujeitos a IRC.

A AT entende que, não obstante a perda patrimonial verificada, os riscos de burlas informáticas existem e podem ser minimizados agindo com cuidados redobrados

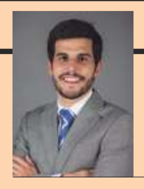
Desta forma, convém esclarecer que o que está em causa não é o tratamento fiscal de montantes pagos a fornecedores, mas sim o tratamento fiscal do montante que, em resultado da alegada fraude, foi indevidamente pago a outra entidade.

Deve ainda referir-se que, de acordo com o nº 3 do art. 23º do Código do IRC, os gastos considerados dedutíveis devem estar comprovados documentalmente, independentemente da natureza ou suporte dos documentos utilizados para esse efeito.

No caso específico exposto à Administração Fiscal, conforme anteriormente referido, a empresa requerente terá sofrido uma perda patrimonial, verificada na sequência de ter realizado um pagamento, por transferência bancária, utilizando, para o efeito, dados que lhe haviam sido remetidos, por email, de origem desconhecida, que a requerente pensou ser da autoria de um seu fornecedor.

Entendimento da AT

Importa salientar que tem sido entendimento dos serviços da Administração Fiscal que, geralmente, as perdas resultantes de uma fraude, por não se inserirem na atividade normal da empresa, não devem ser consideradas fiscalmente como componente negativa do lucro, sem prejuízo de, em circunstâncias excecionais, essas perdas poderem, após análise do caso concreto, vir a ser consideradas como gasto fiscal. Na realidade, uma burla por meio informático não se poderá inserir no quadro normal da atividade exercida.



JOSÉ MOREIRA SIMÕES
associado de Fiscal da PRA – Raposo, Sá Miranda & Associados

Tributar a riqueza, será uma solução?

A tributação sobre grandes fortunas é um tema que, ocasionalmente, surge em discussão. Numa sondagem recente, 79% dos portugueses inquiridos são favoráveis a uma taxa adicional sobre patrimónios muito elevados, enquanto 15% se manifestam contra, e uma pequena percentagem não tem opinião.

Num relatório recente, com base em cálculos relativos à aplicação de um imposto sobre o património de 0,5% dirigido às pessoas mais ricas da União Europeia, os Verdes europeus estimam que "Portugal poderia arrecadar um total de 3,7 mil milhões de euros para o orçamento público ao implementar um imposto sobre o património moderado e progressivo". Este montante corresponde a 1,55% do Produto Interno Bruto português. Embora esta ideia seja extremamente popular, a sua implementação acarretaria algumas dificuldades.

Em primeiro lugar, as dificuldades associadas à implementação prática de um imposto sobre grandes fortunas são significativas e, por conseguinte, não podem ser desconsideradas. Essas dificuldades têm o potencial de afetar os resultados práticos decorrentes da criação e aplicação deste imposto, podendo comprometer os objetivos do próprio sistema fiscal. Além disso, o aumento dos impostos não implica necessariamente um crescimento proporcional nas receitas arrecadadas.

De igual modo, não podem ser desconsiderados os problemas quanto à identificação dos bens sujeitos a imposto, assim como as dificuldades e os custos associados à manutenção de avaliações desses bens, tendo em conta a abrangência do imposto e as possíveis repercussões económicas.

Por outro lado, é importante destacar que as pessoas com rendimentos mais elevados em Portugal já estão sujeitas a uma tributação extraordinária adicional sobre o rendimento, em sede de IRS.

De facto, sobre o montante de rendimento coletável superior a 80 000 euros incidem duas taxas adicionais de solidariedade: uma de 2,5% para rendimentos entre 80 000 e 250 000 euros, e outra de 5% para rendimentos superiores a 250 000 euros. Isso significa que os impostos sobre o rendimento do trabalho podem atingir os 53% no escalão mais elevado.

Num país com investimento público em mínimos históricos e uma capacidade limitada de criar riqueza, atrair investimento direto estrangeiro torna-se uma necessidade essencial, mais do que uma simples prioridade. No entanto, essas medidas acabam por restringir esse investimento, como evidenciado pelo fim do regime dos Residentes Não Habituais. Esta medida, apesar de popular, restringiu e continuará a restringir a capacidade do país de atrair capital e talento que não está disponível em Portugal, podendo um imposto adicional sobre o património ter um efeito semelhante.

AGENDA FISCAL

SETEMBRO

Até ao dia 20

• IVA - Imposto sobre o valor acrescentado

- Periodicidade Mensal – Entrega via Internet da declaração periódica relativa às operações realizadas no mês de Junho e Julho.

- Periodicidade Trimestral – Entrega via Internet da declaração periódica relativa às operações realizadas às operações realizadas no 2º trimestre de 2024

- Declaração Recapitulativa - Envio pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que no mês anterior tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membro, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do artigo 6.º do CIVA, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 50.000.

Até ao dia 25

• IVA - Imposto sobre o valor acrescentado

- Periodicidade Mensal – Pagamento do imposto apurado nas declarações respeitantes aos meses de Junho e Julho de 2024

- Periodicidade Trimestral – Pagamento do imposto apurado na declaração respeitante ao 2º trimestre de 2024

• IRS - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

- Segundo pagamento por conta do IRS dos titulares de rendimentos da categoria B.

• IRS - IRC

- Entrega das importâncias retidas no mês anterior.

• Imposto Selo

- Envio da Declaração Mensal de Imposto do Selo (DMIS) pelos sujeitos passivos que titulem atos, contratos, documento, títulos ou outros factos sujeitos a imposto do selo, ainda que dele isento, praticados no mês anterior.

- Entrega do imposto retido no mês anterior.

Até ao dia 30

• IRC - Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas

- 2º pagamento por conta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) devido por entidades residentes que exercem, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e por não residentes com estabelecimento estável ;

- 2º pagamento adicional por conta da derrama estadual devido por entidades residentes que exercem, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e por não residentes com estabelecimento estável que tenham no exercício anterior um lucro tributável superior a 1 500 000 €.

• IVA - Imposto sobre o valor acrescentado

- Envio do pedido de restituição IVA pelos sujeitos passivos do imposto suportado, no próprio ano civil, noutro Estado Membro ou país terceiro, quando o montante a reembolsar for superior a € 400 e respeitante a um período não inferior a três meses consecutivos.

- Envio do pedido de restituição IVA pelos sujeitos passivos do imposto suportado, no ano civil anterior, noutro Estado Membro ou país terceiro, desde que o montante a reembolsar seja igual ou superior a € 50.

• IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis

Pagamento da 2.ª prestação do Imposto Municipal sobre Imóveis referente ao ano anterior, quando o seu montante seja superior a € 500,00.

• IUC - Imposto Único de Circulação

Liquidação, por transmissão eletrónica de dados, e pagamento do Imposto Único de Circulação - IUC, relativo aos veículos cujo aniversário da matrícula ocorra no presente mês.

TAXAS PORTAGENS

Novas tabelas de retenção na fonte - Açores

Foi publicado no Diário da República do dia 10 de setembro o Acórdão Supremo Tribunal Administrativo n.º 12/2024, de 10/09, proferido no Processo n.º 183/23.1BALSB - Pleno da 2.ª Secção que vem uniformizar a jurisprudência nos seguintes termos: «Fixar jurisprudência no sentido de que os encargos incorridos pela ora Rcte. com taxas de portagens e taxas ou preços de estacionamento são de qualificar como "relacionadas com" as viaturas ligeiras de passageiros em causa, no sentido e para os efeitos da tributação autónoma prevista nas disposições conjugadas do n.º 3, alíneas a) a c), e do n.º 5, ambos do artigo 88.º do CIRC, na redação do artigo 2.º (Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas) da Lei n.º 82-C/2014, de 31 de Dezembro.

Forvis Mazars inaugura novo escritório no Porto

A Forvis Mazars vai inaugurar, no próximo dia 27 de setembro, o seu novo escritório, localizado no ICON Douro, situado na Rua de Manuel Pinto de Azevedo, nº 106-126. A mudança representa um investimento da consultora global na região norte e será a "casa" dos atuais 80 colaboradores da empresa no Porto, que em Portugal já conta com 300 profissionais.

Anarec quer revisão da atualização da taxa de carbono

A Anarec apela ao Governo que reveja a sua posição quanto ao descongelamento gradual da atualização da taxa de carbono, com particular foco no GPL engarrafado. Defende a associação que existe um tratamento diferenciado entre o gás natural e o gás engarrafado, com uma penalização deste último, sujeito ao IVA de 23%. O gás natural – que é utilizado para as mesmas funções em termos domésticos – tem um IVA de 6% até determinadas quantidades.



JOÃO ANTUNES
Consultor da Ordem
dos Contabilistas Certificados (OCC)
comunicacao@occ.pt

Gratificações de balanço

A atribuição de gratificações de balanço é uma operação muito utilizada nas nossas empresas e significa que os titulares do capital estão dispostos a abdicar de parte dos lucros para gratificar empregados e membros de órgãos sociais.

A característica principal que as distingue dos prémios é precisamente o facto das gratificações provirem dos lucros, o que, na realidade, em termos de resultado líquido do exercício tem um efeito equivalente, na medida em que, quer gratificações, quer prémios são registados como gasto contabilístico.

Outra característica diferenciadora é as gratificações de balanço não estarem sujeitas a segurança social, por uma falta de regulamentação que se prolonga há muitos anos, que faz com que os empresários recorram muito à gratificação de balanço.

Em termos de aplicação das normas contabilísticas, sempre que a empresa tenha uma prática reiterada e estabelecida de pagar gratificações que faça pressupor a intenção de continuar essa política, sempre e que nada faça prever a sua reversão, a percentagem dos lucros afeta às gratificações deve ser registada como gasto desse ano.

Em termos, fiscais, este gasto é aceite desde que sejam pagas até ao final do exercício seguinte, sendo tributadas em IRS como rendimentos do trabalho dependente nos termos gerais.

O Orçamento do Estado para este ano traz-nos uma novidade quando às gratificações que, à partida, parecia ser uma medida interessante para os trabalhadores.

Esta medida isenta de IRS até ao valor de uma remuneração fixa mensal e com o limite de cinco vezes a remuneração mensal mínima garantida (4.100 euros), os montantes atribuídos aos trabalhadores a título de participação nos lucros da empresa, por via de gratificação de balanço, pagos por entidades cuja valorização nominal das remunerações fixas do universo dos trabalhadores em 2024 seja igual ou superior a 5%.

Na sua essência, a bondade da medida radicava em isentar de IRS a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas desde em que tenha havido aumento salarial para todos.

Contudo, a medida contém um "presente envenenado" na medida em que estes rendimentos são englobados para efeitos de determinação da taxa aplicável aos restantes rendimentos, ou seja, as gratificações de balanço são englobadas para efeitos de determinação das taxas dos escalões do artigo 68.º do Código do IRS.

Com base nesta norma, as empresas iniciaram a planificação da política de aumentos salariais e a processar gratificações de balanço, incluindo aos membros de órgãos sociais.

Sabendo-se que as leis não podem considerar



todos os aspetos particulares é natural e expetável que surjam muitas dúvidas legitimas e pertinentes. Para esse efeito, a Autoridade Tributária (AT) socorre-se do chamado "direito circulatório", emitindo instruções administrativas sob a forma de ofícios-circulados, circulares e outra doutrina.

O que se espera é que estas instruções administrativas com as clarificações necessária sejam emitidas logo após a publicação das normas.

Em agosto, em pleno mês de "férias fiscais", somos surpreendidos com a publicação de um ofício-circulado (n.º 20271, de 27 de agosto) sobre as gratificações de balanço, causando algum ruido sobretudo com a exclusão desta norma dos membros de órgãos sociais, nomeadamente, os sócios-gerentes.

As principais clarificações que se impunham podem resumir-se da seguinte forma:

A isenção aplica-se a gratificações de balanço pagas a trabalhadores em 2024, relativamente a lucros apurados em 2023 ou períodos anteriores;

A isenção só se aplica se se verificar um aumento salarial de pelo menos 5% dos salários de todos os trabalhadores e não a média, podendo uns trabalhadores serem aumentados mais que 5%;

A comparação dos salários deverá ser efetuada entre dezembro de 2024 e dezembro de 2023, o que significa que o aumento salarial pode ocorrer em qualquer altura de 2024;

A isenção apenas se aplica a trabalhadores e não aos MOE.

Um dos esclarecimentos que tem causado muito ruido é o conceito de "universo dos trabalhadores". A AT considera que a justificação que esteve na génese da norma entende que a lei não incluiu os membros dos órgãos sociais na norma, sendo o seu objetivo aumentar a liquidez dos rendimentos apenas aos trabalhadores por meio da isenção fiscal. Ou seja, a AT entende que o objetivo seria apenas aumentar a liquidez dos trabalhadores e não dos MOE.

Outro esclarecimento é efetuado relativamente ao conceito de remuneração fixa mensal é definido como toda a remuneração auferida pelo trabalhador que não esteja dependente do desempenho individual, da equipa ou da empresa, bem como outras remunerações acessórias de caráter fixo (incluindo, por exemplo, o subsídio de refeição).

A AT remete para o conceito de remuneração do artigo 19.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais e considera que é esse conceito que deve ser tomado em conta para a esta norma.

Relativamente às retenções da fonte, há aqui uma novidade na medida em que a AT vem considerar que a aplicação das taxas de retenção na fonte deve corresponder às taxas que resultarem das tabelas de retenção na fonte sobre a totalidade dos rendimentos, incluindo os isentos, aplicando-se apenas à parte dos rendimentos que não estejam isentos,

Este esclarecimento é entendível na medida em que há uma coerência no pagamento das retenções do imposto devido a final com a liquidação do imposto.

O que é censurável é estes esclarecimentos surgirem em agostotendo em conta que o pagamento das gratificações de balanço relativas ao exercício de 2023 ocorreu, na grande maioria dos casos, no primeiro semestre de 2024,

Fica por esclarecer o procedimento a adotar para corrigir eventuais retenções na fonte já efetuadas relativamente a gratificações de balanço pagas em 2024, e esta questão preocupa contabilistas certificados e empresários.

Finalmente, um apelo para a segurança jurídica: os esclarecimentos necessários por parte da AT devem ser efetuados atempadamente, antes da aplicação prática das normas fiscais.

CONTAS & IMPOSTOS

Mais e menos-valias em alienação de ações

Sendo o saldo entre as mais-valias e as menos--valias e reunidos os demais requisitos do n.º 14, o sujeito passivo é obrigado a englobar.

Na sequência da alteração na Lei do OE/2023, se no ano de 2023 um contribuinte tiver obtido mais-valias nas alienações de ações detidas por mais de 365 dias, mas tiver tido menos-valias na alienação de ações detidas por menos de 365 dias, pode deduzir essas menos-valias às mais-valias?

Assuma-se também que o rendimento total desse sujeito passivo excede os valores do último escalão de IRS, pelo que se depreende que haveria aqui uma situação de englobamento obrigatório.

O pedido de parecer prende-se com o enquadramento em sede de IRS, na alienação de ações detidas há menos de 365 dias.

O artigo 72.º, n.º 14 do Código do IRS estabelece que, não obstante o disposto na alínea c) do n.º 1, o saldo entre as mais-valias e menos-valias, resultante das operações previstas na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º, incluindo os rendimentos referidos nas alíneas b) e c) do n.º 18, são obrigatoriamente englobados quando resultem de ativos detidos por um período inferior a 365 dias e o sujeito passivo tenha um rendimento coletável, incluindo este saldo, igual ou superior ao valor do último escalão do n.º 1 do artigo 68.º.

Sendo o saldo entre as mais-valias e as menos-valias, e reunidos os demais requisitos do n.º 14, o sujeito passivo é obrigado a englobar.

A dedução das perdas para períodos posteriores consta do artigo 55.º, n.º 1, alínea d) do CIRS e estabelece que o saldo negativo apurado num determinado ano, relativo às operações previstas nas alíneas b), c), e), f), g), h) e k) do n.º 1 do artigo 10.º, pode ser reportado para os cinco anos seguintes quando o sujeito passivo opte ou seja obrigado a englobar esses rendimentos.

MERCADOS

PSI-20 (18.09) 6754,67
-0,38% Var. Semana
5,60% Var. 2024

Dow Jones 18/set 41568,11	Nasdaq 18/set 17595,8	IBEX 35 18/set 11689,90
Var Sem 1,74%	Var Sem 1,21%	Var Sem 3,66%
Var 2024 10,30%	Var 2024 17,28%	Var 2024 15,73%

DAX 18/set 18711,49	CAC40 18/set 7444,9
Var Sem 2,08%	Var Sem 0,65%
Var 2024 11,70%	Var 2024 -1,30%

COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

GABRIEL AUGUSTO, DIRETOR GERAL DA FLAG, CONSIDERA

Inteligência artificial exige maior atualização das competências profissionais

"Um dos principais desafios que enfrentamos na FLAG é acompanhar a rápida evolução das necessidades formativas do mercado. Vivemos numa era de constantes mudanças, onde novas tecnologias, como a inteligência artificial (IA), têm um impacto profundo nas competências exigidas" – referiu em entrevista à "Vida Económica" Gabriel Augusto. O diretor geral da FLAG, escola de formação especializada em design, marketing e criatividade, também destaca a dificuldade de atrair e manter talentos para a bolsa de formadores. Por sua vez, "os clientes estão cada vez mais exigentes".



"As empresas estão mais disponíveis para dar formação aos seus profissionais", refere Gabriel Augusto.

Vida Económica - Como se posiciona a FLAG no mercado enquanto escola?

Gabriel Augusto - A FLAG posiciona-se como uma escola de formação especializada em Design, Marketing e Criatividade, direcionada tanto para particulares quanto para empresas. A nossa proposta de valor passa cada vez mais por nos assumirmos como um parceiro privilegiado no desenvolvimento de competências, funcionando como um verdadeiro elevador social. Isso significa que a formação oferecida não só qualifica o formando, mas também traz um retorno positivo em termos de carreira e oportunidades. Também os nossos modelos de formação presencial e live training procuram uma democratização do acesso à formação, bem como a eliminação de quaisquer barreiras geográficas. Ou seja, este modelo flexível permite alcançar alunos de diferentes regiões e perfis. A formação na FLAG é apresentada como um investimento que gera resultados tangíveis para os formandos, seja no desenvolvimento de novas competências seja na evolução de suas carreiras.

Empresas podem resgatar Fundos de Compensação do Trabalho

VE - Quais os cursos que são ministrados e os custos associados para os interessados?

GA - Oferecemos uma ampla gama de cursos em diversas áreas de formação relacionadas com os domínios do Design, Marketing e Criatividade (Design Gráfico, UX/UI Design, Programação Web, Design Thinking, Marketing Digital, Motion Design, Gestão de Projetos, entre outros), com opções de curta, média e longa duração, além de bootcamps intensivos. Além dos cursos de calendário fixo, disponibilizamos também soluções de formação à medida e personalizada, adaptadas especificamente às necessidades particulares de empresas e profissionais. Para os particulares, a oferta formativa mais procurada reside geralmente na longa duração, como as Academias FLAG Professional, desenhadas especificamente para o desenvolvimento de todas as competências necessárias para o desempenho de uma dada função. Estes cursos são adequados para profissionais em reconversão ou início de carreira que procuram uma formação de elevado caráter prático, que facilita a sua rápida integração no mercado de trabalho. Os valores de investimento variam conforme a área de formação e a duração do curso. Para facilitar o investimento, oferecemos soluções de pagamento faseado sem juros em cursos de média e longa duração a particulares. Os nossos cursos enquadram-se também na medida Cheque-Formação + Digital (um apoio de até 750€ disponibilizado pelo Governo para a promoção do desenvolvimento de competências digitais, destinado a profissionais) e, no caso das empresas, podem recorrer ao resgate dos Fundos de Compensação do Trabalho para investir no desenvolvimento de competências dos seus colaboradores.

Interesse crescente por parte das empresas

VE - Há também um interesse crescente por parte das empresas, no sentido de recorrerem aos vossos serviços?

GA - Sim, há um interesse crescente por parte das empresas em recorrer aos nossos serviços. A FLAG começou com foco no mercado de particulares (profissionais e estudantes), mas nos últimos anos apostámos no desenvolvimento do mercado B2B e os resultados têm sido notáveis. Hoje, mais de 100 empresas confiam anualmente na FLAG como seu parceiro de formação privilegiado, muitos dos quais entregam a gestão integral do seu plano de formação à nossa responsabilidade. O nosso apoio vai desde o levantamento de necessidades ao desenho do plano, até à entrega da formação e medição do seu impacto. Além disso, pertencemos a um grupo económico que integra outras marcas de formação especializadas em domínios diferentes aos da FLAG, o que nos permite oferecer soluções para qualquer necessidade formativa.

Cheque-Formação + Digital disponibiliza apoio até 750€

VE - Quais os principais desafios com que se defrontam?

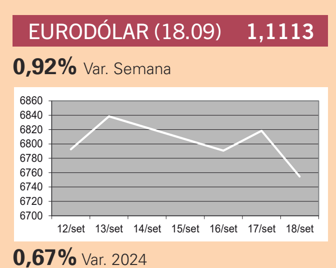
GA - Um dos principais desafios que enfrentamos na FLAG é acompanhar a rápida evolução das necessidades formativas do mercado. Vivemos numa era de constantes mudanças, onde novas tecnologias, como a inteligência artificial (IA), têm um impacto profundo nas competências exigidas. Reconhecendo essa tendência, integramos rapidamente a IA em todos os nossos cursos, desenvolvemos bootcamps especializados e estamos a apoiar empresas no processo de adoção da IA, respondendo assim de forma ágil a estas novas necessidades. Outro grande desafio é atrair e manter talentos para a nossa bolsa de formadores. Por via de elevados padrões de exigência, procuramos profissionais com vasta experiência de mercado, que estejam ativamente a desempenhar funções na área e, simultaneamente, tenham competências pedagógicas certificadas. Adicionalmente, temos observado um aumento significativo nos níveis de exigência e expetativas dos nossos clientes. Isto leva-nos a inovar constantemente, com a criação de diferentes formatos de acesso à formação, seja o presencial ou o live training (online em tempo real), para que cada pessoa ou organização possa escolher a metodologia que melhor se adapta às suas necessidades e disponibilidade.

VE - As empresas preocupam-se, efetivamente, com a formação dos seus colaboradores?

GA - As empresas estão mais disponíveis para dar formação aos seus profissionais, cientes da importância destas ações para o sucesso do negócio, para a inovação da organização, para a capacidade de resposta aos grandes desafios que se levantam. Mas estamos cientes que os custos são muito bem maturados internamente. Qualquer bom gestor visa ter uma estrutura saudável financeiramente, e está ciente que muitas vezes tem de fazer cortes. Cortes, esses, que podem ser de gorduras internas, mas também de ações que no curto prazo não tragam ganhos evidentes à organização. O reconhecimento da formação como um investimento com retorno e não apenas um custo, tem vindo a crescer.

EURODÓLAR (18.09) 1,1113

0,92% Var. Semana



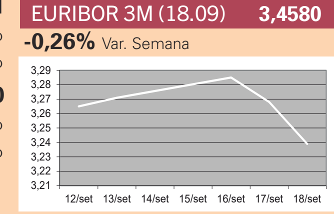
0,67% Var. 2024

Euro/Libra 18/set......0,8421
Var Sem 0,28%
Var 2024........................2,96%

Euro/Iene 18/set...157,7700
Var Sem ....-0,63%
Var 2024........................-1,30%

EURIBOR 3M (18.09) 3,4580

-0,26% Var. Semana



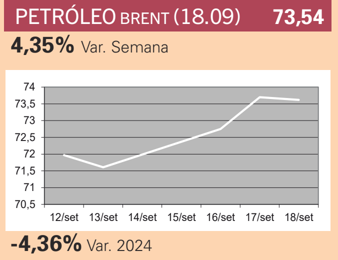
-11,54% Var. 2024

Euribor 6M 18/set.....3,4580
Var Abs Sem ....-1,13%
Var 2024.....................-16,11%

Euribor 1Y 18/set......2,9210
Var Abs Sem ....-1,32%
Var 2024.....................-16,85%

PETRÓLEO BRENT (18.09) 73,54

4,35% Var. Semana



-4,36% Var. 2024

Ouro 18/set 2570,94
Var Sem 2,38%
Var 2024.......................24,65%

Prata 18/set................30,38
Var Sem 6,04%
Var 2024.......................27,79%

COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

Emissão de obrigações cobertas do novobanco premiada como "Best Pioneering Deal"

O novobanco foi distinguido com o prémio Best Pioneering Deal pela Global Capital, em reconhecimento pelo sucesso da sua emissão inaugural de obrigações cobertas no montante de 500 milhões de euros, realizada em fevereiro de 2024. O prémio reconhece a utilização inovadora produtos de financiamento, técnicas, estruturas, atividades de relações com investidores e iniciativas ESG nos mercados de capitais.

O prémio foi entregue a 12 de setembro durante os Global Capital Covered Bond Awards, realizados no âmbito do ECBC Covered Bond Congress, no Porto.

Este reconhecimento junta-se ao prémio Best Debut atribuído em junho durante a edição dos Covered Bond Report Awards, em Frankfurt.

Classificada com Aaa pela Moody's, a procura ultrapassou os 5,1 mil milhões de euros com 139 ordens de investidores. Este resultado fez desta operação a emissão de obrigações cobertas com o maior rácio de subscrição (procura/oferta) desde que a Bloomberg News começou a monitorizar a emissão de obrigações hipotecárias/cobertas europeias, em 2018.

A transação despertou interesse a nível global, de uma base diversificada de investidores, incluindo gestores de ativos, bancos e bancos centrais. A emissão foi garantida por um conjunto de créditos à habitação garantidos por hipotecas em Portugal, sublinhando a crescente confiança dos investidores na robustez financeira do novobanco e na sua estratégia de mercado.



Rácio MREL superior a 27%

Segundo o relatório e contas do primeiro semestre de 2024, em fevereiro deste ano, o novobanco emitiu: 500 milhões de euros de European Covered Bond, a três anos, com notação AAA- da Moody's, e uma taxa de juro anual de 3,25% (mid-swaps +45 bps). A obrigação foi a mais subscrita desde que a Bloomberg News começou a acompanhar as emissões em 2018, com uma procura 10 vezes superior à base de subscrição, atraindo o interesse de mais de 150 contas e diversificando as fontes de financiamento do Banco; 500 milhões de euros de Obrigações 4NC3 Senior Preferred, com notação Ba1/BBB- (Moody's / Fitch), ao preço de 99,782% e um cupão anual de 4,25% durante os primeiros três anos, sendo posteriormente ajustado para a Euribor a três meses acrescida de 130 pontos base. As ordens atingiram um máximo de 1,5 mil milhões de euros, envolvendo cerca de 90 contas, o que permitiu ao Banco atingir antecipadamente o objetivo de um rácio MREL superior a 27%.

Procura ultrapassou os 5,1 mil milhões de euros com 139 ordens de investidores

TAXAS DESCEM A SEIS E 12 MESES

Nova emissão de bilhetes do tesouro de 750 milhões de euros

Portugal no leilão da última quarta-feira de bilhetes do tesouro, colocou 250 milhões de euros em dívida a seis meses e 500 milhões em dívida a 12 meses. No leilão de seis meses, face ao de abril, a taxa desceu dos 3,631% para os 3,161%, com uma procura de 4,72 e no de 12 meses a taxa desceu dos 3,451% para os 2,77% com uma procura de 3,29.

"A descida que verificamos acaba por refletir o movimento que temos tido no mercado e está em sintonia com as perspetivas dos Bancos Centrais. O Banco Central Europeu voltou a descer as taxas de juro em setembro e a Reserva Federal também deverá iniciar o ciclo de descidas, num movimento que se tem vindo a verificar pela parte de vátios Bancos Centrais", afirma Filipe Silva. "As revisões em baixa das futuras taxas de crescimento, apontam para um abrandamento económico. A inflação tem vindo a descer como se previa e por força das políticas monetárias que estavam em vigor, temos agora uma inversão das mesmas. As economias estão a ter o comportamento esperado motivo pelo qual o discurso dos Bancos Centrais continue no modo de ver os dados futuros para depois darem as indicações sobre se e quando teremos novas descidas de taxas", acrescenta o diretor de Investimentos do Banco Carregosa.

Hermenêutica

VÍTOR NORINHA
Jornalista
vnorinha@grupovidaeconomica.pt

O país está a arder e o Governo também

Numa altura em que os fogos voltaram a assolar o país, essencialmente na região centro, o Governo de Luís Montenegro parece também estar a apagar fogos. Os exemplos são múltiplos, sendo que o mais atual prende-se com o Orçamento de Estado para 2025 (OE 25), depois de Montenegro ter afastado as negociações com o partido Chega e este a acabar por se auto-isolar. O chefe do executivo entrou num jogo muito perigoso com o Partido Socialista (PS), último partido que pode aprovar o OE 25.

O PS tem vários dilemas, nomeadamente com o IRS Jovem, mas estes dilemas são essencialmente políticos e de liderança, pois caso Pedro Nuno Santos, o líder os PS, aprove o OE 25 fica em xeque no partido mas, caso reprove o Orçamento fica em xeque perante o país e determinadas fações do PS.

Pedro Nuno tem uma líder parlamentar, Alexandra Leitão, em plena campanha interna e externa, pisca o olho para todo o lado, mas com uma visão clara do que será o seu futuro, caso atinja a liderança do Governo PS. Claramente prefere estar do lado dos extremismos em vez do lado dos moderados, e com Alexandra Leitão veremos o PS a tentar uma geringonça, desta vez alargada ao partido Livre, e cujos resultados serão, também eles, de grande imprevisibilidade.

Ainda sobre Montenegro e a governação da AD está claro que não houve estado de graça, e os desafios nestes cinco meses foram acalmar as organizações sindicais mais agressivas a atuarem na área da segurança, saúde, ensino e outras. Pode, ou não, conseguir ultrapassar o desafio da aprovação do OE 25, pode o país viver de duodécimos pois não irá afetar os compromissos assumidos com professores e polícias, e até podem ocorrer eleições antecipadas, algo que não é desejado por ninguém porque isso atrasaria - em definitivo - projetos ligados ao PRR. Possivelmente teríamos o regresso do PS ao poder e não se sabe se o PS quer ter o poder no atual estado da economia doméstica e europeia, a par do impacto da turbulência geopolítica.

Mas há um outro desafio e falamos do crescimento da economia. Informações mais recentes dão conta de um 2º trimestre de 2024 em Portugal de quase estagnação, e a projeção do Governo para um crescimento de 2% não será atingido e, claro, ficamos ainda mais longe das previsões de 2,5% indicadas pelos partidos que estão agora no Governo e que avançaram números após a vitória eleitoral. Em contraste, Espanha, o nosso principal parceiro comercial, está a crescer com previsões de um PIB a melhorar 2,8% este ano e 2,2% em 2025. Em contraste, a Alemanha tem uma economia estagnada e o conjunto da zona euro deverá crescer apenas 0,8% em 2024 e ter números muito fracos para os dois anos seguintes. A vida na Europa está ainda suspensa das eleições norte-americanas no início de novembro e do impacto que isso terá, nomeadamente a nível de segurança interna e de orçamento da Defesa comum. Nada aparenta ser fácil.

> **"Está claro que não houve estado de graça (deste Governo), e os desafios nestes cinco meses foram acalmar as organizações sindicais mais agressivas**



Millennium bcp considerado melhor banco digital em Portugal

O Millennium bcp foi considerado, pelo quarto ano consecutivo, o "Melhor Banco Digital em Portugal", nos "World's Best Digital Bank Awards 2024", promovidos pela revista "Global Finance". No conjunto das subcategorias destes prémios, o Millennium bcp é também o banco português com mais distinções.

Publicada versão portuguesa de "Princípios de governação corporativa"

A versão em português do documento "Princípios de governação corporativa do G20/OCDE está publicada. O conteúdo, disponível no site da OCDE, apresenta orientações para ajudar legisladores e reguladores a avaliarem e melhorarem o quadro jurídico, regulamentar e institucional da governação corporativa, a fim de promover a confiança e a integridade do mercado.

AIE revê em baixa procura global de petróleo

A Agência Internacional de Energia (AIE) reviu em considerável baixa a sua previsão sobre a procura global de petróleo para este ano, sobretudo devido à China. A quebra na procura vai provocar um forte aumento dos stocks.

A agência admite que mesmo que a OPEP não devolva ao mercado os cortes, vai continuar a sobrar petróleo, já que os países produtores fora do cartel estão a aumentar a produção acima do crescimento da procura global. A AIE estima que a procura global aumentará em 900 mil barris diários este ano, para 102,99 milhões, quando anteriormente previa que seriam 970 mil. As projeções para 2025 mantêm-se iguais, com uma evolução de 950 mil, para 103,94 milhões de barris diários. Há que ter em conta o forte abrandamento, já que a subida foi de 2,1 milhões de barris diários no ano passado. A principal razão desta desaceleração é a China, onde o consumo, em julho, desceu em 280 mil barris, relativamente a igual mês do ano passado. E isto pelo quarto mês consecutivo.

China é principal razão da desaceleração

Excluindo a China, a procura é pouco consistente no mundo desenvolvido. Este ano ficará quase dois milhões de barris diários abaixo do nível que tinha antes da pandemia. Como a oferta dos países não pertencentes à OPEP+ aumenta mais que a procura global, o cartel pode estar perante um excedente substancial, inclusivamentte se as suas restrições adicionais se mantiverem. Supondo que a OPEP+ mantenha os seus cortes voluntários, a produção mundial de crude crescerá, no próximo ano, cerca de 2,1 milhões de barris diários, para uma novo máximo histórico de 105 milhões.





MICHAEL KRAUTZBERGER
Diretor de Investimento Global em Obrigações, Allianz Global Investors (Allianz GI)

Chegou o momento da Fed

A economia dos EUA não está, por enquanto, a mostrar sinais de uma recessão iminente. A taxa de desemprego, situada nos 4,2%, continua em níveis historicamente baixos e parte do seu aumento foi impulsionado por uma subida na oferta de mão-de-obra e não pelo enfraquecimento da procura laboral. O duplo mandato da Fed – máximo emprego e estabilidade de preços – parece cada vez mais próximo e mantemos o nosso cenário base de uma aterragem suave da economia.

Contudo, os indicadores dos inquéritos recentes nos EUA apontam para uma fraqueza continuada na atividade industrial, embora comecem a aparecer os primeiros sinais de uma desaceleração no setor dos serviços. Há também sinais de que a procura dos consumidores está a perder ímpeto, com as despesas das famílias de baixos rendimentos, em particular, a começarem a ser pressionadas pela redução da contratação de novos trabalhadores e pelo crescimento mais lento dos salários. Nesse sentido, acreditamos que é altura da Reserva Federal dos EUA agir e esperamos um corte de taxa de 25 pontos base (previsão apontada para a sua reunião de anteontem), colocando o intervalo-alvo da taxa de fundos federais entre os 5% e os 5,25%.

Com o índice PCE (Despesas de Consumo Pessoal), a taxa de inflação subjacente preferida da Fed, também a aproximar-se da meta de 2% (atualmente em 2,6% em termos anualizados), os recentes comentários de responsáveis da Fed sugerem uma disposição a agir com força se a procura de mão-de-obra enfraquecer ainda mais.

Além disso, o cenário de crescimento económico global também sustenta o desejo da Fed e de outros bancos centrais do G10 de relaxarem a sua política monetária restritiva. O crescimento da China continua a ser desfavorável, tal como na zona euro, especialmente na Alemanha. Como consequência, os preços das matérias-primas e da energia estão sob pressão em baixa e contribuem para ancorar as expetativas de inflação em todo o mundo.

A Fed, tal como outros bancos centrais, está agora mais focada no crescimento económico do que em controlar a inflação e está cada vez mais preocupada com o ficar para trás em termos de política monetária– isto é, cortando as taxas demasiado tarde para evitar uma recessão ou um abrandamento mais acentuado do crescimento.

Por conseguinte, em nossa opinião, não devem ser ignorados os riscos de maiores cortes nas taxas nas próximas reuniões deste ano, especialmente se a atividade no mercado laboral se deteriorar mais rapidamente do que o previsto atualmente e a inflação continuar a aproximar-se do seu objetivo.

Para os investidores em obrigações, acreditamos que é mais provável que os rendimentos dos títulos soberanos diminuam nos próximos meses. Dessa forma, posicionar-se endividado nesta fase do ciclo económico é uma opção atrativa. Da mesma forma, favorecemos um posicionamento de longa duração em vários mercados de obrigações soberanas e preferimos estar posicionados para uma inclinação ("steepening" ou ampliação dos diferenciais entre taxas curtas e longas) das curvas de rendimento, especialmente nos EUA e na Zona Euro.



Não devem ser ignorados os riscos de maiores cortes nas taxas nas próximas reuniões deste ano



Crédito Agrícola lança nova campanha de crédito à habitação para jovens e família

O Crédito Agrícola acaba de lançar uma nova campanha de crédito à habitação destinada a jovens e famílias. Nesta campanha, o banco afirma estar entre as instituições mais competitivas neste segmento de crédito. No final do primeiro semestre deste ano, o banco registou uma quebra no crédito à habitação de 50,5 milhões de euros.

VIRGÍLIO FERREIRA
virgilioferreira@grupovidaeconomica.pt



O Crédito Agrícola acaba de lançar a nova vaga da campanha CA Soluções de Crédito à Habitação, com o mote "Ouvi dizer que procura casa!". A campanha dirige-se aos jovens e às famílias que pretendem adquirir ou construir habitação própria ou transferir um crédito à habitação de outras instituições de crédito.

Com a nova taxa mista, durante o período da campanha, em vigor até 8 de novembro, a oferta do Crédito Agrícola está entre as mais competitivas do mercado, com uma componente fixa de 2,85% a dois anos, de 2,80% a três anos ou de 2,75% a cinco anos.

A campanha apresenta, igualmente, condições preferenciais na subscrição das apólices das seguradoras do Grupo Crédito Agrícola, CA Vida e CA Seguros, com os seguintes benefícios:

Condições preferenciais

Na subscrição do Seguro Vida "CA Protecção Crédito Habitação" é atribuído um desconto de acordo com a idade dos Clientes, promovendo melhores condições para Clientes com idade inferior a 35 anos. Os Clientes mais jovens podem usufruir de 40% de desconto no prémio, durante toda a vigência do contrato, enquanto que os Clientes com idade superior a 35 anos terão como benefício um desconto de 10% ou 5% sobre o prémio da apólice por 5 anos, consoante sejam Associados CA ou não, respectivamente.

Na subscrição do Seguro Não Vida "CA Habitação" será atribuído, aos Clientes particulares com endereço de e-mail fiabilizado/validado e com confirmação de boa cobrança da primeira fracção do seguro, um vale digital Pingo Doce no valor de 10€. Aos Clientes particulares que, além disso, estiverem ainda registados na App CA Seguros ou na área de cliente CA Seguros Online, será antes atribuído um vale digital Pingo Doce no valor de 15€.

Sílvia Alberto é a embaixadora da marca CA

A campanha CA Soluções de Crédito à Habitação conta com a Sílvia Alberto, embaixadora da marca CA, como o rosto desta campanha que, semanalmente, estará presente nas redes sociais e no YouTube do Crédito Agrícola para partilhar dicas genéricas sobre a compra de habitação própria e as vantagens das soluções CA com quem deseja comprar/construir casa ou transferir o seu Crédito Habitação.

Idealizada e produzida pela agência Addiction – Creative Thinking, a campanha está presente em televisão, rádio, imprensa, mupis, media digital, redes sociais e nas Agências do Crédito Agrícola, a partir de hoje.

A informação detalhada sobre a campanha CA Soluções de Crédito à Habitação pode ser consultada em www.creditoagricola.pt ou nas Agências do Crédito Agrícola.

No final do 1S24, o activo total do Grupo Crédito Agrícola cifrou-se num montante de 26 334 milhões de euros, um acréscimo de 1031,6 milhões de euros face a dezembro de 2023.

A quota de mercado do crédito a clientes do Crédito Agrícola situou-se em 5,8% no final do primeiro semestre de 2024

Crédito habitação cai 50,5 milhões de euros no primeiro semestre

Do total de ativo, cerca de 12 113 milhões de euros correspondem à carteira de crédito (bruto) a clientes, valor que apresentou um acréscimo de 0,5% face a dezembro de 2023, uma tendência praticamente idêntica à verificada no setor. Neste acréscimo está incorporada a quebra verificada no segmento de crédito habitação no valor de 50,5 milhões de euros (ou -1,5%) face a dezembro de 2023. O segmento de crédito habitação manteve-se, no entanto, estável face ao final do trimestre anterior. A quota de mercado em crédito concedido a clientes (total) registou o valor de 5,8% (incluindo setor público) no final do 1S24.

A carteira de crédito a clientes (bruto) verificou um crescimento de 54,4 milhões de euros face a dezembro de 2023 (+0,5%), para 12 113 milhões de euros, semelhante à taxa de crescimento do mercado como um todo, cifrando-se a quota de mercado do Crédito Agrícola em 5,8%.

EXEMPLO

Taxa Fixa de 2,75% nos cinco primeiros anos

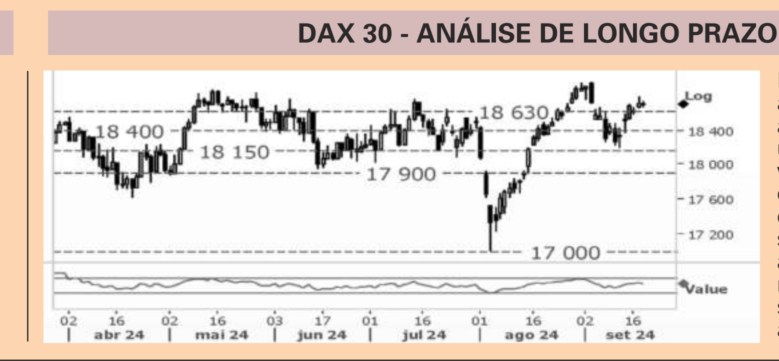
TAEG de 5,1%, calculada com base numa TAN de 3,600% (componente fixa de 2,750% + spread de 0,850%), fixa nos primeiros cinco anos do contrato, e TAN de 5,066% (Euribor 12M de 3,166% em setembro de 2024 + spread de 1,900%) no prazo remanescente, para um crédito de 170 mil euros, a 30 anos, para 1 titular com 30 anos de idade, finalidade de aquisição de habitação com garantia de hipoteca, rácio financiamento/garantia de 80% e DSTI inferior a 20%. 60 prestações mensais de 772,90 euros seguidas de 300 prestações mensais de 898,82 euros. Inclui seguro de vida e seguro multirriscos, encargos com registo de hipoteca, análise, avaliação e conversão de registo provisório em definitivo. Isento de comissões de abertura. Montante total imputado ao consumidor de 332 195,85 euros. A taxa de juro variável nas finalidades de crédito à habitação para a aquisição e/ou construção de habitação própria pode assumir valores negativos em função da evolução e da revisão do respectivo indexante.

TAEG de 4,5% | com a detenção de vendas associadas facultativas: Pack Cliente e Pack Seguros1 | TAN Fixa de 2,750% nos primeiros cinco anos do contrato (componente fixa de 2,750% + spread de 0,000%) e TAN de 4,666% (Euribor 12M de 3,166% em Setembro de 2024 + spread de 1,500%) no prazo remanescente, para um crédito de 170 mil euros, a 30 anos, para um titular com 30 anos de idade, finalidade de aquisição de habitação com garantia de hipoteca, rácio financiamento/garantia de 80% e DSTI inferior a 20%. 60 prestações mensais de 694,01 euros seguidas de 300 prestações mensais de 850,45 euros. Inclui seguro de vida e seguro multirriscos, encargos com registo de hipoteca, análise, avaliação e conversão de registo provisório em definitivo. Isento de comissões de abertura. Montante total imputado ao consumidor de 312 640,43 euros. A taxa de juro variável nas finalidades de crédito à habitação para a aquisição e/ou construção de habitação própria pode assumir valores negativos em função da evolução e da revisão do respectivo indexante.

PSI-20 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO

O índice português PSI iniciou a semana com uma valorização cautelosa até renovar máximos de julho perto dos 6 865 pontos. No entanto, posteriormente o índice retornou a desvalorizar, voltando a se aproximar dos 6 700 pontos.

DAX 30 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO



Depois de uma queda acentuada na semana anterior, o Dax apresentou uma recuperação, até voltar a transacionar acima dos 18 630 pontos, nível que poderá servir agora de suporte. O índice alemão até chegou a renovar máximos de mais de 2 semanas ligeiramente acima dos 18 800 pontos.

MERCADO MONETÁRIO INTERBANCÁRIO



FILIPE GARCIA
Economista da IMF – Informação de Mercados Financeiros
filipegarcia@imf.pt

Euribors ajustaram ao corte de taxas do BCE

Num período ainda marcado pelo corte das taxas de juro de referência do Banco Central Europeu no passado dia 12, as taxas Euribor acabaram por estabilizar nos últimos dias, tendo mesmo a referência a 3 meses recuperado ligeiramente. A Euribor a 12 meses encontra-se já claramente abaixo dos 3% - valores que não eram vistos desde o final de 2022. A curva de rendimentos deslocou-se para baixo, embora também influenciada pelas expectativas quanto à política monetária da Reserva Federal norte-americana.

Como é sabido, o BCE cortou a taxa de depósitos em 25 pontos base na semana passada, para 3,5%, numa decisão unânime e que foi ao encontro do que era esperado pelo mercado, numa altura em que a inflação tem abrandado um pouco por toda a região. Exemplos disso foram a desaceleração da inflação em França, que em agosto se fixou nos 1,8% para um mínimo desde julho de 2021, abaixo das estimativas de 1,9% e dos 2,3% registados em julho, e em Itália, onde a mesma caiu para os 1,1%, tal como era expectável. No conjunto da Zona Euro, a inflação homóloga de agosto foi confirmada em 2.2%, descendo face aos 2.6% do mês anterior.

Este foi o segundo corte de taxas este ano, depois de o primeiro ter ocorrido em junho e ter tido a mesma dimensão. Christine Lagarde, presidente do BCE, indicou que os dados da inflação estão a confirmar as projeções, mas que se espera um reacelerar da mesma no último trimestre, muito embora devido a efeitos de base. Para além disso, Lagarde reafirmou a resiliência do mercado laboral e o facto de os salários continuarem a subir a um ritmo elevado e reiterou que o BCE manterá as taxas suficientemente restritivas durante o tempo que considerar necessário. A Presidente do BCE esclareceu que as próximas decisões estarão dependentes dos dados que vão sendo divulgados até então, excluindo compromissos com o futuro em termos de calendarização de novos cortes, mas clarificou que o próximo movimento será de descida de juros. O mercado acredita em mais um corte em dezembro e, a comprovar essa teoria, estão ainda as mais recentes declarações de Peter Kazimir que acredita que a instituição deve esperar até aí antes de voltar a cortar as taxas. O BCE também atualizou as suas previsões de crescimento para a Zona Euro, tendo revisto em baixa as estimativas em 2024 para 0,8% e em 2025 para 1,3%.

Esta semana foi marcada pela reunião da Reserva Federal dos EUA, que durante bastante tempo preparou o mercado para o primeiro corte de taxas de referência desde 2020, que se realizou em contexto pandémico. As taxas de juro da FED encontravam-se em máximos de 23 anos. De notar que a inflação de agosto dos Estados Unidos se fixou nos 2,5%, em termos homólogos, ficando ligeiramente aquém do esperado e do verificado em julho. Não obstante, a inflação subjacente acabou por acelerar em cadeia para os 0,3%. Os dados das vendas a retalho nos EUA surpreenderam pela positiva em agosto, com uma variação positiva de 2.1% em agosto em termos homólogos, sugerindo a solidez do consumidor durante grande parte do 3º trimestre.

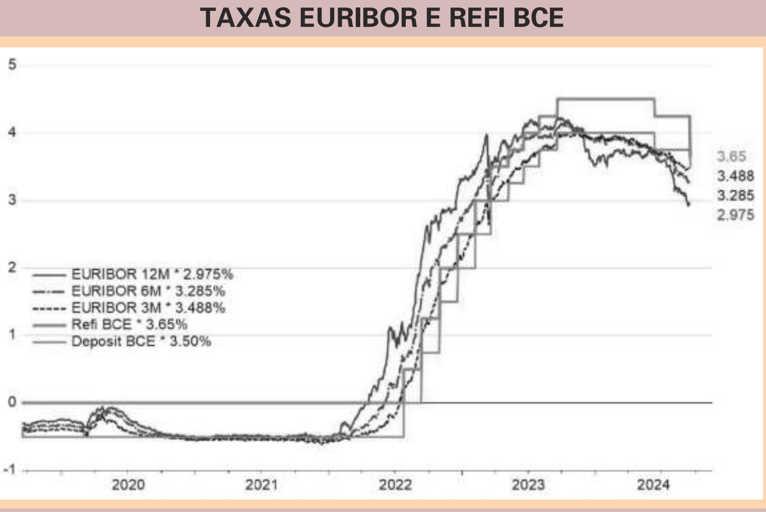
Olhando para as taxas fixas, destacou-se a queda dos rendimentos das obrigações alemãs a 10 anos, que se aproximaram de 2,10%, renovando o valor mais baixo desde dezembro do ano passado.

ANÁLISE PRODUZIDA A 18 DE SETEMBRO DE 2024

EVOLUÇÃO EURIBOR (EM BASIS POINTS)

	17.setembro.2024	27.agosto.2024			6.agosto.2024		
1M	3,414%	3,489%	↓	-0,075	3,587%	↓	-0,173
3M	3,480%	3,460%	↑	0,020	3,538%	↓	-0,058
6M	3,268%	3,293%	↓	-0,025	3,407%	↓	-0,139
1Y	2,948%	2,970%	↓	-0,022	3,159%	↓	-0,211

TAXAS EURIBOR E REFI BCE



YIELD 10 ANOS PORTUGAL

FUTUROS EURIBOR

Data	3 Meses Implícita
novembro 24	3,195%
janeiro 25	2,845%
junho 25	2,140%
março 26	2,010%
setembro 26	2,045%
março 27	2,105%

CONDIÇÕES DOS BANCOS CENTRAIS

BCE	Euro Refinancing Rate	3,65%
	Euro Marginal Lending Facility	3,90%
	Euro Deposit Facility	3,50%
	*desde 18 de julho 2024	
EUA	FED Funds	5,50%
R.Unido	Prime Rate	5,00%
Brasil	Taxa Selic	10,50%
Japão	Repo BoJ	-0,10%

EURO FRA'S

Forward Rate Agreements

Tipo*	Bid	Ask
1X4	3,327	3,347
3X6	2,993	3,043
1X7	3,094	3,114
3X9	2,806	2,826
6X12	2,397	2,417
12X24	2,140	2,190

*1x4 – Período termina a 4 meses, com início a 1M

EURO IRS

InterestSwapsvs Euribor 6M

Prazo	Bid	Ask
2Y	2,500	2,506
3Y	2,376	2,417
5Y	2,356	2,360
8Y	2,399	2,403
10Y	2,423	2,464

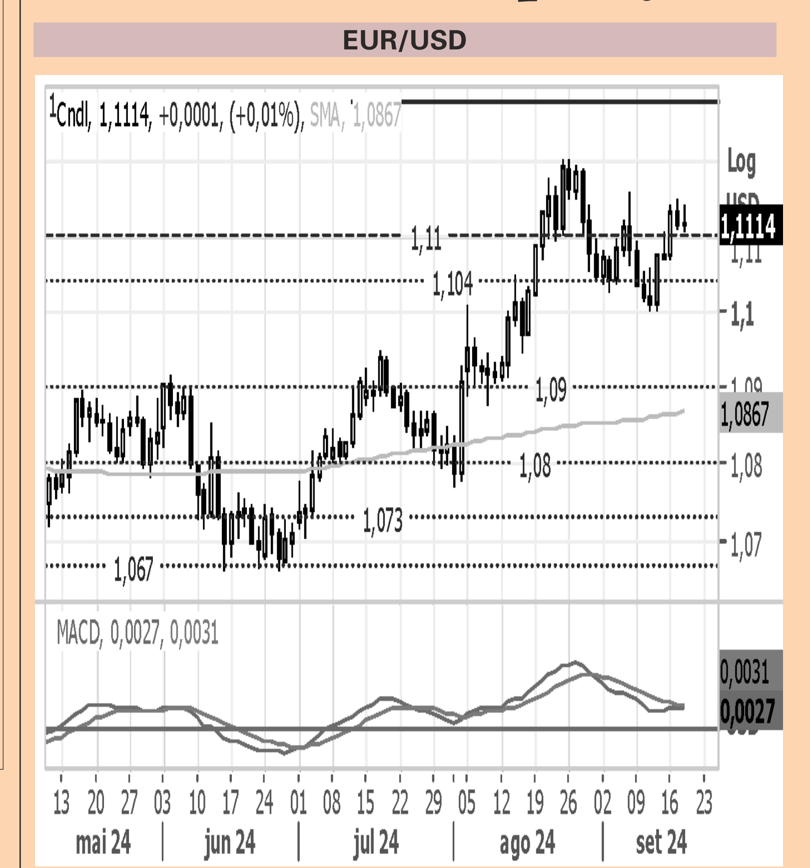
Obrigações	5Y	10Y
	2,31	2,79
	2,55	3,00
	2,55	2,92
	2,07	2,19
	2,87	3,58
	3,72	3,85
	3,49	3,69
	0,48	0,83

Fontes: Reuters e IMF

RUI COSTA ruicosta@imf.pt

Eur/Usd em recuperação

EUR/USD



Eur/Usd

Após a queda registada na semana anterior, o Eur/Usd apresentou uma semana de recuperação, tendo ressaltado do suporte dos $1.10 até quebrar em alta a resistência dos $1.11. O par ainda renovou máximos de mais de 1 semana perto dos $1.1140.

Eur/Jpy

O Eur/Jpy iniciou a última semana a dar continuidade às perdas que advinham da semana anterior, até encontrar suporte perto do nível dos 155 ienes. No entanto, no final da semana, o par ressaltou, retornando a transacionar perto dos 158 ienes.

Eur/Gbp

O Eur/Gbp apresentou uma semana de volatilidade ligeira, permanecendo a transacionar ligeiramente acima do suporte robusto das £0.8400. No final da semana, o par retornou a se aproximar do suporte em questão, sendo esperado um ressalto ligeiro nas próximas sessões.

	18 setembro/2024	Var. Semanal (%)	Var. a 30 dias (%)	Var. desde 1 jan (%)
EUR/USD	1,1124	0,73%	0,07%	4,13%
EUR/JPY	157,94	0,86%	-2,66%	13,12%
EUR/GBP	0,8423	-0,18%	-1,26%	-4,97%
EUR/CHF	0,9388	0,32%	-1,21%	-4,91%
EUR/NOK	11,7753	-1,35%	0,79%	12,00%
EUR/SEK	11,3240	-0,97%	-0,47%	1,41%
EUR/DKK	7,4613	-0,01%	0,00%	0,32%
EUR/PLN	4,2700	-0,40%	-0,37%	-8,79%
EUR/AUD	1,6400	-0,97%	-0,58%	4,47%
EUR/NZD	1,7877	-0,50%	-1,28%	5,87%
EUR/CAD	1,5117	0,80%	0,00%	4,21%
EUR/ZAR	19,5531	-0,94%	-1,37%	7,60%
EUR/BRL	6,0942	-2,09%	0,16%	6,83%

Países emergentes podem redefinir regras do comércio mundial

As tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China impedem um funcionamento eficaz por parte da Organização Mundial do Comércio. Em crise, a OMC acaba por estar refém dos interesses nacionais. Mas as iniciativas dos países emergentes e em desenvolvimento representam uma solução para regulamentar a nova mundialização.

Glintt aumenta lucro em 50%

A Glintt Global registou um resultado líquido de três milhões de euros no primeiro semestre, o que se traduziu num aumento de 50%, face a igual período do ano passado, sobretudo devido à melhoria na margem operacional. O EBITDA revelou um avanço de 6,8%, para 11,2 milhões de euros, refere a empresa em comunicado. O volume de negócios consolidado cifrou-se em 61,1 milhões, que compara com os 61 milhões do ano transato.

TÍTULOS EURONEXT LISBOA — PAINEL BANCO SANTANDER

Título	Última Cotação	Variação Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act
ALTRI SGPS SA	4,868	-0,12%	5,630	4,210	0,624	0,540	7,811	9,026	5,14%	5,83%	18/09/2024	16:55:00
IBERSOL SGPS SA	7,240	0,00%	7,640	6,400	0,385	0,434	18,857	16,728	6,91%	3,72%	18/09/2024	16:55:00
BANCO COMERCIAL PORTUGUES-R	0,418	3,72%	0,424	0,251	0,060	0,061	6,955	6,841	4,07%	6,94%	18/09/2024	16:55:00
F. RAMADA INVESTIMENTOS SGPS SA	6,800	0,00%	7,340	6,120	0,380	0,430	17,895	15,814	8,53%	5,59%	18/09/2024	16:55:00
CORTICEIRA AMORIM SA	8,880	-2,52%	10,080	8,730	0,584	0,736	15,223	12,079	2,25%	3,41%	18/09/2024	16:55:00
CTT-CORREIOS DE PORTUGAL	4,425	-1,67%	4,735	3,260	0,357	0,380	12,451	11,697	3,84%	3,39%	18/09/2024	16:55:00
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL SA	4,028	-1,90%	4,642	3,446	0,314	0,286	12,866	14,126	4,84%	4,97%	18/09/2024	16:55:00
EDP RENOVAVEIS SA	15,260	-3,90%	18,730	11,910	0,417	0,547	36,619	27,916	1,32%	1,13%	18/09/2024	16:55:00
GALP ENERGIA SGPS SA	17,000	-0,23%	21,410	13,050	1,340	1,212	12,619	13,952	3,24%	3,29%	18/09/2024	16:55:00
JERONIMO MARTINS	16,720	0,72%	24,020	15,200	1,040	1,180	16,192	14,271	3,92%	3,66%	18/09/2024	16:55:00
MOTA ENGIL SGPS SA	2,512	1,95%	5,940	2,408	0,373	0,390	6,745	6,451	5,08%	6,37%	18/09/2024	16:55:00
NAVIGATOR CO SA/THE	3,646	-0,60%	4,466	3,326	0,430	0,425	8,484	8,584	5,78%	6,69%	18/09/2024	16:55:00
NOS SGPS	3,625	0,42%	3,690	3,126	0,345	0,326	10,507	11,120	9,66%	9,38%	18/09/2024	16:55:00
PHAROL SGPS SA	0,045	0,00%	0,059	0,034	-	-	-	-	-	-	18/09/2024	16:55:00
REDES ENERGETICAS NACIONAIS	2,430	-0,82%	2,510	2,115	0,173	0,173	14,046	14,046	6,34%	6,21%	18/09/2024	16:55:00
SEMAPA-SOCIEDADE DE INVESTIM	14,540	1,39%	16,800	13,020	2,900	2,955	5,014	4,920	4,31%	5,54%	18/09/2024	16:55:00
SONAE	0,955	-2,25%	0,987	0,847	0,105	0,130	9,114	7,362	5,90%	6,18%	18/09/2024	16:55:00
NOVABASE SGPS SA	5,800	0,00%	8,350	4,610	-	-	-	-	30,86%	-	18/09/2024	16:55:00
GREENVOLT-ENERGIAS RENOVAVEI	8,325	0,06%	8,575	4,872	0,477	0,737	17,453	11,296	-	-	18/09/2024	16:55:00

TÍTULOS MERCADOS EUROPEUS — PAINEL BANCO SANTANDER

Título	Última Cotação	Variação Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act
BANCO SANTANDER SA	4,5085	6,18%	4,928	3,345	0,750	0,791	6,021	5,709	3,90%	4,30%	18/09/2024	16:35:28
INDUSTRIA DE DISENO TEXTIL	50,940	5,29%	51,360	32,130	1,928	2,104	26,421	24,211	2,04%	3,13%	18/09/2024	16:35:28
REPSOL SA	11,735	0,95%	16,220	11,490	2,969	2,719	3,958	4,321	8,10%	7,89%	18/09/2024	16:35:28
TELEFONICA SA	4,396	4,39%	4,480	3,525	0,318	0,348	13,802	12,612	6,82%	6,87%	18/09/2024	16:35:28
SIEMENS AG-REG	165,720	2,21%	188,880	119,480	10,600	11,202	15,645	14,804	2,84%	2,99%	18/09/2024	16:43:15
CARREFOUR SA	15,555	3,29%	17,510	13,140	1,865	2,179	8,343	7,141	5,59%	5,89%	18/09/2024	16:55:00
BAYER AG-REG	27,925	3,39%	49,420	24,960	5,115	5,333	5,461	5,238	0,39%	0,69%	18/09/2024	16:37:35
DEUTSCHE BANK AG-REGISTERED	14,938	6,44%	17,014	9,440	1,950	2,632	7,662	5,676	3,01%	4,42%	18/09/2024	16:41:28
RWE AG	32,280	-1,71%	42,330	30,080	2,747	2,137	11,776	15,138	3,10%	3,41%	18/09/2024	16:35:49
VOLKSWAGEN AG	98,400	4,40%	152,500	92,650	27,289	31,336	3,599	3,134	9,15%	8,70%	18/09/2024	16:35:07
ING GROEP NV-CVA	16,484	2,68%	17,240	11,428	1,987	2,126	8,300	7,757	6,71%	6,16%	18/09/2024	16:55:00

Este relatório foi elaborado pela tesouraria do Banco Santander em Portugal, telf. 21 381 65 80, email: cashequities@santander.pt, com base em informação disponível ao público e considerada fidedigna, no entanto, a sua exactidão não é totalmente garantida. Este relatório é apenas para informação, não constituindo qualquer proposta de compra ou venda em qualquer dos títulos mencionados.



PAULO MONTEIRO ROSA
Economista Sénior
do Banco Carregosa

Impacto no PIB dos incêndios e das guerras

As tensões geopolíticas globais têm-se agravado nos últimos anos e o mundo é hoje mais perigoso. Os conflitos são nefastos, dificultando, ou impossibilitando mesmo, o salutar comércio internacional, uma das principais variáveis deflacionistas e um dos importantes motores do crescimento económico global e do aumento do bem-estar e da qualidade de vida das populações. Os conflitos causam graves problemas nas cadeias de abastecimento, penalizando igualmente as relações entre as nações. A importância do comércio internacional é semelhante aos avanços tecnológicos, à liberdade económica e a populações jovens saudáveis, trabalhadoras, engenhosas, letradas (literacia financeira, conhecimentos de vanguarda, literacia tecnológica, …), variáveis igualmente deflacionistas e que impulsionam o crescimento económico. Historicamente, expansões económicas estão associadas ao aumento da globalização, enquanto períodos de recessão tendem a diminuir o comércio entre as nações.

Haverá algum ponto positivo nos conflitos? Alguma vantagem? É certo que a necessidade aguça o engenho, e as dificuldades das guerras podem, por vezes, proporcionar impulsos tecnológicos inesperados. Podem intensificar o investimento em estudos académicos, em conhecimentos teóricos. Podem dar vida a estudos científicos que estavam no papel, colocando-os em prática, no intuito de ganhar vantagem sobre os países inimigos. Há analistas que identificam rápidos avanços tecnológicos durante a segunda guerra mundial, sobretudo ao nível aéreo e espacial, nomeadamente o foguete V2. A Guerra Fria, entre 1947 e 1991, pode justificar a rapidez com que russos e americanos avançaram no conhecimento e nas abordagens ao espaço, culminando com a chegada à Lua em 1969. Atualmente, a inteligência artificial (IA) poderia ser impulsionada ainda mais por um conflito global? Poderia, mas em termos económicos seria talvez um fracasso, sendo a perda de vidas humanas o maior revés. O objeto da ciência económica é maximizar o bem-estar de todas as pessoas. Os atuais conflitos mais mediáticos, Ucrânia/Rússia e Israel/Hamas, corroboram o falhanço do Homem. Entretanto, assiste-se nos últimos anos a uma crescente guerra tecnológica, uma guerra entre máquinas, entre drones cada vez mais sofisticados pela IA, mas uma verdadeira terceira guerra mundial entre humanos munidos de armas nucleares recorda as célebres palavras de Albert Einstein em 1949 quando questionado sobre quais armas seriam utilizadas numa terceira guerra mundial: "Não sei com que armas a terceira guerra mundial será travada, mas a quarta guerra mundial será com paus e pedras."

O conflito que opõe Rússia e Ucrânia e as crescentes tensões entre Israel e o Hamas/Hezbollah teimam em agudizar as relações entre os países, teimam em cavar ainda mais o fosso e as divergências culturais entre as nações do denominado Ocidente (EUA, Canadá, Europa, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia), países conhecidos pelas suas democracias relativamente consolidadas, e o Sul Global, como atualmente são identificados os restantes países do Médio Oriente à Ásia, passando por África e pela Améria Latina (excetuando a Argentina e poucos mais), sobretudo liderados pela Rússia, China, Índia, Brasil, alguns dos quais governados por autocracias e outros marcados por níveis de liberdade aquém dos vividos no Ocidente. Estes conflitos, no leste europeu e no Médio Oriente, são prejudiciais ao crescimento económico global, aumentando a incerteza, os receios, penalizando o investimento e o comércio internacional, e nenhum eventual avanço tecnológico compensa as perdas humanas.

Entretanto, os conflitos e as guerras recordam uma destrinça essencial entre PIB e património acumulado. Eventualmente, uma guerra pode aumentar pontualmente o PIB, ou seja, incrementar a produção de bens e serviços, sobretudo impulsionada pela indústria militar e pelos avanços dos conhecimentos tecnológicos, mas os estragos causados pelos conflitos são avassaladores, destruindo capital acumulado, casas, infraestruturas (estradas, pontes, escolas e hospitais). Os atuais incêndios podem eventualmente incrementar o PIB, ainda que muito ligeiramente, quando calculado na ótica da despesa, impulsionado pelos gastos em combustíveis, maior despesa com operacionais no terreno, pela reparação de viaturas, pela compra e venda de madeira nos próximos meses, pelos gastos em tratamento psicológico de bombeiros e das populações afetadas, pela reconstrução de casas, mas há destruição de capital acumulado e há a lamentar perdas de vidas humanas, ou seja, Portugal está mais pobre. Em termos macroeconómicos, o património acumulado de uma nação corresponde ao somatório dos seus PIB anuais. Em microeconomia, o balanço de uma empresa representa o somatório dos seus resultados anuais, ou seja, dos seus lucros, e respetiva análise das receitas e das margens. O património acumulado está para o balanço (uma acumulação de lucros, fluxos de caixa e investimentos), assim como o PIB (produção anual de bens e serviços) está para a demonstração de resultados anual.

AUTOMÓVEL

Kia EV3 disponível para reserva

O Kia EV3 está já em comercialização em Portugal, devendo as primeiras unidades chegar em novembro. O crossover 100% elétrico é proposto em três versões – Drive, Tech e GT-Line – sendo que nas motorizações a diferença é feita apenas com base na capacidade da bateria. As autonomias variam entre os 430 e os 560 km. As tecnologias são muito vastas e o preço de entrada é de 39 900 euros.

Guerin investe em frota totalmente elétrica

A Guerin, rent-a-car totalmente portuguesa, continua a avançar no sentido da sustentabilidade, agora com a introdução de 200 novos veículos 100% elétricos na sua frota. Este investimento, que envolve ainda a instalação de uma rede de carregadores nas estações Guerin, é parte de uma estratégia mais ampla que a empresa tem desenvolvido nos últimos quatro anos, com foco na transição digital e na mobilidade verde em Portugal. A nova frota elétrica da Guerin inclui veículos de diversas marcas, como Dácia, Peugeot, Opel, Fiat, Renault, Citroen, Toyota, BYD, Jeep e Audi, garantindo uma ampla gama de opções que atendem a diferentes perfis e necessidades. "Esta frota não só permite que os clientes façam escolhas mais sustentáveis, como também oferece uma solução economicamente vantajosa, contribuindo para a preservação do ambiente e para a poupança no dia a dia", refere a empresa em comunicado. No segmento B2B, a Guerin reforça a sua posição enquanto parceiro estratégico das empresas que procuram alternativas mais sustentáveis para a mobilidade, ajudando-as a alcançar metas de responsabilidade ambiental de forma eficiente e prática.

Parceiros procuram alternativas mais sustentáveis

Em colaboração com a Go.Charge, uma empresa nacional especializada em mobilidade elétrica, a Guerin está a instalar postos de carregamento nas suas estações a nível nacional, "proporcionando um processo de carregamento mais simples e eficaz, com o apoio de tecnologias inovadoras que permitem uma gestão e controlo mais eficiente e mais rápidos. Ganham ainda os clientes Guerin que, através da app Go.Charge, podem localizar postos de carregamento, acompanhar o processo em tempo real e efetuar pagamentos digitalmente, sem necessidade de cartões físicos". Pretende ainda continuar a investir em tecnologias, como telemática e sistemas keyless.



Nissan revela o novo Ariya Nismo

A Nissan revelou o novo Ariya Nismo, com uma bateria de 87 kWh e uma potência de 435 cv. O veículo combina uma condução desportiva com uma tecnologia avançada, sendo que o interior foi redesenhado, estando mais confortável e com um ambiente mais agradável. O Ariya Nismo estará disponível na Europa a partir de janeiro. A tração e a estabilidade também foram melhoradas.

Polestar 4 chega ao mercado

O Polestar 4 chega ao mercado, com duas versões está disponível apenas com motor elétrico. Trata-se de um crossover que incorpora bastante tecnologia de vanguarda, a par de um amplo conjunto de sistemas de segurança. Entra no mercado com duas versões, uma de 272 cv e outra de 544 cv. Uma das grandes novidades é que não tem vidro traseiro. Os preços começam em cerca de 65 900 euros.

ENSAIO

Hyundai Ioniq 6: berlina sofisticada e eficiente

Tivemos a oportunidade de testar o Hyundai Ioniq 6, berlina coreana que "deslisa" pela estrada. O motor elétrico suave e o conforto do interior sofisticado com um painel de instrumentos bem integrado e ecrã de 12,3", tornam a vida a bordo relaxante mesmo quando a viagem é de Lisboa para a margem sul em plena hora de ponta.

A sofisticação e suavidade não são sinal de uma performance menos aguerrida. Vamos aos números: o modelo oferece 2 tamanhos de bateria: 53 kWh e 77 kWh; na versão maior apresenta dois motores de tração integral com potência combinada de 306 cavalos e 605 Nm de torque e, em termos de autonomia aponta para os 614 km em ciclo combinado, compatível com carregamento rápido de 800 volts de 239 kW em corrente contínua. A versão de ensaio foi a Ioniq 6 Vanguard 77kW MY23, com jantes de 20", e um PVP de 64.790€, preço sobre o qual é possível um desconto substancial através de uma campanha de financiamento Cetelem.

Veículo chegará bem perto dos 614 km de autonomia teórica

O Ioniq 6 tem um comprimento de 4,85 metros e uma bagageira com capacidade para 401 litros de carga, menos do que o Ioniq 5 que exibe 527 litros. É, de facto, uma berlina espaçosa, com lugar farto para pernas, atrás e à frente, e grande conforto, mesmo para pessoas mais altas, até 1.90m de altura, múltiplos espaços de arrumação, encaixe para garrafas de água de tamanho clássico, sendo apenas o espaço nas portas um pouco mais estreito.

O design exterior é inspirado nos anos 30, com a frente clássica, porém com apontamentos desportivos como o formato dos faróis LED e o para-choques. A enorme faixa de LED adiciona modernidade ao conjunto e o spoiler traseiro colocará, para muitos amantes do estilo retro certamente, o Hyundai Ioniq 6 na categoria dos desportivos.



Hyundai Ioniq 6 mudou a dinâmica de oferta de automóveis elétricos no mercado.

Monovolume confortável sem perder vigor

O Hyundai Ioniq 6 pesa quase duas toneladas, mas proporciona um passeio animado e confortável. Quem gosta de ultrapassagens um pouco mais vigorosas em autoestrada vai optar pela versão dos 325 cv e 605 Nm de binário, o que o coloca numa categoria ligeiramente mais desportiva. O que mais impressiona quando é que o ruído em andamento é quase inexistente a baixas velocidades, certamente ajudado pela película acústica afixada nos vidros dianteiro e traseiro no acabamento Executive. Em altas velocidades, a insonorização também é eficaz. Na cidade, o Ioniq 6 mantém um bom desempenho. Os ângulos de visão são muito abertos, naturalmente menores na traseira devido à forma ligeiramente cortada do carro. Felizmente, a excelente câmara de marcha-atrás ajuda brilhantemente durante as manobras.

Autonomia, consumo e carregamento

O novo Ioniq 6 a promessa de duração da bateria é muito elevada, mas cumprida, chegará bem perto dos 614 km de autonomia teórica, medida de acordo com o ciclo oficial europeu WLTP. Num percurso mais misto, registamos uma média de 16-17kWh/100 km ao longo de 170 km de estrada, num percurso urbano e de estrada.

Quanto à velocidade de carregamento deve-se ao pré-condicionamento da bateria, que é novo na Hyundai, presente na maioria nos Ioniq5 a pedido e aqui é uma condição standard que se revela suficiente para aquecer a bateria, para que esteja à temperatura ideal, quando chega a um ponto de carregamento, uma questão de sobre importância em climas mais friorentos.



A sofisticação e suavidade do interior são sinal de uma performance aguerrida.

Honda inicia nova era da eletrificação

A Acura, divisão norte-americana da Honda, deu um passo importante na sua estratégia de eletrificação com a estreia mundial do Acura Performance EV Concept, que antevê a próxima geração de modelos totalmente elétricos da marca.

O concept, apresentado durante a Monterey Car Week, um dos maiores encontros mundiais de entusiastas de automóveis e desportos motorizados, será o primeiro modelo concebido na nova plataforma elétrica desenvolvida pela Honda e o primeiro veículo 100% elétrico produzido no Honda EV Hub, em Ohio, nos Estados Unidos. O modelo está previsto entrar em produção no final de 2025. O Acura Performance EV Concept apresenta a visão da marca para os seus veículos 100% elétricos do futuro, com uma silhueta estilo coupé, superfícies laterais profundamente esculpidas e um farolim traseiro e difusor que prestam homenagem à segunda geração do NSX. "O concept é o arquétipo da marca na era da eletrificação, tirando o máximo partido da extrema liberdade de design oferecida pela nova plataforma elétrica Honda de próxima geração, que alarga ainda mais os limites do design", afirmou Dave Marek, diretor criativo da Acura. De salientar que a produção de veículos Acura na América teve início há cerca de três décadas.

Modelo entra em produção no próximo ano



VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Nº 2044/ 20 de setembro 2024 Semanal 2,60 € Portugal Continental

Portugal reforça 25ª posição no ranking mundial de talento

Portugal reforçou a 25ª posição no Ranking Mundial de Talento do IMD World Competitiveness Center 2024, tal como no ano passado. Este ano o país registou um decréscimo nos índices de "Investimento & Desenvolvimento " e "Atratividade". O ranking é liderado pela Suíça, Singapura e Luxemburgo, as três economias mais competitivas em talento entre os 67 países em análise.

Suíça, Singapura e Luxemburgo lideram tabela

O nosso país manteve a sua posição competitiva, em grande parte devido à subida de seis lugares na categoria "Preparação", alcançando agora o 21º lugar a nível global. Destaque-se a melhoria da "educação na área de gestão", que subiu nove posições, e nas "competências linguísticas", que continuam a responder às necessidades empresariais, ocupando mesmo o nono lugar global. Paralelamente, o ranking aponta novamente como margem de melhoria a "experiência internacional" e a "competência dos gestores seniores disponíveis".

Futura alteração legislativa para setor dos TVDE

A Associação Portuguesa de Transportadores em Automóveis Descaracterizados (APTAD) reuniu-se esta semana, após convite do Grupo Parlamentar do Partido Chega, aproveitando para apresentar as suas ideias e abordando o Relatório sobre o setor TVDE que expõe as fragilidades e sugere várias soluções para melhorar a sustentabilidade do setor.

O Partido Chega também incluiu

Reunião incluiu TaxisRAM

a Associação TaxisRAM na reunião, salientando a abertura permanente da APTAD em ouvir e debater o setor com qualquer associação, estrutura ou partido político porque o foco será sempre a melhoria do setor dos TVDE, resultando num debate tripartido saudável e produtivo para discutir soluções que considerem as particularidades do setor TVDE também ao nível das Regiões Autónomas.

A APTAD considera que a reunião foi muito produtiva, criando um claro consenso em vários pontos abordados, que poderão servir de base para uma proposta futura de alteração legislativa para o setor.

NOTA DE FECHO



JOÃO LUÍS DE SOUSA DIRETOR
joaoluisdesousa@grupovidaeconomica.pt

Juros mais baixos

Com o novo corte das taxas diretoras do Banco Central Europeu as taxas de juro acentuaram a tendência de descida. Depois de ter atingido um máximo de 4,22%, a Euribor a 12 meses desceu há dias abaixo de 3%, sendo provável que continue a aliviar face aos valores de 2023.

A diminuição do custo do crédito é uma notícia positiva para as famílias e para as empresas ao atenuar os encargos com a dívida, favorecendo o consumo e o investimento.

Com as reservas e atitude prudente do BCE face aos valores da inflação e a novos cortes das taxas diretoras torna-se difícil estimar até que nível as taxas de juro poderão descer e quanto tempo será necessário para que tal aconteça.

Mas o atual ciclo de descida das taxas de juro permite ter várias certezas.

O impacto da subida do custo do crédito não foi tão dramático quanto se podia recear. Apesar de Portugal ser um dos países com mais dívida ao nível das famílias, empresas e do Estado, o agravamento do custo do crédito e a retirada das moratórias foi absorvida sem haver uma subida significativa do incumprimento.

O setor imobiliário que deveria ser o primeiro a sofrer os efeitos da política monetária restritiva não teve uma quebra acentuada da procura e os preços continuaram a subir ao contrário de outros países com menos dívida mas onde houve uma correção dos preços.

Os bancos refletiram totalmente a subida das taxas de juro sobre os empréstimos, mas só refletiram marginalmente o acréscimo sobre as taxas passivas pagas nos depósitos. Por

Os bancos mantiveram os spreads que foram contratados em período de Euribor abaixo de zero, e apenas reduziram os spreads nas novas operações de financiamento

esse motivo, a poupança apenas beneficiou em parte com o aumento das taxas de juro.

Ao nível do custo do crédito, os bancos mantiveram os spreads que foram contratados em período de Euribor abaixo de zero, e apenas reduziram os spreads nas novas operações de financiamento, criando uma situação de desigualdade com encargos agravados para os clientes com operações iniciadas antes da subida das taxas de juro.

O Banco de Portugal não emitiu qualquer recomendação aos bancos para o ajustamento dos spreads nas operações existentes, o que não contribui para a correção do mercado.

Para serem corrigidas as atuais incongruências é necessário que os clientes e em particular as empresas se tornem mais ativas na consulta aos bancos e na procura de alternativas.

Mas o setor bancário em Portugal está bastante concentrado o que não favorece o aumento da concorrência e o ajustamento dos preços às mudanças das condições do mercado.

Novas regras da Porta 65 Jovem na próxima semana

Até ao momento, 894 jovens já recorreram aos apoios para a Habitação Jovem, medida entrou em vigor a 1 de agosto, informou Margarida Balseiro Lopes, na sua intervenção na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto. Segundo a ministra da Juventude e Modernização, a garantia pública nos créditos à habitação para jovens estará em pleno funcionamento em Dezembro deste ano. Relativamente à remodelação do Porta 65 Jovem, que apoia o arrendamento, a ministra afirmou que "a partir da próxima semana, terá já as novas regras", que retiram o limite de renda como fator de exclusão, menos recibos para obter o apoio ou alteração das regras de inscrição.



IMOBILIÁRIO

Este suplemento faz parte integrante da Vida Económica, nº 2044, de 20 setembro 2024, e não pode ser vendido separadamente.

O Trabalho Híbrido e o seu impacto no Meio Rural

Pág. II

OPINIÃO

Casos de sucesso, que hoje perduram e florescem

Pág. IV

Venda de casas cresceu 3,3% no verão para 34.500 fogos

Pág. II

Construção antissísmicas: três considerações que garantem a segurança do imobiliário português

Pág. IV

Luis Malcato, diretor geral da Azuaga em Portugal, em entrevista:

"O seguro de caução acompanha o desafio do setor: adapta-se à tendência na prestação de garantias entre privados"

Pág. V



DESTAQUE

Venda de casas cresceu 3,3% no verão para 34 500 fogos

A descida das taxas de juro a partir de junho e a entrada em vigor das novas medidas públicas para habitação parecem estar a produzir um efeito positivo sobre o mercado, que voltou a acelerar as transações no período do verão, destaca a Confidencial Imobiliário. Os preços mantêm a rota ascendente, com um aumento de 7,7% em agosto face ao mesmo período do ano passado.

De acordo com a Confidencial Imobiliário, o período do verão confirma a recuperação sentida na procura de habitação desde a primavera e exibe um novo aumento da venda de casas.

Assim, entre junho e agosto terão sido transacionados 34.500 fogos em Portugal Continental, mais 3,3% do que os 33.400 contabilizados no 2º trimestre do ano.

Recorde-se que, depois de um início do ano com nova quebra nas vendas (-3,1%), o 2º trimestre recolocou as transações de habitação em terreno positivo, apresentando um aumento trimestral de 5,1%.

A redução das taxas de juro a partir de junho e, no contexto nacional, a implementação das novas medidas políticas para a habitação, incluindo os benefícios dirigidos aos jovens com menos de 35 anos que entraram em vigor em agosto, estimularam a recuperação da procura observada nos últimos meses, e definitivamente confirmada no verão.

As projeções da Confidencial Imobiliário são elaboradas a partir das transações de habitação reportadas ao SIR-Sistema de Informação Residencial, as quais se baseiam nos Contratos-Promessa de Compra e Venda (CPCV) realizados com intervenção de empresas de mediação imobiliária.



> A melhoria da conjuntura, com o início das descidas de juros e a entrada em vigor das medidas públicas dirigidas a este setor, especialmente as que mais afetam os jovens, tiveram efeitos positivos sobre a procura

Os preços de venda mantêm a sua trajetória ascendente em agosto, apresentando um aumento de 7,7% face a agosto do ano passado e de 0,9% face ao mês anterior, conforme o Índice de Preços Residenciais da Confidencial Imobiliário. Em qualquer dos horizontes, estas variações são superiores aos registos de julho - quando a valorização homóloga foi de 7,5% e a mensal de 0,1% - e sugerem que as subidas dos preços voltam a acelerar.

No período de junho a agosto, as casas em Portugal Continental foram vendidas por um preço médio de 2.456€/m2. A Área Metropolitana de Lisboa (AM Lisboa) é a região mais cara, com vendas a uma média de 2.937€/m2, seguida pelo Algarve, com um preço médio de 2.882€/m2.

Na Área Metropolitana do Porto (AM Porto), as vendas concretizaram-se por uma média de 2.372€/m2. As vendas aumentaram em todas as regiões no período em análise, com crescimentos de 3,2% na AM Lisboa (10.275 fogos) e no Algarve (2.500 fogos), e de 3,8% na AM Porto (5.800 fogos), relativamente à atividade registada no 2º trimestre.

"Os primeiros meses do ano foram marcados por uma relativa instabilidade. Por um lado, apesar de não subirem, as taxas de juro tiveram um comportamento mais conservador do que o previsto e demoraram a descer. Por outro lado, ao nível doméstico, houve um aumento da incerteza não só fruto do quadro de eleições vivido como, mais tarde, sobre como e quando chegariam ao mercado as novas medidas políticas para o setor. Este contexto acabou por condicionar as decisões da procura, levando ao adiamento de investimentos e travando a recuperação da procura", explica Ricardo Guimarães, diretor da Confidencial Imobiliário. ■

CONSULTÓRIO JURÍDICO

Trabalho Híbrido – O Impacto no Meio Rural



Clélia Brás
Sócia coordenadora de Imobiliário da PRA – Raposo, Sá Miranda & Associados – Sociedade de Advogados

O trabalho híbrido tem um impacto profundo em várias áreas da sociedade, afetando diretamente os trabalhadores, as empresas e até as comunidades. Este modelo, que permite uma combinação entre o trabalho remoto e presencial, está a moldar novas formas de organização laboral, o modelo de trabalho híbrido, que combina o trabalho remoto com a presença física no escritório, tem vindo a ganhar popularidade, sobretudo desde a pandemia da COVID-19. Este formato está a gerar um impacto significativo nas zonas rurais, com vários benefícios e desafios.

Em termos de impacto nas zonas rurais podemos considerar que o mesmo tem sido positivo, considerando, a revitalização das comunidades rurais, pois que, o trabalho híbrido permite que as pessoas vivam em áreas rurais enquanto continuam a trabalhar para empresas urbanas ou globais. Isto pode contribuir para o repovoamento de vilas e aldeias, combatendo a desertificação que tem sido um problema crónico em muitas partes do interior do país, potenciando assim o desenvolvimento económico Local, com mais pessoas a viverem no meio rural, surge um aumento na procura por serviços locais, como comércio, saúde, restauração e lazer, o que pode fomentar o desenvolvimento económico dessas regiões, com impacto na qualidade de vida, muitos trabalhadores optam por viver em áreas rurais devido ao custo de vida mais baixo e à maior tranquilidade, para além da proximidade com a natureza, menos trânsito e a possibilidade de uma vida mais equilibrada entre o trabalho e o tempo pessoal são fatores que atraem profissionais para o meio rural, criando uma descentralização de serviços, uma vez que as infraestruturas tecnológicas em áreas rurais, como a melhoria do acesso à internet de alta velocidade, tornam-se prioritárias com o aumento da população ativa nestas regiões, o que também pode melhorar a qualidade de vida dos residentes.

O trabalho híbrido tem, sem dúvida, potencial para revitalizar as zonas rurais e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. No entanto, exige uma abordagem cuidadosa em termos de infraestruturas e políticas para garantir que os impactos positivos sejam sustentáveis a longo prazo, contudo, em algumas regiões rurais, as infraestruturas de comunicação e transporte ainda são deficientes. A falta de uma internet estável e rápida pode dificultar o trabalho remoto, criando desigualdades entre trabalhadores de diferentes regiões, o crescimento populacional rápido em algumas áreas rurais pode sobrecarregar os serviços públicos, como saúde, educação e saneamento. Há também o risco de uma possível gentrificação rural, que pode tornar o custo de vida mais elevado e inviabilizar a permanência de habitantes tradicionais, para além de que o aumento de residentes nas zonas rurais pode ter um efeito ambiental, como a necessidade de mais habitações e infraestrutura, o que pode levar à pressão sobre o ambiente natural.

Pelo exposto, embora o trabalho híbrido possa oferecer flexibilidade, ele pode também levar a um maior isolamento social, especialmente em áreas rurais onde as interações comunitárias são menos frequentes. Assim o equilíbrio entre as visitas ao escritório e o tempo passado em casa precisa de ser bem gerido para evitar também este fenómeno. ■



NOTÍCIA

Taxa extraordinária sobre AL foi revogada e com efeitos retroativos

Foi já publicado em Diário da República o Decreto-Lei aprovado pelo Governo que revoga a polémica contribuição extraordinária de 15% sobre o alojamento local (CEAL) e introduz medidas para facilitar a mobilidade geográfica dos trabalhadores em sede de IRS.

A revogação da CEAL e da fixação do coeficiente de vetustez aplicável aos estabelecimentos de alojamento local para efeitos de IMI, introduzidos no âmbito do programa "Mais Habitação" pelo anterior Governo, terá efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2023, conforme já tinha sido anunciado em junho pela secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, Cláudia Reis Duarte.

Apesar de o documento publicado em Diário da República referir que a revogação de ambas as medidas só produziram efeitos a partir de 31 de dezembro de 2024, o Ministério das Finanças, questionado pelo Eco, confirmou que já foi solicitada uma alteração do texto para que a revogação tenha efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2023.

Decreto-Lei, que já entrou em vigor, inclui também alterações ao Código do IRS para facilitar a mobilidade geográfica dos trabalhadores

Esta decisão vem dar resposta às críticas do setor do alojamento local, que considerava a CEAL injusta e penalizadora para a atividade. Com esta revogação com efeitos retroativos, os proprietários de alojamento local ficam isentos do pagamento desta contribuição referente ao ano de 2024, cujo pagamento estava inicialmente previsto ocorrer até 15 de junho — mas que, entretanto, foi suspensa por 120 dias pelo atual Executivo, até que conseguisse aprovar a revogação do regime, como sucedeu agora.

O Decreto-Lei, que já entrou em vigor, inclui também alterações ao Código do IRS para facilitar a mobilidade geográfica dos trabalhadores, permitindo uma dedução aos rendimentos prediais das rendas recebidas de um contrato de arrendamento habitacional da sua atual casa, os gastos suportados com o pagamento de rendas de um imóvel afeto à sua habitação própria e permanente, desde que se tenha deslocado para uma localidade a mais de 100 quilómetros de distância.





Além disso, o atual diploma estabelece ainda a redução de 24 para 12 meses do período mínimo em que um imóvel deve ter sido habitação própria e permanente para beneficiar da isenção de mais-valias na sua venda mediante situações excecionais como "alterações da composição do respetivo agregado familiar por motivo de casamento ou união de facto, dissolução do casamento ou união de facto, ou aumento do número de dependentes". ■

NOTÍCIA

Construção antissísmicas: três considerações que garantem a segurança do imobiliário português



Portugal, localizado numa zona onde os sismos representam um risco real, como sentido há dias, exige que os edifícios sejam concebidos com atenção especial às normas de segurança sísmica. Neste sentido, a Porta da Frente Christie's em parceria com especialistas do mercado, destaca as principais soluções já incorporadas que tornam o mercado imobiliário português mais seguro e pronto para os desafios do futuro.

▪ Normas e tecnologias modernas

A construção antissísmicas é essencial para proteger a vida e o património edificado. Em Portugal, a aplicação de normas rigorosas e o uso de tecnologias modernas têm sido fundamentais para garantir que os edifícios possam resistir aos tremores de terra. Desde 1958, as regulamentações relativas à resistência sísmica evoluíram, com destaque para o Eurocódigo 8 (NP EN1998-1), que estabelece critérios essenciais. A Portaria 302/2019, que exige a avaliação da vulnerabilidade sísmica em intervenções significativas, representa um avanço crucial para garantir a proteção adequada.

"Desde 2019, passou a ser obrigatório, em situações de intervenção em edifícios existentes com alguma expressão, fazer a avaliação da Vulnerabilidade Sísmica dos edifícios e, no caso de essa avaliação ser insatisfatória, é obrigatório proceder ao reforço sísmico da sua estrutura", explica o engenheiro Cansado de Carvalho, da Grapes SA.

▪ Técnicas de reforço

Quando se trata de reabilitar edifícios antigos, a adoção de técnicas de reforço que respeitam a integridade arquitetónica e histórica, e melhoram a resistência sísmica desempenham um papel fundamental. As soluções incluem a substituição de elementos estruturais antigos por materiais modernos, como o betão armado e/ou projetado, aço ou as fibras de carbono, garantindo assim a preservação do património e a segurança dos ocupantes.

Nos últimos 15 anos, tem-se observado um avanço significativo na adaptação de edifícios antigos às exigências de segurança sísmica modernas, o que não só preserva a segurança dos ocupantes, mas também protege o valor histórico e cultural dos imóveis, tornando os edifícios e Lisboa mais seguros.

"Na reabilitação de edifícios antigos, é essencial utilizar técnicas de reforço que respeitem a integridade histórica e arquitetónica, ao mesmo tempo que aumentam significativamente a resistência sísmica", afirma o arquiteto Duarte Pinto-Coelho, sócio fundador do Fragmentos.

> Nos últimos 15 anos, tem-se observado um avanço significativo na adaptação de edifícios antigos às exigências de segurança sísmica modernas

▪ Regulações e avaliações rigorosas da vulnerabilidade sísmica

A obrigatoriedade de realizar avaliações da vulnerabilidade sísmica, conforme introduzido pela Portaria 302/2019, garante que edifícios com intervenções significativas sejam reforçados adequadamente. Este requisito assegura que tanto edifícios históricos como novos estejam equipados para enfrentar os riscos sísmicos modernos.

"Os nossos consultores estruturais são, sempre que possível, escolhidos de acordo com a especificidade do projeto e área de intervenção, isto por considerarmos que a sua experiência e especialização resulta num maior cuidado de implementação de soluções que permitam responder a códigos de segurança e de vulnerabilidade sísmica, usando reforços e técnicas pouco evasivas, sempre com a perspetiva de respeitar o nosso projeto e a integridade arquitetónica e histórica do edifício", sublinha Duarte Pinto-Coelho. ■

OPINIÃO

Trabalho Híbrido: casos de sucesso, que hoje perduram e florescem



Venâncio Fernandes
Gerente da Arcobarca – Mediação Imobiliária

A recente crise pandémica, para além da questão da saúde, obrigou a sociedade a olhar para a organização do trabalho de forma diferente. O teletrabalho como alternativa às restrições de mobilidade e reunião, associado à revolução tecnológica na área da digitalização, abriu portas a novas formas de organização do trabalho, permitindo que um sem número de funções e atividades pudessem ser executadas fora do espaço habitual das empresas.

Estava aberta a porta para que os colaboradores para além da execução das suas funções, pudessem melhorar a conciliação entre a vida profissional, a família e o lazer. Esta alteração passou a permitir uma melhor gestão do tempo, que anteriormente era consumido entre deslocações de e para, com os constrangimentos conhecidos nos transportes públicos e, no trânsito das horas de ponta, tempo e custos.

Experiências forçadas resultaram em casos de sucesso, que hoje perduram e florescem.

Verificada e testada esta realidade, o espaço exterior passou a ter outro sentido para um número muito significativo de indivíduos.

Crescem novos projetos de vida e habitação. Da comodidade, mas também do stress de entre quatro paredes, nasce o sonho de um espaço aberto complementar à habitação, da experiência de respiração de ar puro, da oxigenação dos pulmões num ambiente em que o oxigénio se sobrepõe.

Esta realidade abriu às zonas rurais do interior do país, uma oportunidade de se desenvolver através da captação e fixação de novas populações. As nossas zonas rurais vivem hoje realidades diferentes, esse fluxo que na sua maioria é composto por gente jovem e de formação superior, interagindo com uma população mais envelhecida e menos letrada, tem pouco a pouco contribuído para o aumento de esperança de que teremos no futuro um país diferente. Uma outra geração, a dos avós, na reforma ou próximo dela, passaram também a sonhar com um fim de vida, num ambiente mais tranquilo, ambiente em que não raras vezes os faz regressar aos tempos de juventude. Viver no interior tem hoje outro sentido, a aquisição de uma casa e a possibilidade de um emprego fora dos grandes centros são o sonho de muitas famílias. Precisamos estar atentos a esta realidade, criando condições de fixação definitiva para aqueles que se têm aventurado a esta mudança. Temos equipamentos sociais, de cultura e de desporto, mas também de saúde; temos uma riqueza gastronómica, temos paixão pelas tradições, temos paisagens deslumbrantes, temos o verde e a água. Este movimento é hoje responsável por um número elevado de construções para habitação outrora em ruína e, que hoje dão nova vida à ruralidade, embelezam as nossas aldeias, e abrigam a felicidade. O Alto Minho é um exemplo desse movimento, tornando-se um dos locais ideais para viver. As suas características morfológicas compostas por um misto de serras e vales, a frescura dos rios que banham os 10 concelhos do distrito, as acessibilidades que nos transportam em minutos a grandes centros como Braga, Porto ou até Vigo da nossa vizinha Espanha. O Alto Minho, mas não só, temos um país maravilhoso.

Olhemos para esta nova realidade sem receio, existe uma quantidade de exemplos de sucesso, que numa primeira fase foram um manto de preocupações. Depende apenas de cada um, procurar o caminho que o pode conduzir a esta realidade. ■



OPINIÃO

Contabilidade de impacto e o imobiliário



Jorge Felício
Sócio gerente Endless Numbers/Grupo Omega

O termo "contabilidade de impacto" é ainda relativamente pouco usado, embora tenhamos a certeza de que é um termo que passará a ser mais usado na terminologia técnica.

A contabilidade de impacto permite que empresas e investidores traduzam os seus impactos sociais e ambientais para a linguagem monetária, tornando as informações sobre o impacto acessíveis, aplicáveis e comparáveis ao desempenho financeiro.

E o que abrange este conceito? Em termos práticos, na contabilidade de uma empresa, abrange todos os impactos que a empresa possa gerar a nível da sua sustentabilidade, o impacto no meio ambiente e na governação.

A aplicação da contabilidade de impacto é, a nível do sector imobiliário, claramente pertinente e determinante, nomeadamente, pelas seguintes razões:

Impacto no meio ambiente:

- o setor imobiliário é responsável por 28 % da emissão global de CO2. Se incluirmos o setor da construção civil, a percentagem de emissão de dióxido de carbono sobe para 38%. E tem-se vindo a assistir a uma subida deste valor nos últimos anos (dados do "global status for buildings and construction");

- estima-se que o setor da construção civil seja responsável por cerca de 30% a 40% do total de resíduos sólidos produzidos a nível mundial, embora este indicador apresente uma grande variação do seu valor, consoante o estádio de desenvolvimento dos diferentes países.



Impacto nos ecossistemas e social:

- igualmente importante é o impacto óbvio deste sector na natureza e na transformação da paisagem (começando por atividades tão "comuns" quanto o abate de árvores), com consequentes impactos a nível da flora, da fauna e da própria atividade económica e social humana. Tais impactos levam ao desequilíbrio dos ecossistemas, colocando desafios até em termos de saúde pública, uma vez que se considera atualmente que "a saúde dos animais, das pessoas, das plantas e do ambiente está interligada" (FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura).

Podíamos continuar a enumerar mais razões para evidenciar e reforçar a aplicabilidade duma contabilidade de impacto, mas penso que as razões citadas já são suficientemente evidentes.

Várias questões e problemas surgem, assim, neste contexto:
- Que medidas devem ser tomadas para mitigar o impacto dos efeitos suprarreferidos?
- Redefinição duma empresa de sucesso: a que tem lucro ou a que tem lucro e é ambiental e socialmente responsável?
- Como reagem os consumidores finais?
- Definição de métricas que permitam quantificar o impacto nos pontos suprarreferidos?

Pessoalmente, considero que o ponto crítico que necessita de maior aprofundamento e reflexão é a definição, a quantificação de métricas e o seu reflexo na referida contabilidade de impacto. A dificuldade reside na quantificação destes impactos, que permita uma comparação entre empresas, a padronização das medidas e que evitem o "greenwashing", ou seja, o branqueamento duma determinada situação de risco ambiental, na qual se pretende aparentar uma responsabilidade ambiental que, na verdade, não existe.

> Face ao impacto social e ambiental crescente do sector imobiliário, não tenhamos dúvidas de que se trata de uma parte da economia relevante, e que deve ser abordada prioritariamente

Não tenhamos dúvidas de que, à medida que a sociedade for tomando consciência destes problemas, estas medidas constituirão vantagens competitivas para as empresas.

Contudo, isso também significa que as empresas terão custos acrescidos na implementação destas medidas, e esses custos terão que ser assumidos.

Face ao impacto social e ambiental crescente do setor imobiliário, não tenhamos dúvidas de que se trata de uma parte da economia relevante, e que deve ser abordada prioritariamente. ■

OPINIÃO

O impacto do BUPi na avaliação imobiliária



Vítor Osório
Diretor Stucture Value
vosorio@structurevalue.com

O Balcão Único do Prédio (BUPi) é uma plataforma digital que promete desempenhar um papel importante na gestão territorial em Portugal, pois irá permitir a identificação e o mapeamento detalhado das propriedades rústicas, promovendo assim uma melhor organização e gestão do território.

Esta plataforma pretende contribuir assim, para uma melhor gestão territorial, das seguintes formas: georreferenciação das parcelas de terreno, atualização e legalização dos terrenos, planeamento urbanístico e rural, evitar a fragmentação de terrenos, implementar politicas de reagrupamento de terrenos, maior confiança aos proprietários, visão integrada do património imobiliário rústico tributável, ou seja, correndo tudo como previsto o BUPi, permitirá uma visão integrada e atualizada das propriedades, o que por sua vez contribui para uma melhor gestão do espaço rural e florestal do país.

Considero assim que o BUPi é um avanço impactante e significativo para a avaliação de imóveis, em especial no contexto dos terrenos rústicos e prédios mistos. No meu entender os benefícios são enormes e passo a enumerar alguns deles de seguida:
- Uma avaliação mais precisa da dimensão (área exata), limites e localização do imóvel pode afetar o valor de mercado, especialmente em áreas onde o solo tem variações significativas de valor com base na sua localização e acessos.
- Redução de incertezas das discrepâncias entre documentação predial e o existente na realidade.
- Maior segurança para todas as partes, sendo quem a propriedade cadastrada, minimiza riscos para potencias compradores e vendedores, sendo que os valores emitidos são mais assertivos.
- Permitirá com maior fiabilidade saber os usos potenciais dum terreno, aspeto fundamental para a determinação do valor atual do mesmo.

> O BUPi é um avanço impactante e significativo para a avaliação de imóveis, em especial no contexto dos terrenos rústicos e prédios mistos

- Nalguns casos o agrupamento de terrenos pode significar na vertente rústica a viabilidade económica dum projeto agrícola ou florestal, pelo efeito de escala ou de utilização mais otimizada dos recursos, numa avaliação estes aspetos devem ser tidos em conta.
- A possibilidade de dar como garantia num processo de financiamento/leasing, pode tornar o imóvel mais atrativo e fazer variar o seu valor.
- Maior transparência e segurança na documentação predial permite um melhor serviço de avaliação imobiliária.

No meu entender o BUPi impacta positivamente na avaliação ao trazer maior transparência, segurança jurídica e precisão na identificação das propriedades, melhorando a confiança no valor dos terrenos e facilitando transações imobiliárias. Para os avaliadores o BUPi pode tornar-se no futuro numa ferramenta valiosa para obter informações precisas e atualizadas sobre os imóveis, o que pode tornar o processo de avaliação de prédios rústicos mais eficiente e credível.

Não obstante, como em todos os processos deste tipo e magnitude, há alguns riscos que segundo se sabe estão a ser colmatados, tais como: erros de medição, sobreposição de terrenos, disputas nas delimitações de alguns terrenos, entre outros. Será assim importante garantir que o processo seja gerido de modo a minimizar os riscos e mitigar incertezas. ■



ENTREVISTA

Luis Malcato, diretor geral da Azuaga em Portugal, considera

"O seguro de caução acompanha o desafio do setor: adapta-se à tendência na prestação de garantias entre privados"

Os seguros de caução estão a crescer como alternativa às garantias bancárias, contudo ainda são relativamente desconhecidos em Portugal, quando comparado com outros países como Espanha, destaca em entrevista Luis Malcato.

Como funciona e quais as vantagens do seguro de caução no setor da construção?

No setor da construção a figura do "afianzamento", em português, "garantia dos montantes adiantados", é talvez a modalidade mais inovadora destinada a esta atividade económica. Sendo já obrigatória em alguns países europeus, nomeadamente em Espanha, permite o autofinanciamento e a não dependência das taxas de juro. Este segmento do seguro de caução garante aos compradores que os adiantamentos pagos aos promotores, antes da entrega das habitações, lhes serão devolvidos no caso da construção das mesmas não seja concluída, ou se essa construção não cumprir os termos acordados entre as partes no contrato de compra e venda. Este tipo de seguro é um exemplo claro do desafio que o setor enfrenta: adaptar-se à tendência para a prestação de garantias entre privados.

Se olharmos para o setor da construção como um todo, em termos de gestão empresarial, como sejam a participação em concursos públicos e a adjudicação de obras públicas, os seguros de caução constituem uma forma de estimular a competitividade. A adjudicação de uma obra pública por parte de uma construtora pressupõe a obrigatoriedade do pagamento de uma caução de 5% que permanece válida por 5 anos, após a conclusão da empreitada.

Segundo o Código dos Contratos Públicos, sempre que exista a obrigação de caucionar, esta pode ser prestada de diferentes formas: através de depósito em numerário, títulos ou outros valores, garantia bancária ou seguro de caução. Esta última, apesar das inúmeras vantagens que apresenta, é pouco usada pela maioria das empresas. Por norma, em Portugal, a obtenção destas garantias passa por instituições de crédito, o que coloca inúmeros constrangimentos às próprias empresas. As instituições de crédito estão gradualmente a colocar entraves à emissão de garantias bancárias e, quando tal sucede, exigem muitas vezes contragarantias que se tornam dissuasoras. Esta limitação por parte das entidades bancárias, acaba por constituir uma oportunidade para as seguradoras se posicionarem como uma alternativa para as empresas acederem às garantias que necessitam para responder pelas obrigações contratuais por si assumidas, perante entidades públicas ou privadas.



Para a banca, as garantias equivalem à concessão de crédito e muitas vezes as construtoras não conseguem obter mais garantias porque já esgotaram o plafond disponível, o que leva a um impedimento da manutenção dos níveis de atividade que as empresas tinham sustentado até então.

Com atividade desde 2016, a Azuaga Seguros é pioneira na divulgação e implementação do seguro de caução em Portugal, bem como na implementação de processos de acompanhamento e de inspeção técnica aos projetos segurados.

Porque é que este produto é ainda pouco utilizado em Portugal, em comparação, por exemplo, com Espanha?

Apesar de os seguros de caução estarem a crescer como alternativa às garantias bancárias (de acordo com dados da Associação Portuguesa de Seguradoras, estima-se que em 2023, mais de 1.900 empresas recorreram a eles, garantindo um valor que pode chegar quase aos 970 milhões de euros de compromissos e pagando por essa cobertura cerca de 7,9 milhões de euros em prémios de seguros), ainda são relativamente desconhecidos em Portugal, quando comparado com outros países como Espanha, onde é comum este tipo de produto substituir-se às garantias bancárias, ainda que o seguro de caução constitua uma opção equivalente quando se trata de garantir uma indemnização por não cumprimento de um contrato.

Dadas as suas características, a comercialização de seguros de caução requer das seguradoras recursos e conhecimentos técnicos muito específicos, que nem todas as seguradoras têm à sua disposição, o que logo à partida constitui uma limitação ao crescimento do mercado de seguros de caução em Portugal. Apesar de existir regulamentação no que toca aos seguros de caução é fundamental que esta acompanhe o mercado, através da revisão da legislação especifica em vigor que, no essencial, data já de 1988 (Decreto-Lei 183/88), não estando, naturalmente, completamente ajustada às realidades mais recentes.

Por outro lado, em termos fiscais existe uma desvantagem associada aos seguros de caução. Estes seguros são sujeitos a dois tipos de imposto de selo: o imposto do selo de garantia (sobre os capitais seguros) e imposto de selo da apólice (sobre os prémios). Este enquadramento fiscal é penalizador quando comparado, quer com outros setores, quer com outros países, e deverá ser alvo de análise por parte das entidades competentes e ultrapassada de modo a melhorar as condições de acesso aos seguros de caução, fomentando assim a sua utilização, potenciando a confiança entre todas as partes envolvidas nas operações cobertas e, no final, ser benéfico para o ambiente de negócios e para a economia como um todo.

De acordo com a Associação Portuguesa de Seguradoras, estima-se que em 2023, mais de 1.900 empresas recorreram a seguros de caução, garantindo um valor que pode chegar quase aos 970 milhões de euros de compromissos

Qual a estratégia da Azuaga Seguros para o mercado nacional?

A estratégia passa por uma maior divulgação deste tipo de produto e das suas vantagens associadas, em particular, mas não só, na área da construção, das energias renováveis e da recuperação ambiental.

Para tal, contamos com o imprescindível contributo dos nossos parceiros, nomeadamente na área da distribuição, que poderão identificar não só oportunidades de negócio, mas também necessidades de promoção e formação em matéria de seguros de caução. Estaremos atentos e proativamente disponíveis a prestar todo o apoio necessário neste âmbito.

Por outro lado, a Azuaga Seguros, enquanto um dos principais players do mercado, irá continuar a apostar em soluções inovadoras e adaptadas às necessidades dos seus clientes empresariais, com o objetivo de apoiar o seu desenvolvimento e conferir-lhes uma maior competitividade, tanto no mercado nacional como internacional.

Qual foi o percurso no mercado nacional?

Com atividade desde 2016, a Azuaga Seguros é pioneira na divulgação e implementação do seguro de caução em Portugal, bem como na implementação de processos de acompanhamento e de inspeção técnica aos projetos segurados.

Atualmente acompanha quantos clientes e em que segmentos do mercado da construção?

Até à data, a Azuaga Seguros já assinou mais de 9.000 contratos de seguro de caução com cerca de 5.000 clientes. No mercado da construção e imobiliário, o qual se encontra em franca expansão, a Azuaga Seguros conta atualmente com mais de 3.500 garantias ativas em Portugal e Espanha. ■



OPINIÃO

Inteligência artificial vs. mercado imobiliário de luxo



Carlos Mangas
Luxury Business Manager da Berkshire Hathaway HomeServices | Atlantic Portugal

Creio que, ao colocar 'inteligência artificial' no título deste artigo, consegui captar a sua atenção. Certo? É a buzzword do momento. Todas as empresas e marcas que querem parecer cool e tech sentem-se obrigadas a incluí-la algures na sua comunicação. Ora, não é o caso da nossa empresa, que é uma das maiores imobiliárias globais. Ainda assim, tenho uma opinião muito clara sobre o tema.

Contudo, antes disso, convém ter a frontalidade de admitir que a esmagadora maioria de nós confunde tecnologias e conceitos colaborantes da IA, mas com características e objetivos distintos, como machine learning, deep learning, big data, robótica e automação, internet das coisas ou blockchain. Muitas delas também já foram buzzwords da moda, à semelhança do que acontece agora com a IA.

Sendo IA um conjunto de "máquinas e sistemas capazes de simular a inteligência humana. Isso inclui a capacidade de aprender, raciocinar, resolver problemas, perceber o ambiente, tomar decisões e até mesmo usar a linguagem" -Gemini dixit-, será que aplicado ao mercado imobiliário de luxo teria vantagens?



Aparentemente, sim, se otimizar a procura de imóveis (como, se muitos não estão anunciados publicamente?), tornar as avaliações mais fáceis e precisas, tornar o marketing mais eficaz, apoiar na gestão de propriedades, permitir um apoio ao cliente 24/7/365 e a personalização da experiência do cliente. Bem, quanto a estes últimos, confesso ter as maiores reservas. E é aqui que a tecnologia tropeça sempre, dado que o contato pessoal, personalizado, o entender a necessidade, expetativa ou anseio do cliente, no fundo, a criação de relação, continuará a ser insubstituível neste nicho de mercado.

Não estamos a fazer um trabalho massificado e indiferenciado. Estamos a servir. E isso, só é possível com a criação de relação. Há quem defenda que, para as novas gerações, a tecnologia é tudo. Ora, da nossa vasta experiência, mesmo com compras à distância (residuais), o fator humano e relacional é sempre a chave do sucesso de uma transação.

> Ainda que pareça, a IA não é a solução de todos os problemas. Há que não escamotear a dependência de dados, os elevados custos de implementação, a privacidade e segurança da informação

Ainda que pareça, a IA não é a solução de todos os problemas. Há que não escamotear a dependência de dados, os elevados custos de implementação, a privacidade e segurança da informação (fatores críticos neste segmento de mercado e clientes), vieses algorítmicos, a óbvia falta de toque humano e o custo reputacional. Sim, esse mesmo. Quantas vezes não se deparou com um simples texto escrito por IA generativa que não teve edição, não tendo o texto em português, inglês ou qualquer outra língua de qualidade aceitável. Quem se sente confiante de assinar um contrato com uma empresa que nem um simples texto de apresentação de imóvel sabe escrever com o mínimo de qualidade?

Mais do que inteligência artificial, precisa-se, no imobiliário, inteligência humana, capacidade relacional e personalização. ■

OPINIÃO

A importância de um ambiente colaborativo no setor Imobiliário



Tiago Ferreira
Head of Operations Real Estate Portugal do Imovirtual & OLX

Nos últimos anos, o setor imobiliário em Portugal tem vivido um período de transformação e crescimento significativos. Com um mercado cada vez mais dinâmico e exigente, torna-se imperativo que os profissionais e as empresas do setor adotem uma postura colaborativa para enfrentarem os desafios e aproveitarem as oportunidades que surgem. Desta forma, a colaboração não é apenas uma estratégia, mas sim, uma necessidade vital para o sucesso e sustentabilidade deste setor.

Um ambiente colaborativo no setor imobiliário estimula a inovação de formas que uma abordagem isolada não pode alcançar. Quando agentes imobiliários, promotores, entidades financeiras, portais imobiliários, e outros stakeholders trabalham em conjunto, há uma troca de ideias e conhecimentos que promove soluções criativas e eficientes, no qual a integração de diferentes perspetivas permite que as melhores práticas sejam partilhadas e que novas tecnologias sejam implementadas de forma ágil e eficiente.

Para os profissionais do setor, a colaboração traduz-se em desenvolvimento profissional contínuo e networking. Participar em conferências, workshops e grupos de trabalho permite aos agentes imobiliários estarem atualizados relativamente às últimas tendências e regulamentações. Além disso, a colaboração entre diferentes empresas pode resultar em oportunidades de negócios diversificadas. Por exemplo, parcerias entre imobiliárias e bancos podem facilitar o acesso ao crédito para os clientes, tornando o processo de compra de imóveis mais acessível e eficiente.

Contudo, os principais beneficiários de um ambiente colaborativo são, sem dúvida, os clientes finais, uma vez que quando os vários intervenientes do mercado trabalham em conjunto, o processo de compra, venda ou arrendamento de imóveis se torna mais transparente e menos burocrático. Ou seja, a colaboração entre plataformas digitais e agentes imobiliários permite que os clientes tenham acesso a uma



maior variedade de opções e informações mais detalhadas sobre os imóveis, assim como a cooperação entre entidades financeiras e imobiliárias pode resultar em condições de financiamento mais vantajosas, facilitando o acesso à habitação.

Por outro lado, a colaboração no setor imobiliário pode também ser um meio para promover práticas responsáveis e sustentáveis. As empresas que colaboram neste âmbito podem desenvolver projetos imobiliários que respeitam o meio ambiente e que são energeticamente eficientes. Além disso, parcerias com organizações não governamentais e entidades públicas podem ajudar a resolver questões sociais, como a falta de habitação acessível.

> Para os profissionais do setor, a colaboração traduz-se em desenvolvimento profissional contínuo e networking

Atualmente, a criação de um ambiente colaborativo no setor imobiliário é mais importante do que nunca. Pois, não é apenas benéfico, é essencial. A inovação, o desenvolvimento profissional, a satisfação do cliente e a responsabilidade social são apenas algumas das áreas que podem ser significativamente melhoradas através da colaboração, por isso, é importante que as empresas do setor se comprometam a fomentar o espírito colaborativo e entendam que o chavão "juntos somos mais fortes" se deve aplicar a este mercado que tem tanto de dinâmico como de desafiante. ■

NOTÍCIA

Mello RDC prevê investir até 150 milhões de euros nos próximos três anos

A Mello RDC, um family office português, que além de participações em várias empresas, atua como promotora imobiliária com um portfólio consolidado na capital portuguesa, prevê investir entre 120 e 150 milhões de euros nos próximos três anos com a criação de dez projetos de âmbito residencial e turístico, em Lisboa, no litoral alentejano e na Costa Azul.

O investimento em questão resultará no desenvolvimento de oito projetos na capital. Entre eles, destaque para a requalificação de uma vila operária que será transformada em pequenos apartamentos, para jovens, com pátios e pequenos jardins. A Vila Ourique, situada em Campo de Ourique, terá 15 apartamentos de tipologia T0 e T1, ideais para investimento e arrendamento e já se encontra em construção.

A Mello RDC, gerido por António Ribeiro da Cunha, continua a apostar em projetos na capital e tem previsto outros investimentos no litoral

Neste momento encontra-se também em construção o Vintage Lapa, a remodelação e ampliação de um edifício clássico do bairro da Lapa com 13 apartamentos, dos quais estão ainda disponíveis para venda seis unidades. A conclusão está prevista para o final de 2025. Ainda neste outono o promotor iniciará a construção de um outro condomínio de 14 apartamentos, também na Lapa, o São Ciro 19, que terá 14 apartamentos, garagens subterrâneas e jardim privado com piscina.



Nos próximos dois anos prevê iniciar mais cinco projetos, em Campo de Ourique, Avenidas Novas, Belém e Arroios, tendo ainda um projeto em Oeiras e outro em Melides, este com vertente de hoteleira, para iniciar também nos próximos dois anos. "Os próximos cinco anos são muito promissores, com muitos projetos em desenvolvimento", refere António Ribeiro da Cunha, CEO da Mello RDC.

No ano em curso, 2024, o promotor concluiu a obra no Quarteirão Inglês, um projeto de reabilitação de um conjunto de edifícios adquiridos ao Governo do Reino Unido, localizado entre a Estrela e Campo de Ourique. O Quarteirão Inglês é um projeto ímpar, que permitiu a reabilitação de vários edifícios icónicos, como o antigo Hospital Inglês e o palacete do Capelão.

Segundo António Ribeiro da Cunha, "este eixo da capital é, sem dúvida, das melhores zonas residenciais, com grande potencial, com edifícios muito interessantes e onde temos apostado com soluções diferenciadoras e de grande qualidade. Ao longo dos anos temos realizado obras em diferentes zonas da cidade, desde o Chiado, às Olaias. Penso, aliás, que não há freguesia de Lisboa onde não tenhamos detido imóveis. Já fomos proprietários de edifícios que eram monumento nacional, como o Palácio Almada Carvalhais, mas também já comprámos um lote de prédios nas Olaias totalmente ocupados. Se encontrarmos uma oportunidade onde podemos fazer a diferença, avançamos. É este o nosso modo de trabalho".

O imobiliário em Portugal e na Polónia tem sido, além das participações em várias empresas, o grande foco da empresa liderada por António Ribeiro da Cunha, neto de Jorge Mello, empresário ligado à família que marcou o processo de industrialização em Portugal. "Pretendemos que os nossos projetos respeitem a arquitetura original, valorizem a traça antiga e o contexto urbano em que estão inseridos. De resto, temos como foco principal o conforto e a sustentabilidade, que devem ser duas das principais preocupações dos promotores imobiliários e também dos clientes, que são cada vez mais exigentes".

Os projetos residenciais da Mello RDC têm como grande foco o mercado nacional. "Vendemos cerca de 90% dos nossos imóveis a portugueses e construímos sempre a pensar no cliente português", afirma António Ribeiro da Cunha, salientando que o Quarteirão Inglês, o seu projeto mais caro por metro quadrado, foi vendido, em 95%, a famílias portuguesas. ■

NOTÍCIA

Luximos Christie's promove Portugal no Reino Unido e Irlanda

A Luximos Christie's está de regresso ao Reino Unido, de 20 a 22 de setembro, e à Irlanda, de 4 a 6 de outubro, para participar nas mais concorridas feiras imobiliárias deste outono. Os eventos, que terão lugar em Birmingham e Dublin, são dedicados a investidores que procuram oportunidades de aquisição de propriedades no estrangeiro. Durante as feiras, a Luximos apresentará uma seleção de imóveis de luxo, reforçando a sua presença internacional no setor imobiliário e atraindo potenciais clientes interessados em investir além-fronteiras.

A Place in The Sun é a marca de referência no Reino Unido para a promoção de investimentos imobiliários no estrangeiro. O certame reúne um vasto leque de especialistas do setor, oferecendo aconselhamento personalizado não só na área imobiliária, mas também nos setores jurídico e financeiro. Ao longo dos dias, os visitantes têm ainda a oportunidade de participar em vários seminários temáticos, reforçando o caráter abrangente e informativo do encontro, que se afirma como ponto de referência para quem procura investir em imóveis fora do Reino Unido.

Nas próximas semanas, os cidadãos britânicos e irlandeses terão a oportunidade de escolher a sua nova casa em Portugal, durante as feiras imobiliárias organizadas pela empresa A Place in The Sun, em Birmingham e Dublin. O país continua a conquistar corações, especialmente pelo clima ameno da região do Algarve, muito procurada por golfistas que desfrutam dos premiados campos de golfe, onde é possível jogar durante todo o ano. Comparado com o Reino Unido e a Irlanda, Portugal oferece um custo de vida mais acessível, com preços mais baixos nos imóveis, alimentação e serviços de saúde, tornando-se especialmente atrativo para aposentados britânicos e irlandeses.



Ricardo Costa, fundador e CEO da Luximos Christie's, está confiante de que a descida das taxas de juro atrai britânicos e irlandeses, especialmente aposentados, para investir em imóveis em Portugal. Segundo o executivo, estes investidores podem beneficiar não só de um custo de vida mais baixo, mas também de incentivos fiscais e do clima agradável que o país oferece.

Inserido na estratégia de promoção, este evento promete atrair investidores de propriedades de luxo, consolidando ainda mais a posição de Portugal como destino de excelência

"Portugal há muito que é considerado um mercado imobiliário atrativo, e com a redução das taxas de juro, o nosso país pode tornar-se ainda mais competitivo para investidores internacionais, incluindo britânicos e irlandeses, mesmo que a esmagadora maioria dos nossos clientes não dependa de empréstimos bancários", afirma Ricardo Costa

Destaca, ainda, que, num contexto de juros mais baixos, o investimento imobiliário surge como uma alternativa sólida. "Apostar no imobiliário é uma opção segura, especialmente num país com forte popularidade turística e uma contínua valorização do património imobiliário", concluiu. ■

Ficha Técnica: **Edição e coordenação:** Elisabete Soares | **Paginação:** Flávia Dias | **Periodicidade:** Mensal